



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa financeira e patrimonial em relação ao Poder Executivo, foi criado pela Lei Estadual nº 615, de 31/12/1951, todavia, somente em 18 de dezembro de 1997, com a Lei Complementar Estadual (LCE) nº 109, foi instituído o sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Civis e Militares e seus Dependentes, com o objetivo de conceder benefícios decorrentes do plano de programa único de previdência.

Em 2004, a LCE nº 282/2004 passou a garantir ao segurado a aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, e o benefício de pensão por morte e auxílio reclusão, e unificou e reorganizou o Regime de Previdência dos servidores do Estado do Espírito Santo. Dentre as reorganizações, destaca-se a adoção da segregação de massas por meio da criação dos Fundos Financeiro e Previdenciário, conforme previsto no art. 49. Em 2016, por meio da LCE nº 836, foi dada nova redação ao art. 50, que passou a facultar a transferência de parte da provisão matemática das aposentadorias e respectivas pensões vinculadas ao Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, por meio da utilização de seu superávit, sendo condicionado à preservação da margem de segurança de 25% e à aprovação da SPS.

Em 2019, em razão da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, que alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias, o Estado do Espírito Santo teve aprovada a Emenda Constitucional Estadual nº 114, de 25/11/2019, a qual modificou regras do regime próprio de previdência social e deu outras providências. Dessa forma, a LCE nº 282/2004 teve seus dispositivos modificados, conforme teor da LCE nº 931/2019, publicada em 04/12/2019, e da LCE nº 938/2020, publicada em 10/01/2020.

A LCE nº 931/2019 alterou as alíquotas das contribuições previdenciárias, fixando, para os ativos, o percentual de 14% (quatorze por cento), deduzida em folha de pagamento, incidente sobre a totalidade da base de contribuição; e, para os aposentados e pensionistas, o percentual de 14% (quatorze por cento), deduzida em folha de pagamento de benefícios, incidente sobre o valor da parcela dos proventos ou da pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.



A LCE nº 938/2020, por sua vez, teve por objetivo adequar a LCE nº 282/2004 e a LCE nº 46/1994 aos normativos constantes na Emenda Constitucional Estadual nº 114/2019. Registre-se, por oportuno, que dentre outras alterações, destaca-se a restrição do benefício previdenciário para os dependentes considerando como tal apenas a pensão por morte.

Vale destacar ainda que, no ano de 2020, também foi publicada a LCE nº 945/2020, que alterou o percentual da contribuição previdenciária cota patronal, estabelecendo para os servidores ativos a alíquota de 14% (quatorze por cento).

Ressalta-se que os recursos de que os Fundos Financeiro e Previdenciário dispõem são oriundos das contribuições do servidor (11% até março de 2020, a partir de quando passou a ser de 14%) e patronal (22% até março de 2020, a partir de quando passou a ser de 14%), dos rendimentos das aplicações desses recursos, da compensação previdenciária e das complementações. Quanto às aplicações, estas devem obedecer, conjuntamente, aos dispostos em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, portarias da Secretaria de Previdência Social e o definido na Política de Investimentos Anual, aprovada pelo Conselho Administrativo deste Instituto de Previdência.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de carteiras de ativos, com contas bancárias distintas, sendo separadas por Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Administração IPAJM. Para controle geral, foi criada uma carteira consolidada, englobando os ativos de todas as carteiras, apenas para fins de relatórios gerenciais. Contabilmente, os registros destes recursos são realizados em fonte específica de recursos da previdência, separadas dos recursos do tesouro e outras fontes.

No tocante aos militares do Estado, ante à edição da Lei Federal nº 13.954/2019, de 16/11/2019, que alterou a Lei Federal nº 6.880, de 09/12/1980 (Estatuto dos Militares), a Lei Federal nº 3.765, de 04/05/1960, a Lei Federal nº 4.375, de 17/08/1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei Federal nº 5.821, de 10/11/1972, a Lei Federal nº 12.705, de 08/08/2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 02/07/1969, visando reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares, bem como revogou dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001, e da Lei Federal nº 11.784, de 22/09/2008, e deu outras providências.

No Estado do Espírito Santo, por meio da LCE nº 943/2020, foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS), vinculado administrativa, orçamentária e financeiramente ao IPAJM, cuja atribuição de gerir os benefícios de inatividade dos militares e as pensões militares ficou a cargo da Diretoria de Proteção Social, criada para realizar as concessões de inatividade e de pensão



militar, cuja estrutura é composta atualmente por 01 (uma) Diretoria, 01 (uma) Gerência e 05 (cinco) Assessores Especiais.

O FPS foi criado sob o regime financeiro de repartição simples, sem acumulação de reservas. Atualmente, o montante arrecadado com as contribuições dos militares é insuficiente para o pagamento dos benefícios concedidos, havendo a necessidade de complementação por parte do Tesouro Estadual para a cobertura da insuficiência financeira do exercício (aporte).

A alíquota de contribuição dos militares (ativos, inativos e pensionistas) para o custeio do FPS foi definida pela Lei Federal nº 13.954/2019, sendo de 9,5% durante o exercício de 2020, e de 10,5% a partir de 2021, não havendo previsão legal para a cobrança de alíquota de contribuição patronal.

Informamos que a estrutura organizacional do RPPS está regulamentada por meio da Portaria Estadual nº 082-R/2007, com as respectivas atribuições de seus setores/departamentos.

A Diretoria do RPPS teve a seguinte composição em 31/12/2021:

Presidente Executivo – José Elias do Nascimento Marçal
Diretoria de Investimentos – Gilberto de Souza Tulli
Diretoria de Administrativa e Financeira – Sônia Maria Casotti
Diretoria Técnica – Mariana do Nascimento Gonçalves
Diretoria de Proteção Social – Marcia Regina Fiorotti

Ressaltamos que os endereços e demais dados encontram-se no ROLRES.

Registre-se, outrossim, que em 2017 foi criada a Unidade de Controle Interno – UECI, por meio da Portaria Estadual nº 133-S, de 06/09/2017, em atendimento ao Decreto Estadual 4.131-R, de 18/07/2017, tendo por composição 02 (dois) servidores efetivos, conforme Portaria IPAJM nº 064-S, de 25/05/2020, dos quais, a servidora Gabriela Lopes Salgado Novaes fica à disposição da Unidade de Controle Interno de forma exclusiva, não desempenhando outra função na Instituição, ficando lotada no Gabinete do Presidente Executivo – GPE. Já o servidor Almino Afonso Michalsky e Alves, além de suas atividades exercidas na Subgerência de fixação e Revisão – SFR, setor de lotação, exerce as atividades da Unidade em horário convencionado entre a UECI e a SFR, o qual compreende o período de 13 às 17h, das terças e quintas-feiras.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Entre as atribuições executadas pela UECI, elencamos abaixo as principais, nos moldes atualizados pela Resolução CONSECT 038/2020:

- I. Executar ações de controle necessárias a subsidiar a elaboração do Relatório do Controle Interno - Reluci, integrante da Prestação de Contas dos administradores e responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais, a ser enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- II. Impulsionar e coordenar a elaboração das Normas de Procedimentos a cargo da Secretaria de Estado, Autarquia ou Fundação Pública a que estiver subordinada administrativamente, em parceria com o Escritório Local de Processos e Inovação - ELPI, quando existir.
- III. Manter registro e acompanhar o atendimento às recomendações exaradas em relatórios de auditoria, inspeção e monitoramentos emitidos pela Secont, do plano de ação elaborado pela unidade gestora e seu atendimento, com evidências de sua ocorrência, ou manter registro das razões de divergência no entendimento das recomendações apontadas.
- IV. Manter registro e acompanhar o atendimento às solicitações técnicas emitidas em trabalhos realizados pelos Auditores do Estado.
- V. Apoiar a Secont e os Auditores do Estado nas ações de controle realizadas na unidade gestora a que estiver vinculada, quando formalmente requisitada.
- VI. Realizar a avaliação prévia da instrução processual referente a licitações, pregões, convênios, termos de parceria, contratos de gestão, contratualizações da saúde e demais instrumentos congêneres, concessões e Parcerias Público-Privadas - PPP e respectivos aditivos.

Em relação aos conselhos do IPAJM, O artigo 59 da LCE nº 282/2004 estabelece a estrutura de administração superior: Presidência Executiva, com sua estrutura organizacional; Conselho Administrativo; e Conselho Fiscal.

De acordo com os artigos 63 e 65 da LCE nº 282/2004, os Conselhos possuem a seguinte composição (nome, endereço, formação, telefone, e-mail e CPF):

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
PRESIDENTE	
Nome:	JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO MARÇAL
Endereço:	Rua Marquês de Monte Alegre, nº 01, quadra B, Jardim da Penha, Vitória/ES – CEP: 29060-470
Formação:	Direito
Telefone:	3636-4179 / 3636-4181
E-mail:	presidencia@ipajm.es.gov.br
CPF:	578.143.257-49
PODER EXECUTIVO - TITULAR	
Nome:	RODOLFO PEREIRA NETTO
Endereço:	Rua Teofilo Costa, 280/1004, Jardim Camburi, Vitória/ES – CEP 29092-010
Formação:	Ciências Econômicas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Telefone:	99202-4200 / 3636-0720
E-mail:	rodolfo.netto@secont.es.gov.br
CPF:	073.986.336-37
PODER EXECUTIVO - SUPLENTE	
Nome:	DANIELA CRISTINA ABREU JOVÉ DE ARAUJO
Endereço:	Rua XV de novembro, 195/702, Praia da Costa, Vila Velha/ES – CEP 29101-045
Formação:	Direito
Telefone:	99776-1622 / 3636-0728
E-mail:	daniela.jove@secont.es.gov.br
CPF:	099.236.567-80
PODER LEGISLATIVO - TITULAR	
Nome:	FABIANO BUROCK FREICHO
Endereço:	Av. Cesar Hilal, 1181/1602 - Ed. Castelamare, Santa Lúcia, Vitória/ES – CEP 29056-083
Formação:	Administração
Telefone:	99809-1706
E-mail:	fburockfreicho@gmail.com
CPF:	995.213.187-91
PODER LEGISLATIVO - SUPLENTE	
Nome:	AMANDA GABRIEL DE OLIVEIRA KIFFER
Endereço:	Rua Costa Pereira, 18, Centro, Viana/ES – CEP 29130-130
Formação:	Direito
Telefone:	99839-0542
E-mail:	amanda.kiffer@al.es.gov.br
CPF:	109.993.487-79
PODER JUDICIÁRIO - TITULAR	
Nome:	SILVIO FALCÃO SPERANDIO
Endereço:	Av. Antonio Gil Vellozo, 152/901, Res. Alice, Praia da Costa, Vila Velha/ES – CEP: 29101-010
Formação:	Direito
Telefone:	99981-9050
E-mail:	silviosperandio@yahoo.com.br
CPF:	176.431.397-68
PODER JUDICIÁRIO - SUPLENTE	
Nome:	CARMEN LÚCIA CORREA
Endereço:	Rua dos Imigrantes, 05, Praia Grande, Fundão/ES – CEP: 29187-000
Formação:	Direito
Telefone:	99982-5691
E-mail:	carmenluzlucia@hotmail.com
CPF:	861.170.927-68



MINISTÉRIO PÚBLICO - TITULAR	
Nome:	JOANA DARC CALMON TRISTÃO GUZANSKY
Endereço:	An. Jose Julio de Souza, 990/102, Itaparica, Vila Velha/ES – CEP: 29102-010
Formação:	Direito
Telefone:	981143094
E-mail:	jguzansky@mpes.mp.br
CPF:	024.694.697-08
MINISTÉRIO PÚBLICO - SUPLENTE	
Nome:	DANIEL KRETTLI PEREIRA
Endereço:	Rua Rachel Vitalino de Brito, 110/402, Cond. Arboretto, Bloco 15, Hélio Ferraz, Serra/ES – CEP: 29160-596
Formação:	Ciências Contábeis
Telefone:	98834-7107
E-mail:	dkpereira@mpes.mp.br
CPF:	078.063.786-00
DEFENSORIA PÚBLICA - TITULAR	
Nome:	IVAN MAYER CARON
Endereço:	Rua Abiail do Amaral Carneiro, nº 84/ap 1203, Torre 1, Enseada do Suá, Vitória/ES – CEP: 29050-535
Formação:	Direito
Telefone:	3198-3300, 98111-6311
E-mail:	ivan.caron@defensoria.es.def.br
CPF:	064.691.879-60
DEFENSORIA PÚBLICA - SUPLENTE	
Nome:	SAMYLA GOMES MEDEIROS SOARES BELCHIOR
Endereço:	Rua Elesbão Linhares, nº 315/ap 1402, Praia do Canto, Vitória/ES – CEP: 29055-340
Formação:	Direito
Telefone:	99507-9992
E-mail:	samyla.soares@defensoria.es.def.br
CPF:	101.860.657-28
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - TITULAR	
Nome:	ALDECI STOCO DE SOUZA
Endereço:	Rua Pio XII, 130, Jesus de Nazareth, Vitória/ES – CEP 29052-025
Formação:	Direito
Telefone:	99867-1995 / 3345-5047
E-mail:	aldeci.souza@pc.es.gov.br / stocolobao@gmail.com
CPF:	764.927.967-72
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - TITULAR	
Nome:	HUMBERTO MILEIP DUARTE MACHADO



IPAJM

Endereço:	Av. Antonio Giz Veloso, 2558/1004, Itapuã, Vila Velha/ES – CEP 29101-735
Formação:	Direito
Telefone:	99696-1982 / 3223-1844 / 3062-7320
E-mail:	hmileip@gmail.com
CPF:	098.236.157-21
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	ELSON GONÇALVES JUNIOR
Endereço:	Rua Amélia Tartuce Nasser, 139, Ed. Porto de Camburi, Jardim da Penha, Vitória/ES – CEP:
Formação:	Ciências Contábeis
Telefone:	3291-1049, 99948-0012
E-mail:	elsongoncalvesjunior@gmail.com
CPF:	970.388.497-00
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	RONALDO ALVES TEIXEIRA
Endereço:	Rua Tévio Batista da Silva, 115/302, Segurança do Lar, Vitória/ES – CEP: 29072-380
Formação:	Direito
Telefone:	3636-4209, 99757-3371
E-mail:	ronaldo@ipajm.es.gov.br
CPF:	036.362.747-24
SEGURADOS MILITARES ATIVOS - TITULAR	
Nome:	JEAN RAMALHO ANDRADE
Endereço:	Rua Boa Vista, 105, Boa Vista, Serra/ES – CEP 29161-000
Formação:	Direito
Telefone:	98151-7497 / 3382-3781
E-mail:	jrandrade1@gmail.com
CPF:	991.004.286-04
SEGURADOS MILITARES ATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
SEGURADOS INATIVOS - TITULAR	
Nome:	CLAUDIO JOSE NOGUEIRA
Endereço:	Rua Marataizes, 394/302, Valparaíso, Serra/ES – CEP 29165-807
Formação:	Direito
Telefone:	99822-0597 / 3328-8971
E-mail:	nogueiraclaudio@yahoo.com.br
CPF:	780.406.047-53
SEGURADOS INATIVOS - TITULAR	
Nome:	NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO



IPAJM

	SEGURADOS INATIVOS - SUPLENTE
Nome:	NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
	SEGURADOS INATIVOS - SUPLENTE
Nome:	NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
	PRESIDENTE
Nome:	JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO MARÇAL
Endereço:	Rua Marquês de Monte Alegre, nº 01, quadra B, Jardim da Penha, Vitória/ES – CEP: 29060-470
Formação:	Direito
Telefone:	3636-4179 / 3636-4181
E-mail:	presidencia@ipajm.es.gov.br
CPF:	578.143.257-49
	PODER EXECUTIVO - TITULAR
Nome:	RODOLFO PEREIRA NETTO
Endereço:	Rua Teofilo Costa, 280/1004, Jardim Camburi, Vitória/ES – CEP 29092-010
Formação:	Ciências Econômicas
Telefone:	99202-4200 / 3636-0720
E-mail:	rodolfo.netto@secont.es.gov.br
CPF:	073.986.336-37
	PODER EXECUTIVO - SUPLENTE
Nome:	DANIELA CRISTINA ABREU JOVÉ DE ARAUJO
Endereço:	Rua XV de novembro, 195/702, Praia da Costa, Vila Velha/ES – CEP 29101-045
Formação:	Direito
Telefone:	99776-1622 / 3636-0728
E-mail:	daniela.jove@secont.es.gov.br
CPF:	099.236.567-80
	PODER LEGISLATIVO - TITULAR
Nome:	FABIANO BUROCK FREICHO
Endereço:	Av. Cesar Hilal, 1181/1602 - Ed. Castelumare, Santa Lúcia, Vitória/ES – CEP 29056-083
Formação:	Administração
Telefone:	99809-1706
E-mail:	fburockfreicho@gmail.com
CPF:	995.213.187-91
	PODER LEGISLATIVO - SUPLENTE
Nome:	AMANDA GABRIEL DE OLIVEIRA KIFFER
Endereço:	Rua Costa Pereira, 18, Centro, Viana/ES – CEP 29130-130
Formação:	Direito
Telefone:	99839-0542
E-mail:	amanda.kiffer@al.es.gov.br
CPF:	109.993.487-79



IPAJM

	PODER JUDICIÁRIO - TITULAR
Nome:	CARMEN LÚCIA CORREA
Endereço:	Rua dos Imigrantes, 05, Praia Grande, Fundão/ES – CEP: 29187-000
Formação:	Direito
Telefone:	99982-5691
E-mail:	carmenluzlucia@hotmail.com
CPF:	861.170.927-68
	PODER JUDICIÁRIO - SUPLENTE
Nome:	SILVIO FALCÃO SPERANDIO
Endereço:	Av. Antonio Gil Vellozo, 152/901, Res. Alice, Praia da Costa, Vila Velha/ES – CEP: 29101-010
Formação:	Direito
Telefone:	99981-9050
E-mail:	silviosperandio@yahoo.com.br
CPF:	176.431.397-68
	MINISTÉRIO PÚBLICO - TITULAR
Nome:	JOANA DARC CALMON TRISTÃO GUZANSKY
Endereço:	An. Jose Julio de Souza, 990/102, Itaparica, Vila Velha/ES – CEP: 29102-010
Formação:	Direito
Telefone:	981143094
E-mail:	jguzansky@mpes.mp.br
CPF:	024.694.697-08
	MINISTÉRIO PÚBLICO - SUPLENTE
Nome:	DANIEL KRETTLI PEREIRA
Endereço:	Rua Rachel Vitalino de Brito, 110/402, Cond. Arboretto, Bloco 15, Hélio Ferraz, Serra/ES – CEP: 29160-596
Formação:	Ciências Contábeis
Telefone:	98834-7107
E-mail:	dkpereira@mpes.mp.br
CPF:	078.063.786-00
	DEFENSORIA PÚBLICA - TITULAR
Nome:	IVAN MAYER CARON
Endereço:	Rua Abiail do Amaral Carneiro, nº 84/ap 1203, Torre 1, Enseada do Suá, Vitória/ES – CEP: 29050-535
Formação:	Direito
Telefone:	3198-3300, 98111-6311
E-mail:	ivan.caron@defensoria.es.def.br
CPF:	064.691.879-60
	DEFENSORIA PÚBLICA - SUPLENTE
Nome:	SAMYLA GOMES MEDEIROS SOARES BELCHIOR
Endereço:	Rua Elesbão Linhares, nº 315/ap 1402, Praia do Canto, Vitória/ES – CEP: 29055-340
Formação:	Direito
Telefone:	99507-9992
E-mail:	samyla.soares@defensoria.es.def.br
CPF:	101.860.657-28



IPAJM

SEGURADOS CIVIS ATIVOS - TITULAR	
Nome:	ALDECI STOCO DE SOUZA
Endereço:	Rua Pio XII, 130, Jesus de Nazareth, Vitória/ES - CEP 29052-025
Formação:	Direito
Telefone:	99867-1995 / 3345-5047
E-mail:	aldeci.souza@pc.es.gov.br / stocolobao@gmail.com
CPF:	764.927.967-72
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - TITULAR	
Nome:	HUMBERTO MILEIP DUARTE MACHADO
Endereço:	Av. Antonio Giz Veloso, 2558/1004, Itapuã, Vila Velha/ES - CEP 29101-735
Formação:	Direito
Telefone:	99696-1982 / 3223-1844 / 3062-7320
E-mail:	hmileip@gmail.com
CPF:	098.236.157-21
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	ELSON GONÇALVES JUNIOR
Endereço:	Rua Amélia Tartuce Nasser, 139, Ed. Porto de Camburi, Jardim da Penha, Vitória/ES - CEP:
Formação:	Ciências Contábeis
Telefone:	3291-1049, 99948-0012
E-mail:	elsongoncalvesjunior@gmail.com
CPF:	970.388.497-00
SEGURADOS CIVIS ATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	RONALDO ALVES TEIXEIRA
Endereço:	Rua Tévio Batista da Silva, 115/302, Segurança do Lar, Vitória/ES - CEP: 29072-380
Formação:	Direito
Telefone:	3636-4209, 99757-3371
E-mail:	ronaldo@ipajm.es.gov.br
CPF:	036.362.747-24
SEGURADOS MILITARES ATIVOS - TITULAR	
Nome:	JEAN RAMALHO ANDRADE
Endereço:	Rua Boa Vista, 105, Boa Vista, Serra/ES - CEP 29161-000
Formação:	Direito
Telefone:	98151-7497 / 3382-3781
E-mail:	jrandrade1@gmail.com
CPF:	991.004.286-04
SEGURADOS MILITARES ATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
SEGURADOS INATIVOS - TITULAR	
Nome:	CLAUDIO JOSE NOGUEIRA
Endereço:	Rua Marataizes, 394/302, Valparaíso, Serra/ES - CEP 29165-807
Formação:	Direito
Telefone:	99822-0597 / 3328-8971
E-mail:	nogueiraclaudio@yahoo.com.br
CPF:	780.406.047-53



SEGURADOS INATIVOS - TITULAR	
Nome:	NÃO HOUE CANDIDATO INSCRITO
SEGURADOS INATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	NÃO HOUE CANDIDATO INSCRITO
SEGURADOS INATIVOS - SUPLENTE	
Nome:	NÃO HOUE CANDIDATO INSCRITO

Quanto à forma de funcionamento dos Conselhos do IPAJM no decorrer do exercício de 2021, esclarecemos que:

- Conselho Administrativo:

Conforme artigos 2º e 3º do seu regimento interno:

Art. 2º O Conselho Administrativo reunir-se-á em sessões ordinárias às última terças-feiras de cada mês, com maioria absoluta dos seus membros e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, em dia e hora previamente determinados.

Art. 3º As sessões terão início às 9h (nove) horas, prorrogáveis, se necessário, por mais 30m, e só poderão ser realizadas com a formação de quórum correspondente à metade e mais um dos membros do Conselho.

Por deliberação dos membros, as reuniões ordinárias passaram a ser realizadas na primeira quinta-feira de cada mês, com início da sessão às 10h.

- Conselho Fiscal:

Conforme artigos 2º e 3º do seu regimento interno:

Art. 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessões ordinárias na última quarta-feira de cada mês, com maioria absoluta dos seus membros e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, em dia e hora previamente determinados.

Art. 3º. As sessões terão início às 9h30m (nove horas e trinta minutos), prorrogáveis, se necessário, por mais 30m, e só poderão ser realizadas com a formação de quórum correspondente a metade e mais um dos Membros do Conselho.

Por deliberação dos membros, as reuniões ordinárias passaram a ser realizadas na primeira sexta-feira de cada mês, com início da sessão às 09h30.

Informamos que a composição dos referidos conselhos também se encontra relacionada no ROLRES.

No tocante ao cronograma das reuniões previstas e as datas das reuniões efetivamente realizadas pelos conselhos no decorrer do exercício:



CRONOGRAMA DAS REUNIÕES E DATAS - CONSELHO **ADMINISTRATIVO** - 2020

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
REUNIÃO	DATA DE REALIZAÇÃO
01ª Reunião ordinária 2021	14/01/2021
02ª Reunião ordinária 2021	11/02/2021
03ª Reunião ordinária 2021	25/03/2021
04ª Reunião ordinária 2021	22/04/2021
05ª Reunião ordinária 2021	13/05/2021
06ª Reunião ordinária 2021	17/06/2021
07ª Reunião ordinária 2021	15/07/2021
08ª Reunião ordinária 2021	12/08/2021
09ª Reunião ordinária 2021	02/09/2021
10ª Reunião ordinária 2021	07/10/2021
11ª Reunião ordinária 2021	04/11/2021
12ª Reunião ordinária 2021	09/12/2021

CRONOGRAMA DAS REUNIÕES E DATAS - CONSELHO **FISCAL** - 2020

CONSELHO FISCAL	
REUNIÃO	DATA DE REALIZAÇÃO
01ª Reunião ordinária 2021	08/01/2021
02ª Reunião ordinária 2021	05/02/2021
03ª Reunião ordinária 2021	23/03/2021
04ª Reunião ordinária 2021	23/04/2021
05ª Reunião ordinária 2021	14/05/2021
06ª Reunião ordinária 2021	16/06/2021
07ª Reunião ordinária 2021	09/07/2021
08ª Reunião ordinária 2021	13/08/2021
09ª Reunião ordinária 2021	03/09/2021
10ª Reunião ordinária 2021	21/10/2021
11ª Reunião ordinária 2021	11/11/2021
12ª Reunião ordinária 2021	03/12/2021

Evidenciar as principais considerações realizadas pelos Conselheiros em suas participações nas reuniões e as providências adotadas pela administração do RPPS, nos pontos relevantes:

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - 2021:

• 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 14 DE JANEIRO DE 2021

✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Suplementar por anulação de dotação para Complementação de Dotação da Compensação Previdenciária, no valor de R\$ 1.545.873,60 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais, sessenta centavos) – Processo 2020-LLR2W - **RESOLUÇÃO N° 001/2021**.

• 02ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 11 DE FEVEREIRO DE 2021



✓ Aprovação de abertura de Crédito Suplementar por superávit financeiro, para pagamento de despesas de inativos e pensionistas dos Fundos Financeiro, Previdenciário e de Proteção Social no mês de fevereiro/2021, provenientes do superávit financeiro de 2020, conforme Decreto nº 4810-R, de 25/01/2021, no valor de R\$ 65.079.908,28 (sessenta e cinco milhões, setenta e nove mil, novecentos e oito reais e vinte e oito centavos) – Processo 2021-D1CB7 - **RESOLUÇÃO Nº 002/2021.**

• 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 25 DE MARÇO DE 2021

✓ Aprovação do Parecer Técnico referente ao Exercício 2020, emitido e aprovado pelo Conselho Fiscal – Processo 2021-PCF9R - **RESOLUÇÃO Nº 004/2021.**

✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Suplementar por anulação, na UG 600201 – IPAJM, no valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para cobrir despesas administrativas e de investimentos do IPAJM no exercício de 2021 – Processo 2021-D1CB7 - **RESOLUÇÃO Nº 003/2021.**

• 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 22 DE ABRIL DE 2021

✓ Apresentação da Diretora Técnica, Mariana do Nascimento Gonçalves de Freitas, e da Diretora Administrativa e Financeira, Sonia Maria Casotti, concernente ao projeto IPAJM Digital que inclui a digitalização dos processos físicos, formas de requerimento eletrônico, análise legal correlata à adaptação dos procedimentos administrativos ao formato 100% eletrônico.

• 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 13 DE MAIO DE 2021

✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Suplementar, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para Descentralização Orçamentária para manutenção do sistema SIARHES no Exercício de 2021 – Processo nº 2021-X7CXN - **RESOLUÇÃO Nº 005/2021;**

✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Suplementar, no valor de R\$ 9.288.895,51 (nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais, e cinquenta e um centavos), para cobrir despesas da folha de pagamento de inativos e pensionistas do Fundo Financeiro – Processo nº 2021-2D8CL - **RESOLUÇÃO Nº 006/2021.**

• 06ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 17 DE JUNHO DE 2021



- ✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Adicional Suplementar, proveniente de Superávit Financeiro, para atendimento do Termo de Cooperação nº 01/2020, celebrado entre o IPAJM e o Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES), no valor de R\$ 356.098,90 (trezentos e cinquenta e seis mil, noventa e oito reais e noventa centavos) – Processo nº 2021-S7FW3 - **RESOLUÇÃO Nº 007/2021**;
- ✓ Aprovação de abertura de Crédito Adicional Suplementar para cobrir despesas da folha de pagamento de inativos e pensionistas do Fundo Proteção Social dos Militares no exercício de 2021, no valor de R\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais) – Processo nº 2021-6B2NQ - **RESOLUÇÃO Nº 008/2021**;
- ✓ Aprovação de abertura de Crédito Adicional Suplementar, proveniente de Superávit Financeiro, para cobrir despesas da folha de pagamento de inativos e pensionistas do Fundo Financeiro no exercício de 2021, no valor de R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais) – Processo nº 2021-D1CB7 - **RESOLUÇÃO Nº 009/2021**.

• 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 15 DE JULHO DE 2021

- ✓ Informações aos Conselheiros sobre a Portaria nº 012-R, de 06/07/2021, referente à prorrogação recadastramento para janeiro/2022, informando que o recadastramento anual obrigatório, por meio de "Prova de Vida", dos aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, que teria início no mês de agosto/2021, foi prorrogado para janeiro/2022, que o recadastramento deve ser realizado no mês de aniversário do segurado, e que os procedimentos para a realização ainda serão divulgados pelo IPAJM.

• 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 12 DE AGOSTO DE 2021

- ✓ Ciência e ratificação *ad referendum* de abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação de recursos, para a execução do aporte do Fundo Financeiro para o exercício de 2021, no valor de R\$ 2.198.316.000,00 (dois bilhões, cento e noventa e oito milhões, trezentos e dezesseis mil reais) – Processo nº 2021-S3M7Q - **RESOLUÇÃO Nº 010/2021**.

• 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 02 DE SETEMBRO DE 2021

- ✓ Aprovação da Proposta Orçamentária Anual 2022 – Encaminhamento nº 2021-06WFG - **RESOLUÇÃO Nº 011/2021**.

• 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 07 DE OUTUBRO DE 2021



- ✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação, para readequação orçamentária visando atender despesas com compensação previdenciária do Fundo Financeiro - UG 600210, no valor de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) – Processo nº 2021-DGKT6 - **RESOLUÇÃO Nº 012/2021**;
- ✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação, para reforço orçamentário visando cobrir despesas de honorários de advogados provenientes de sentenças judiciais (UG 600201 – IPAJM) durante o exercício de 2021, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) – Processo nº 2021-J375B - **RESOLUÇÃO Nº 013/2021**;
- ✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação, para atendimento das despesas administrativas do IPAJM conforme Portaria 008-R de 02/06/2021, visando a regularização da execução orçamentária do último trimestre do exercício de 2021, no valor de R\$ 1.715.000,00 (um milhão, setecentos e quinze mil reais) – Processo nº 2021-T30SB - **RESOLUÇÃO Nº 014/2021**.

• 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 04 DE NOVEMBRO DE 2021

- ✓ Aprovação das Hipóteses Atuariais para 2022 – Processo nº 2021-CTQK8 - **RESOLUÇÃO Nº 015/2021**.

• 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 09 DE DEZEMBRO DE 2021

- ✓ Aprovação *ad referendum* de abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação, no valor de R\$ 24.900.000,00 (vinte e quatro milhões e novecentos mil reais), para pagamento de despesas de inativos e pensionistas e sentenças judiciais do Fundo Financeiro; despesas de inativos e pensionistas do Fundo de Proteção Social dos militares; e despesas de honorários de advogados do IPAJM, referentes à competência de dezembro/2021 - Processo nº 2021-8H6ZC - **RESOLUÇÃO Nº 016/2021**;
- ✓ Aprovação da Política de Investimentos de 2022 - Processo 2021-K6P38 - **RESOLUÇÃO Nº 017/2021**.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO FISCAL – 2020

• 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 08 DE JANEIRO DE 2021

- ✓ Apresentação da Diretoria de Investimentos – Diretor de Investimentos: Gilberto de Souza Tulli.



- ✓ Ciência da Política de Investimentos para 2021 – Processo nº 2020-24CVG.
- ✓ Ciência das Hipóteses Atuariais eleitas para Avaliação Atuarial de 31/12/2020 – Processo nº 2020-R4QT8.
- ✓ Distribuição do balancete do mês de novembro/2020, processo nº 2021-SDGC2, ao Conselheiro Relator: Adda Maria Bettero M. L. Machado.

• 02ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 05 DE FEVEREIRO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM, processo nº 2020-PP0M5, referente ao mês de outubro/2020, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Felipe Tapias de Sales.
- ✓ Distribuição do balancete do mês de dezembro/2020, processo nº 2021-HGK45, ao Conselheiro Relator Pedro Santa Anna Rosa.

• 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 23 DE MARÇO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM, processo nº 2021-SDGC2, referente ao mês de novembro/2020, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Adda Maria Bettero M. L. Machado;
- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM, processo nº 2021-HGK45, referente ao mês de dezembro/2020, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Pedro Santa Anna Rosa;
- ✓ Aprovado, por unanimidade, o relatório da análise das demonstrações contábeis do exercício de 2020, processo E-Docs nº 2021-PCF9R, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Pedro Santa Anna Rosa, tendo sido emitido o Parecer do Conselho Fiscal, acerca das contas do Ordenador de Despesas do IPAJM, exercício 2020, parte integrante da Prestação de Contas a ser submetida à análise e aprovação do Tribunal de Contas do Estado – TCEES.

• 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 23 DE ABRIL DE 2021

- ✓ Apresentação do Presidente Executivo, Sr. José Elias do Nascimento Marçal, e da Diretora Técnica, Mariana do Nascimento Gonçalves.
- ✓ Distribuição do balancete do mês de janeiro/2021, processo nº 2021-T0253, ao Conselheiro Relator Jackson Eugênio Silote.

• 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 14 DE MAIO DE 2021



- ✓ Distribuição do balancete do mês de fevereiro/2021, processo nº 2021-1002D ao Conselheiro Relator Valdir Vieira Junior;
- ✓ Distribuição do balancete do mês de março/2021, processo nº 2021-RZLCZ, ao Conselheiro Relator Ana Maria Mai.

• 06ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 16 DE JUNHO DE 2021

- ✓ Distribuição do balancete do mês de abril/2021, processo nº 2021-3VKB6, ao Conselheiro Relator Miguel Pedro Amm Filho.

• 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 09 DE JULHO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de janeiro/2021, processo nº 2021-T0253, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Jackson Eugênio Silote.
- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de fevereiro/2021, processo nº 2021-1002D, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Valdir Vieira Junior.
- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de março/2021, processo nº 2021-RZLCZ, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Ana Maria Mai.
- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de abril/2021, processo nº 2021-3VKB6, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Miguel Pedro Amm Filho.

• 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 13 DE AGOSTO DE 2021

- ✓ Distribuição do balancete do mês de maio/2021, processo nº 2021-1Z8BT, ao Conselheiro Relator Renato Tognere Ferron.
- ✓ Apresentação da estrutura e funcionamento da Diretoria de Proteção Social - DPS, com a participação da Diretora, Márcia Regina Fiorotti e do Gerente de Finanças Juliano, Cesar Gomes.

• 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 03 DE SETEMBRO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de maio/2021, processo nº 2021-1Z8BT, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Renato Tognere Ferron.



- ✓ Distribuição do balancete do mês de junho/2021, processo nº 2021-Q7D1K, ao Conselheiro Relator Felipe Tápias de Sales.
- ✓ Apresentação do novo membro do Conselho, Wanderlei Antonio Marinato, representante do Poder Executivo, conforme Decreto nº 1736-S/2021, publicado em 24/08/2021.

• 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 – 21 DE OUTUBRO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de junho/2021, processo nº 2021-Q7D1K, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Felipe Tápias de Sales.
- ✓ Distribuição do balancete do mês de julho/2021, processo nº 2021-C34B2, ao Conselheiro Relator Wanderlei Antonio Marinato.

• 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 11 DE NOVEMBRO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de julho/2021, processo nº 2021-C34B2, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator Wanderlei Antonio Marinato.
- ✓ Distribuição do balancete do mês de agosto/2021, processo nº 2021-X03T9, ao Conselheiro Relator Felipe Tápias de Sales.

• 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 - 03 DE DEZEMBRO DE 2021

- ✓ Aprovado, por unanimidade, o balancete contábil do IPAJM referente ao mês de agosto/2021, processo nº 2021-X03T9, nos termos apresentados pelo Conselheiro Relator, Felipe Tápias de Sales.
- ✓ Distribuição do balancete do mês de setembro/2021, processo nº 2021-LKW25, ao Conselheiro Relator Jackson Eugênio Silote.
- ✓ Apresentação da Diretoria de Investimento, com a participação do Diretor de Investimentos Gilberto de Souza Tulli.

Registramos que as Atas de Reuniões podem ser acessadas/consultadas no sítio eletrônico do IPAJM, qual seja, <http://ipajm.es.gov.br/>.

Em relação a atualização da base cadastral dos Servidores ativos, este Instituto de Previdência realizava o censo atuarial, por meio do Censo Bianual, instituído pela **Portaria Nº 22-R/2017**, com atualização dos dados necessários para manutenção da base dos dados cadastrais, sendo



que no ano de 2021 foi voltado para servidores aniversariantes nos meses ímpares (janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro).

Ocorre que, em razão da determinação 1.1.6, do Acórdão do TCEES nº 01091/2019, o atual Gestor junto com o Controle Interno (UECI), a Gerência Jurídica Previdenciária e o Diretor de Investimentos, elaboraram a Portaria nº 04-R, de 09 de março de 2021, onde foram estabelecidas a obrigatoriedade dos Poderes e órgãos autônomos que compõem a administração pública estadual promoverem o envio de informações atualizadas dos respectivos servidores e membros de Poder, ativos, vinculados ao ES-PREVIDÊNCIA e ao SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES, e de seus respectivos dependentes, conforme exigências da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Segundo a mencionada Portaria, os Poderes e órgãos autônomos enumerados no art. 1º deverão encaminhar ao IPAJM até o dia 10 de outubro de cada ano a base de dados para realização de estudo atuarial de seus servidores ativos, falecidos em atividade ou exonerados, e seus respectivos dependentes, em arquivo eletrônico no leiaute apresentado no Anexo III desta Portaria. Porém, excepcionalmente no ano de 2021 o censo anual abrangerá ao menos os aniversariantes dos meses de abril a agosto. A partir de 2022, os dados e informações atualizados deverão se reportar a toda massa de segurados ativos, nos termos do art. 1º.

A respeito do recadastramento periódico dos segurados do IPAJM, que encontra previsão legal no inciso II, art. 9º da Lei Federal nº 10.887/2004 e § 3º e art. 14 da LCE nº 282/2004. Trata-se de procedimento obrigatório que objetiva a prova de vida do segurado e a manutenção de seu cadastral atualizado, que deve ser realizado no mínimo a cada 05 (cinco) anos, motivo pelo qual no ano de 2021 não foi realizado recadastramento dos servidores civis e militares, tendo em vista a ocorrência do "Recadastramento 2019", regulamentado pela Portaria nº 02-R, de 08 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial em 11 de fevereiro de 2019, com prova de vida e atualização cadastral.

Porém, em observância à Determinação do e. Tribunal de Contas no bojo do Acórdão 01091/2019-1, o IPAJM publicou em 07/01/2021 a **Portaria Nº 01-R**, de 06 de janeiro de 2021, a fim de instituir a obrigatoriedade de realização de Prova de Vida, denominada "Recadastramento", dos aposentados e pensionistas do IPAJM, compreendendo beneficiários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Ministério Público, abrangidos pelas LCE nº 282/2004 e 943/2020, bem como que o Recadastramento será realizado anualmente, no mês de aniversário do beneficiário, sendo condição para a continuidade do recebimento do provento de aposentadoria, reserva, reforma ou pensão.



O IPAJM adiou a Portaria nº 01-R/2021, para março de 2022, em razão das medidas sanitárias em atenção à Panamenha do Novo Coronavírus, em que, por meio da Portaria Nº 03-R, de 08 de fevereiro de 2022, estabeleceu as normas e diretrizes para realização de prova de vida anual, para o ano de 2022.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Evolução do número de segurados, ativos, inativos e pensionistas, nos últimos cinco exercícios, sempre posicionados em 31/12;

Servidores do ES-PREVIDÊNCIA:

Quantitativo de Aposentados nº da Folha: 32

ÓRGÃO	dez/16	Variação %	dez/17	Variação %	dez/18	Variação %	dez/19	Variação %	dez/20	Variação %	dez/21
ALES	186	1,08%	188	-0,53%	187	25,67%	235	-3,83%	226	-3,54%	218
DER	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
DETRAN	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
DIO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
FAMES	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IASES	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IDAF	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IEMA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IJSN	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
INCAPER	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IPAJM	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IPAJMPREV	30827	5,87%	32638	3,05%	33635	1,38%	34099	1,99%	34778	-0,48%	34619
JUCEES	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
MPES	33	3,03%	34	270,59%	126	4,76%	132	-75,76%	32	0,00%	32
RTV	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SEGER	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SUPPIN	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TCEES	179	-1,68%	176	1,14%	178	5,06%	187	1,07%	189	0,53%	190
TJES	132	-2,27%	129	-3,10%	125	8,70%	115	818,26%	1056	2,65%	1084

Quantitativo de Instituidores nº da Folha: 12

ÓRGÃO	dez/17	Variação %	dez/18	Variação %	dez/19	Variação %	dez/20	Variação %	dez/21
ALES	76	-10,53%	68	-2,94%	66	22,73%	81	-7,41%	75
DER	39	2,56%	40	-2,50%	39	23,08%	48	-4,16%	46
DETRAN	20	-5,00%	19	0,00%	19	15,79%	22	9,09%	20
DIO	11	-18,18%	9	0,00%	9	0,00%	9	0,00%	9
FAMES	4	25,00%	5	-20,00%	4	50,00%	6	-16,66%	5
IASES	22	-9,09%	20	5,00%	21	9,52%	23	4,35%	24
IDAF	22	-9,09%	20	5,00%	21	14,29%	24	0,00%	24
IEMA	6	-50,00%	3	0,00%	3	100,00%	6	-50,00%	3
IJSN	10	-20,00%	8	-12,50%	7	28,57%	9	0,00%	9
INCAPER	43	-11,63%	38	-5,26%	36	22,22%	44	-2,27%	43
IPAJM	9	11,11%	10	-10,00%	9	0,00%	9	22,22%	11
JUCEES	2	0,00%	2	0,00%	2	0,00%	2	50,00%	1
IPEM	1	100,00%	2	0,00%	2	50,00%	3	-33,33%	2
MPES	69	-7,25%	64	1,56%	65	9,23%	71	-14,08%	61
RTV	24	-25,00%	18	0,00%	18	16,67%	21	0,00%	21



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

SEGER	5734	-11,79%	5058	-0,18%	5049	17,85%	5950	-9,75%	5370
TCEES	41	-14,63%	35	5,72%	37	5,41%	39	-5,13%	37
TJES	450	-10,67%	402	2,24%	411	15,09%	473	-9,72%	427

Servidores do Sistema de Proteção Social dos Militares:

	2020	2021
ATIVOS	9.700	9.516
INATIVOS	5.896	6.138
PENSIONISTAS	2.358	2.409

Quantitativo de benefícios concedidos pelo RPPS, segregados por tipo de benefício e por exercício, nos últimos cinco anos;

Servidores do ES-PREVIDÊNCIA:

	Benefício Aposentadoria	Pensão
2017	1616	345
2018	1680	377
2019	1652	296
2020	759	271
2021	461	231

Fonte: SIARHES.

No quantitativo de aposentadoria e pensão, estão contabilizados os benefícios concedidos aos Militares e seus dependentes (Reserva, Reforma e Pensão) no período de 01/01/2020 a 15/03/2020, considerando que a partir da edição da Lei Complementar Nº 943, publicada em Diário Oficial de 16/03/2020, os benefícios de inatividade dos Militares e as pensões de seus dependentes passaram a ser de competência da Diretoria de Proteção Social.

Servidores do Sistema de Proteção Social dos Militares:

	2020	2021
Reserva Remunerada	490	235
Reforma por Invalidez	60	65
Reforma por Idade	117	85
Reforma Disciplinar		3
Pensão por morte	104	118

Obs.: todos os benefícios concedidos são com paridade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Valores totais dispendidos com o pagamento dos benefícios concedidos pelo RPPS, segregados por tipo de benefício e por exercício, nos últimos cinco anos;

Servidores do ES-PREVIDÊNCIA:

Unidade Gestora / Categoria da Despesa / Grupo da Despesa / Modalidade / Elemento	2017			2018			2019			2020			2021					
	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL MILITAR- FPS	TOTAL	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL			
DESPESA PAGA	2.499.014.659,42	81.943.271,99	2.580.957.931,41	2.708.250.683,27	84.693.223,88	2.792.943.907,15	2.828.227.024,62	85.202.877,19	2.913.429.901,81	2.485.533.822,41	77.126.822,24	2.562.660.644,65	668.133.168,54	3.230.813.813,19	2.398.966.196,39	71.974.915,84	847.405.002,82	3.218.361.112,04
3 - DESPESAS CORRENTES	2.499.014.659,42	81.943.271,99	2.580.957.931,41	2.708.250.683,27	84.693.223,88	2.792.943.907,15	2.828.227.024,62	85.202.877,19	2.913.429.901,81	2.485.533.822,41	77.126.822,24	2.562.660.644,65	668.133.168,54	3.230.813.813,19	2.398.966.196,39	71.974.915,84	847.405.002,82	3.218.361.112,04
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.499.014.659,42	81.943.271,99	2.580.957.931,41	2.708.250.683,27	84.693.223,88	2.792.943.907,15	2.828.227.024,62	85.202.877,19	2.913.429.901,81	2.485.533.822,41	77.126.822,24	2.562.660.644,65	668.133.168,54	3.230.813.813,19	2.398.966.196,39	71.974.915,84	847.405.002,82	3.218.361.112,04
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.028.966,73	136.009,29	6.164.976,02	10.496.711,66	248.199,15	10.744.910,81	10.744.910,81	790.207,30	11.535.118,11	896.437,83	12.431,00	12.431,00	1.088.000,00	11.207.499,35	1.088.000,00	16.114,87	1.088.000,00	1.088.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	271.462,00	271.462,00	542.924,00	493.366,00	49.560,00	542.924,00	542.924,00	7.140.000,00	10.212.964,70	283.459,30	933.659,39	31.448.663,64	11.207.499,35	310.060,63	2.498.821,19	14.106.381,00	6.381.602,60	2.498.821,19
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20 - TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
01 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20 - TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Servidores do Sistema de Proteção Social dos Militares:

Unidade Gestora / Categoria da Despesa / Grupo da Despesa / Modalidade / Elemento	2020	2021
	FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL MILITAR- FPS	FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL MILITAR- FPS
DESPESA PAGA	668.133.168,54	847.405.002,82
3 - DESPESAS CORRENTES	668.133.168,54	847.405.002,82
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	668.133.168,54	847.405.002,82
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	668.133.168,54	847.405.002,82
01 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	539.294.987,33	682.100.833,91
03 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	127.886.948,78	162.805.347,72
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	-	-
17 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	17.573,04	-
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	933.659,39	2.498.821,19
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-
20 - TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	-	-
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	-	-
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	-	-
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	-	-
91 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	-	-
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-

Número total de benefícios do RPPS dos últimos cinco anos, segregados pelo critério de reajustamento dos benefícios; (posição em 31/12).

Servidores do ES-PREVIDÊNCIA:



	Aposentadoria - Sem Paridade	Pensão - Sem Paridade
2017	114	341
2018	138	187
2019	096	222
2020	068	237
2021	130	231

	Aposentadoria - Com Paridade	Pensão - Com Paridade
2017	1502	04
2018	1542	190
2019	1556	074
2020	0691	034
2021	331	000

Fonte: SIARHES.

Servidores do Sistema de Proteção Social dos Militares:

Tipo	2020		2021	
	Com paridade	Sem paridade	Com paridade	Sem paridade
INATIVOS	5.896	-	6.138	-
PENSIONISTAS	2.358	-	2.409	-

Número de benefícios concedidos nos últimos cinco anos, segregados por tipo de benefício e por exercício, e a sua situação no tocante ao registro junto ao TCEES: a) pendente de registro, aguardando providências no RPPS; b) pendente de registro, aguardando providências no TCEES, ou c) foi registrado.

Servidores do ES-PREVIDÊNCIA:

	Benefícios Homologados	
	Aposentadoria	Pensão
2017	004	000
2018	145	020
2019	027	001
2020	591	034
2021	1000	102

	APOSENTADORIAS	
	CONCEDIDAS	HOMOLOGADAS
2017	1616	004
2018	1680	145
2019	1652	027
2020	759	591
2021	461	1000

	PENSÃO	
	CONCEDIDAS	HOMOLOGADAS
2017	421	000
2018	377	020



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

2019	296	001
2020	271	034
2021	231	102

Foram homologados pelo Tribunal de Contas 1000 processos de aposentadoria homologados em 2021.

ANO	Total de Processos de APOSENTADORIA
2003	001
2005	002
2007	002
2008	001
2009	004
2010	003
2011	003
2012	003
2013	016
2014	017
2015	024
2016	053
2017	237
2018	259
2019	075
2020	300

Foram encaminhados 102 processos de pensão homologados em 2021.

ANO	Total de Processo de PENSÃO
2009	01
2011	01
2013	01
2014	02
2015	06
2016	01
2017	41
2018	43
2019	06

Servidores do Sistema de Proteção Social dos Militares:

	2020			2021		
	Pendente de Registro aguardando providências do RPPS	Pendente de Registro aguardando providências do TCEES	Registrado	Pendente de Registro aguardando providências do RPPS	Pendente de Registro aguardando providências do TCEES	Registrado
Reserva Remunerada	0	490	144	0	725	155



Reformas	0	177	76	0	330	51
Exclusão						1
Pensão por morte	0	104	8	0	222	41

Estoque de processos em 31/12:

Servidores do ES-PREVIDÊNCIA:

	2020	2021
Pendente de concessão	2294	1205
Pendente de análise de pedido de revisão	076	102
Pendente de registro no SIARHES	759 aposentadorias; 271 pensões	461 aposentadorias; 231 pensões
Pendente por Diligência	25	17

Servidores do Sistema de Proteção Social dos Militares:

	2020	2021
Pendente de concessão	91	83
Pendente de análise de pedido de revisão	0	2
Pendente de registro no SIARHES	65	156
Pendente por Diligência	0	6

DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Quanto ao convênio de compensação previdenciária firmado com o MPS (data de assinatura, data de vigência, das obrigações recíprocas, do ente e do INSS, etc):

O Acordo de Cooperação Técnica firmado em 27 de março de 2017, foi substituído pelo Termo de Adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária – Comprev, aprovado através da Portaria SPREV/ME nº 6.657, de 11 de junho de 2021, com o objetivo de manter atualizado o cadastro de todos os benefícios objeto da compensação financeira e a apurar os montantes devidos pelos regimes previdenciários, e destes entre si, nos termos do § 1º e caput do art. 10 do Decreto nº 10.188, de 19 de dezembro de 2019. O Termo de Adesão foi celebrado pelo Ministério do



Trabalho e Previdência, através da Secretaria de Previdência - SPREV e o Estado do Espírito Santo, com interveniência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, em 17 de agosto de 2021, registrado no GESCON/SPREV sob o nº L168683/2021.

As obrigações dos Regimes Próprios (Aderentes) estão elencadas em sua cláusula terceira como segue:

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ADERENTE

3.1 *Caberá ao ADERENTE inserir no Sistema Comprev os requerimentos de compensação previdenciária referentes às aposentadorias e pensões delas decorrentes, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição.*

3.2 *O ADERENTE deverá manter os dados cadastrais de seu RPPS atualizados, bem como os dados de todos os benefícios objeto de compensação previdenciária, inclusive quanto a eventuais revisões e sua extinção total ou parcial.*

3.3 *Ao inserir os requerimentos, o ADERENTE deverá juntar todos os documentos comprobatórios necessários para a análise pelo regime de origem previstos no Decreto nº 10.188, de 2019, e nos atos normativos expedidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência.*

3.4 *O ADERENTE deverá indicar profissional médico habilitado para realizar o enquadramento do requerimento de compensação previdenciária, quando decorrente de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho (ou antiga aposentadoria por invalidez), ao rol de doenças previsto na legislação.*

3.5 *O ADERENTE compromete-se a operacionalizar a compensação financeira, analisando os requerimentos recebidos por meio do Sistema Comprev dos demais regimes previdenciários, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, sob pena de incidir nas sanções de que trata o art. 7º da referida Lei.*

As obrigações da Secretaria de Previdência estão relacionadas à cláusula quarta, conforme abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SPREV

4.1 *Caberá à SPREV, em articulação com a Dataprev e o CNRPPS, fornecer as normas e manuais necessários à operacionalização da compensação previdenciária, bem como orientar os servidores designados pelo ADERENTE, para que possam operar o Sistema Comprev.*

4.2 *A SPREV, por meio da Secretaria de Previdência, disponibilizará o Sistema Comprev e promoverá a sua manutenção e melhorias, a serem financiadas na forma do item 2.1 deste termo de adesão.*

4.3 *A SPREV, quando identificada a necessidade de alteração das cláusulas do presente Termo de Adesão, disponibilizará ao ADERENTE versão atualizada para celebração de novo ajuste.*

A cláusula quinta do Termo de Adesão está relacionada ao prazo de Vigência:

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 *O prazo de vigência do presente Termo de Adesão é de cinco anos.*



5.2 Enquanto existirem obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária, o prazo será automaticamente prorrogado por novos períodos de cinco anos, salvo se houver denúncia expressa deste Termo de Adesão por parte do ADERENTE.

Fluxo anual (número de benefícios e dos valores) dos últimos cinco anos dos valores do RO (Regime de Origem) x RI (Regime Instituidor):

Ano Competência	RPPS – IPAJM - RO		RGPS – INSS - RI		Saldo
	Req. Ativos*	Receitas	Req. Ativos*	Despesas	
2017	2.359	11.808.521,44	955	0,00	11.808.521,44
2018	2.445	18.131.818,36	963	0,00	18.131.818,36
2019	2.399	11.493.060,70	960	0,00	11.493.060,70
2020	2.344	12.086.663,27	1.011	15.003.188,90	-2.916.525,63
2021	2.256	12.196.555,11	1.050	4.757.743,72	7.438.811,39
Totais	-	65.716.618,88	-	19.760.932,62	45.955.686,26

* Quantidade de Requerimentos Ativos referente ao mês de dezembro de cada ano.

Os valores do INSS que estavam bloqueados desde o mês de junho de 2015, segundo os critérios de Proporcionalidade entre o Regime de Origem (IPAJM) e o Regime Instituidor (INSS) estabelecido no Art. 19-B da Portaria MPAS nº 6.209 de 16/12/1999, alterado pela Portaria MPS nº 288 de 30/06/2015, foram liberados na competência de novembro de 2020, cujo saldo bloqueado até aquele mês era de R\$ 15.265.387,01, conforme Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME, de 18/11/2020, que trata da implementação do novo sistema da Compensação Previdenciária a partir de dezembro de 2020, deixando de ser aplicada a regra de proporcionalidade, de acordo com o Decreto nº 10.188, de 20/12/2019.

Fluxo financeiro mensal recebido a título de compensação previdenciária:

Ano 2021	RPPS – IPAJM - RO		RGPS – INSS - RI		Saldo
	Req. Ativos	Receitas	Req. Ativos	Despesas	
01/21	2.335	1.027.476,14	1.009	174.752,16	852.723,98
02/21	2.333	948.131,55	1.007	174.377,19	773.754,36
03/21	2.333	950563,48	1.002	174175,83	776.387,65



IPAJM

04/21	2.334	1.006.968,66	998	173.112,06	833.856,60
05/21	2.333	950.545,14	994	172.913,52	777.631,62
06/21	2.333	946.383,88	993	224.366,86	722.017,02
07/21	2.330	949.410,59	1.009	1.019.513,57	-70.102,98
08/21	2.305	803.006,95	1.027	924.398,12	-121.391,17
09/21	2.273	929.935,18	1.045	500.900,38	429.034,80
10/21	2.273	1.838.866,29	1.055	849.335,57	989.530,72
11/21	2.260	923.438,25	1.052	185.097,02	738.341,23
12/21	2.256	921.829,00	1.050	184.801,44	737.027,56
Totais	-	12.196.555,11	-	4.757.743,72	7.438.811,39

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Previsão orçamentária do RPPS, a lei de aprovação do orçamento anual e o percentual de suplementação autorizado no exercício;

No exercício de 2021, a execução orçamentária consolidada deste RPPS ocorreu conforme estabelecido na Lei Estadual nº 11.231, de 07 de janeiro de 2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021), com previsão de receita no valor de R\$ 3.239.956.000,00 (três bilhões, duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais), e despesa fixada no valor de R\$ 3.649.956.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais).

Total da previsão orçamentária inicial do RPPS consolidado em 2021

UNIDADE GESTORA - UG	RECEITA	DESPEZA
600201 - IPAJM	1.300.000,00	88.178.000,00
600210 - FUNDO FINANCEIRO	2.570.516.000,00	2.513.678.000,00
600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO	532.790.000,00	512.750.000,00
600212 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL	135.350.000,00	535.350.000,00
TOTAL	3.239.956.000,00	3.649.956.000,00

Ao longo do exercício de 2021 diversos fatores ensejaram a abertura de créditos adicionais para atender às necessidades de execução orçamentária.

Em relação a UG 600201 – IPAJM, foram abertos o total de R\$ 4.481.098,90 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, noventa e oito reais e noventa centavos) em créditos adicionais em 2021. Desses, destaca-se o crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício



IPAJM

de 2020, no valor de R\$ 356.098,90 (trezentos e cinquenta e seis mil, noventa e oito reais e noventa centavos) - Decreto Estadual nº 1194-S/2021, para atender à descentralização de crédito realizada para o DER, tendo em vista que o valor descentralizado no exercício de 2020 não foi utilizado pelo órgão. Os demais, foram abertos para suplementar dotações e/ou ações orçamentárias que se revelaram insuficientes durante a execução da despesa do exercício e utilizaram como fonte a anulação parcial de outras dotações que possuíam créditos orçamentários em excesso no próprio IPAJM.

UG 600201 - IPAJM

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)	%
Decreto nº 397-S	08/03/2021	2.000.000,00	44,63%
Portaria nº 014-R	27/04/2021	150.000,00	3,35%
Decreto nº 1194-S	09/06/2021	356.098,90	7,95%
Decreto nº 2017-S	27/09/2021	150.000,00	3,35%
Decreto nº 2035-S	01/10/2021	1.725.000,00	38,50%
Decreto nº 2617-S	13/12/2021	100.000,00	2,23%
Total (A)		4.481.098,90	100,00%
Despesa fixada (B)		88.178.000,00	
Indicador de Alteração Orçamentária (A/B)			5,08%

Na UG 600210 - Fundo Financeiro (FF), as alterações orçamentárias totalizaram R\$ 2.339.121.817,88 (dois bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e um mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos), dos quais R\$ 2.198.316.000,00 (dois bilhões, cento e noventa e oito milhões, trezentos e dezesseis mil) foram abertos mediante a Lei Estadual nº 11.297/2021, para adequar a execução da cobertura da insuficiência financeira (aporte) do FF no exercício de 2021, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

De acordo com o MCASP, o aporte ao FF deve ser realizado por meio de transferência financeira extraorçamentária do Poder Executivo e dos outros Poderes na fonte de recursos ordinários do Tesouro (010100000). Assim, uma vez que a LOA 2021 já estava aprovada após a decisão conjunta por parte da equipe técnica das secretarias de Estado de Economia e Planejamento (SEP), da Fazenda (SEFAZ) e do IPAJM de alteração da execução orçamentária, foi necessária a alteração de parte das fontes de recursos utilizadas para a execução do pagamento das despesas com aposentados e pensionistas, originalmente fixada integralmente na fonte de recursos vinculados da Previdência (027000000), para que também houvesse créditos orçamentários para pagamento na fonte de recursos ordinários do Tesouro (010100000). Tendo em vista o montante ser vultuoso, optou-se por realizar a alteração das fontes de recursos dos créditos orçamentários por meio da Lei Estadual nº 11.297/2021, preservando-se o limite de remanejamento orçamentário do Estado.



Os outros R\$ 140.805.817,88 (cento e quarenta milhões, oitocentos e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) foram abertos por meio de decretos de créditos adicionais suplementares. Desses, R\$ 104.716.922,37 (cento e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), tiveram como fonte o superávit financeiro do FF em exercícios anteriores, sendo R\$ 28.716.922,37 (vinte e oito milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos) – Decreto Estadual nº 397-S/2021 –, originados do recolhimento das contribuições previdenciárias da competência de dez/2020¹, e R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais) – Decreto Estadual nº 2105-S/2021 –, originados de receitas de compensações previdenciárias, rendimentos de aplicações, devoluções de recursos da taxa de administração², entre outros não utilizados em exercícios anteriores.

Outros R\$ 26.800.000,00 (vinte e seis milhões e oitocentos mil reais) – Decretos Estaduais nº 1987-S/2021 e nº 2617-S/2021–, foram abertos para suplementar dotações que se revelaram insuficientes durante a execução da despesa e utilizaram como fonte a anulação parcial de outras dotações que possuíam créditos orçamentários em excesso no próprio FF. O restante, no total de R\$ 9.288.895,51 (nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos) – Decreto Estadual nº 1020-S/2021 –, tiveram como fonte o superávit financeiro de 2020 e o excesso de arrecadação de receitas patrimoniais de 2021, ambos do Tesouro Estadual, para utilização dos recursos na fonte 0108 (Distribuição da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019), transferidos ao IPAJM como parte do aporte repassado em maio/2021.

**UG 600210 - Fundo
Financeiro**

Alterações Orçamentárias	Data	Valor	%
Decreto nº 397-S	08/03/2021	28.716.922,37	1,23%
Lei nº 11.297	13/05/2021	2.198.316.000,00	93,98%
Decreto nº 1020-S	19/05/2021	9.288.895,51	0,40%
Decreto nº 1987-S	22/09/2021	24.000.000,00	1,03%
Decreto nº 2105-S	07/10/2021	76.000.000,00	3,25%
Decreto nº 2617-S	13/12/2021	2.800.000,00	0,12%
Total (A)		2.339.121.817,88	100,00%
Despesa fixada (B)		2.513.678.000,00	
Indicador de Alteração Orçamentária (A/B)			93,06%

¹ Por força do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, as contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento de dezembro, incluindo o 13º salário, são recolhidas ainda no mês de dezembro, caso o pagamento ocorra anterior ao dia 27/12. Assim, por mais que o recurso financeiro permaneça em caixa, este só pode ser utilizado após a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, pois não se configura como receita orçamentária do exercício corrente.

² Conforme determinação do Decreto Estadual nº 1434-R/2005, o superávit financeiro do IPAJM, proveniente da sobra da taxa de administração, deverá ser devolvido aos respectivos fundos, de forma proporcional, no exercício seguinte. Esse decreto foi revogado pelo Decreto Estadual nº 5017-R/2021.



Em relação a UG 600211 - Fundo Previdenciário (FP) houve apenas uma abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 5.960.435,77 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos) – Decreto Estadual nº 397-S/2021 –, tendo como fonte o superávit financeiro do FP em 2020, fruto do recolhimento das contribuições previdenciárias da competência de dez/2020.

UG 600211 - Fundo Previdenciário

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)	%
Decreto nº 397-S	08/03/2021	5.960.435,77	100,00%
Total (A)		5.960.435,77	100,00%
Despesa fixada (B)		512.750.000,00	
Indicador de Alteração Orçamentária (A/B)			1,16%

Por fim, a UG 600212 - Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS) totalizou R\$ 316.530.870,58 (trezentos e dezesseis milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos) em créditos adicionais suplementares abertos em 2021. Desses, R\$ 29.530.870,58 (vinte e nove milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos) – Decreto Estadual nº 397-S/2021 –, tiveram como fonte o superávit financeiro do FPS em 2020, fruto do recolhimento das contribuições da competência de dez/2020. Os demais foram abertos ao longo do exercício de 2021, visando alcançar o total necessário à execução da despesa com a folha de pagamento de benefícios e pensões militares, tendo em vista que o crédito inicial fixado na LOA 2021 foi inferior à proposta encaminhada pelo IPAJM.

UG 600212 - Fundo de Proteção Social dos Militares

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)	%
Decreto nº 397-S	08/03/2021	29.530.870,58	9,33%
Decreto nº 1558-S	28/07/2021	100.000.000,00	31,59%
Lei nº 11.357	20/08/2021	165.000.000,00	52,13%
Decreto nº 2617-S	13/12/2021	22.000.000,00	6,95%
Total (A)		316.530.870,58	100,00%
Despesa fixada (B)		535.350.000,00	
Indicador de Alteração Orçamentária (A/B)			59,13%

A seguir evidenciaremos as receitas arrecadadas e despesas executadas por categoria econômica, origem, espécie e Unidade Gestora.

UO 60201 – IPAJM

Comportamento das Receitas Arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

A UG 600201 - IPAJM é custeada com os recursos provenientes da taxa de administração dos FF e FP e da taxa de manutenção do FPS, conforme determinam, respectivamente, o artigo 52 da Lei Complementar Estadual (LCE) nº 282/2004 e o artigo 15 da LCE nº 943/2020.

A partir de 2017, por determinação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), o valor da taxa de administração não foi mais incluído na previsão orçamentária, desta forma, quando analisamos o Balanço Orçamentário a receita prevista na rubrica 16001399 - OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS apresentam valores compatíveis com os valores realizados. Observa-se que no período, o IPAJM não possui receitas suficiente para custear as suas despesas, sendo dependente dos recursos provenientes da taxa de administração para realização das mesmas, conforme demonstrado a seguir:

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	2017		2018		2019		2020		2021	
	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3.492.000,00	1.841.667,63	1.694.000,00	1.436.359,01	1.692.000,00	1.346.178,99	1.617.000,00	434.434,32	1.300.000,00	999.386,40
1 - RECEITAS CORRENTES	3.491.000,00	1.807.467,63	1.694.000,00	1.436.359,01	1.692.000,00	1.325.114,06	1.617.000,00	404.645,94	1.260.000,00	999.386,40
11 - RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111 - IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - RECEITA PATRIMONIAL	3.172.000,00	1.457.472,39	1.315.000,00	1.089.947,64	1.371.000,00	929.174,49	1.229.000,00	14.595,76	900.000,00	509.697,62
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.172.000,00	1.457.472,39	1.315.000,00	1.089.947,64	1.371.000,00	929.174,49	1.229.000,00	14.595,76	900.000,00	509.697,62
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	293.000,00	314.785,07	334.000,00	333.503,35	309.000,00	353.018,82	376.000,00	376.632,63	320.000,00	380.101,79
160 - RECEITA DE SERVIÇOS	293.000,00	314.785,07	334.000,00	333.503,35	309.000,00	353.018,82	376.000,00	376.632,63	320.000,00	380.101,79
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.000,00	35.210,17	45.000,00	12.908,02	12.000,00	42.920,75	12.000,00	13.417,55	40.000,00	109.586,99
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,72	0,00	213,21	0,00	4,19
192 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.000,00	22.799,62	28.000,00	12.907,14	12.000,00	42.406,03	12.000,00	13.204,34	40.000,00	62.567,62
199 - RECEITAS DIVERSAS	13.000,00	12.410,55	17.000,00	0,88	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	47.015,18
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	34.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	34.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	34.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
72 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
721 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
792 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.064,93	0,00	29.788,38	0,00	0,00
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.064,93	0,00	29.788,38	0,00	0,00
792 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.064,93	0,00	29.788,38	0,00	0,00

Comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação e elemento de despesas dos últimos cinco anos

A seguir, demonstramos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas no período analisado. Destacamos que no valor de Outras Despesas Correntes está incluída a despesa mensal do PASEP incidente sobre as receitas do IPAJM, do FF, do FP e do FPS. Em 2021, o PASEP totalizou R\$ 36.243.902,49 (trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e três mil, novecentos e dois reais e quarenta e nove centavos). Além do PASEP mensal temos o parcelamento evidenciado nas rubricas Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, que totalizaram, respectivamente, R\$ 2.318.273,39 (dois milhões, trezentos e dezoito mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e nove



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



IPAJM

centavos), e R\$ 3.483.898,92 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

A partir do exercício de 2021, o valor do aporte ao FF para custear a insuficiência financeira com a folha de inativos e pensionistas do IPAJM passou a ser repassado diretamente pela SEFAZ com recursos do Tesouro.

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa / Modalidade / Elemento	2017			2018			2019			2020			2021		
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
3 - DESPESAS CORRENTE	58.228.051,70	57.292.511,37	53.878.161,93	61.279.834,62	60.665.414,69	57.068.326,64	68.437.116,31	67.398.331,10	63.401.308,99	72.625.654,23	67.566.914,48	62.533.096,01	59.533.196,29	58.200.735,94	53.411.856,31
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.847.034,13	18.733.029,89	18.713.567,73	20.163.442,39	20.114.834,44	20.091.249,33	21.094.737,12	21.082.198,28	21.005.957,47	21.895.243,59	21.851.590,65	21.850.055,31	14.804.112,49	13.831.375,23	13.831.375,23
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	9.327.254,17	9.222.254,28	9.200.792,03	10.414.901,82	10.380.584,78	10.354.799,96	10.995.203,61	10.724.459,83	10.724.459,83	12.119.393,17	12.077.863,17	12.077.863,17	12.735.887,53	12.689.594,29	12.689.594,29
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.213,12	660.213,12	651.717,87	648.444,91	648.444,91	638.660,83
07 - CONTRIBUIÇÃO A TEMPOS FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.100,00	2.164,76	2.164,76	3.433,39	3.433,39	3.433,39	3.456,83	3.456,83	3.456,83	1.801,93	1.801,93	1.801,93	3.307,56	3.307,56	3.307,56
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.453.139,65	8.443.868,18	8.443.868,18	9.601.021,86	9.588.247,02	9.588.247,02	10.035.758,76	10.035.758,76	10.035.758,76	10.584.720,82	10.584.720,82	10.584.720,82	10.783.274,38	10.783.274,38	10.783.274,38
33 - OBRIGACÕES PATRONAIS	320.000,00	260.089,23	268.626,98	295.700,00	295.463,04	289.678,22	354.172,81	351.786,79	297.180,39	411.151,62	411.151,62	418.966,38	418.966,38	418.966,38	407.452,22
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	167.466,81	167.466,81	167.466,81	229.248,93	229.248,93	229.248,93	56.373,22	56.373,22	56.373,22	95.238,36	95.238,36	163.149,12	163.149,12	163.149,12	163.149,12
92 - SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.565,86	3.565,86	3.565,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	198.590,17	192.458,58	193.458,58	74.604,04	72.514,67	72.514,67	106.365,61	106.259,93	106.248,63	35.781,99	35.781,99	35.781,99	241.176,96	241.176,96	241.176,96
94 - INCENDENTOS E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	34.397,54	34.397,54	34.397,54	30.313,83	30.313,83	30.313,83	51.113,10	51.113,10	51.113,10	831,69	831,69	831,69	38.719,56	38.719,56	38.719,56
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL RESCISÓRIAS	150.000,00	120.809,18	120.809,18	180.545,81	181.365,94	181.365,94	196.159,66	187.288,52	170.762,89	324.653,64	324.653,64	324.653,64	615.622,41	640.848,66	640.848,66
91 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	9.519.739,98	9.511.275,70	9.512.775,70	9.746.540,48	9.737.849,36	9.737.849,36	10.287.771,27	10.286.995,27	10.281.497,79	9.775.850,42	9.772.150,48	9.772.150,48	1.173.451,21	1.147.580,94	1.147.580,94
11 - OBRIGACÕES PATRONAIS	9.452.687,36	9.450.700,44	9.450.700,44	9.706.214,70	9.705.588,42	9.705.588,42	10.252.093,19	10.251.315,19	10.251.315,19	9.735.865,85	9.733.964,45	9.733.964,45	1.078.297,43	1.074.571,16	1.074.571,16
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.092,60	36.451,04	36.451,04	7.325,78	6.426,58	6.426,58	968,80	968,80	968,80	4.623,88	2.866,34	2.866,34	30.562,64	30.562,64	30.562,64
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL RESCISÓRIAS	30.000,00	25.624,22	25.624,22	35.000,00	28.834,36	28.834,36	34.711,28	29.213,00	29.213,00	35.360,69	35.360,69	35.360,69	64.590,94	42.447,14	42.447,14
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.594.928,89	1.594.928,89	1.594.928,89	1.857.063,22	1.857.063,22	1.857.063,22	2.070.597,19	2.070.597,19	2.070.597,19	2.227.199,69	2.227.199,69	2.227.199,69	2.318.273,39	2.318.273,39	2.318.273,39
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.594.928,89	1.594.928,89	1.594.928,89	1.857.063,22	1.857.063,22	1.857.063,22	2.070.597,19	2.070.597,19	2.070.597,19	2.227.199,69	2.227.199,69	2.227.199,69	2.318.273,39	2.318.273,39	2.318.273,39
21 - JUROS SOBRE DÍVIDA POR CONTRATO	1.594.928,89	1.594.928,89	1.594.928,89	1.857.063,22	1.857.063,22	1.857.063,22	2.070.597,19	2.070.597,19	2.070.597,19	2.227.199,69	2.227.199,69	2.227.199,69	2.318.273,39	2.318.273,39	2.318.273,39
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTE	37.846.038,69	36.965.553,10	33.569.664,41	39.289.123,91	38.689.819,73	38.179.824,10	45.271.828,30	44.785.335,63	40.335.354,39	48.503.218,94	47.448.121,34	43.455.841,01	42.330.912,00	42.399.014,10	37.716.304,69
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	37.257.738,36	36.405.602,43	33.073.517,90	38.669.017,16	38.179.323,33	37.643.658,28	44.665.116,18	44.192.479,28	39.767.707,38	47.921.460,74	46.923.293,05	37.940.633,92	42.665.812,50	43.043.283,66	36.609.236,45
14 - DIARIAS - CIVIL	5.689,00	5.689,00	5.689,00	6.454,20	6.454,20	6.454,20	22.740,80	22.740,80	22.740,80	3.455,40	3.455,40	3.455,40	5.830,40	5.830,40	5.830,40
30 - MATERIAL DE CONSUMO	53.062,18	42.949,76	41.767,94	50.135,36	62.925,02	62.284,50	97.998,49	84.670,42	83.889,97	106.981,19	83.108,98	82.307,02	62.151,24	40.013,36	39.637,56
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	67.943,52	59.364,26	55.394,26	57.640,00	46.697,63	46.697,63	73.472,59	73.472,59	69.502,59	44.734,32	43.481,34	40.982,34	37.351,08	33.232,40	33.232,40
34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	475.000,00	380.612,00	350.616,10	325.104,00	298.620,00	298.620,00	312.968,00	312.968,00	312.968,00	410.000,00	194.686,00	194.686,00	299.946,00	207.102,00	207.102,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.340,00	1.340,00	1.340,00	20.799,00	20.799,00	19.065,75	23.122,45	19.065,75	19.065,75
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.619.496,33	1.607.075,61	1.525.552,21	688.885,61	696.132,49	691.769,39	399.526,36	399.526,36	399.526,36	307.177,27	307.177,27	307.177,27	383.888,07	383.888,07	383.888,07
37 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE OBRA	1.386.452,69	1.181.664,45	1.181.664,45	1.483.024,75	1.382.221,10	1.382.546,64	933.572,30	889.095,69	889.095,69	1.012.841,67	873.794,28	873.794,28	1.032.632,68	909.364,10	909.364,10
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.340.406,54	2.089.740,85	2.038.597,60	3.228.197,77	2.984.923,83	2.984.422,07	4.294.645,71	3.977.351,09	3.789.481,88	3.057.888,96	2.803.333,42	2.803.997,88	3.296.366,12	2.786.794,93	2.794.791,83
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	299.212,20	257.663,52	236.591,52	287.221,53	253.069,19	253.069,19	307.854,30	256.344,88	241.936,04	341.407,77	308.041,66	308.041,66
46 - ALUGUÉ ALIMENTAÇÃO	204.412,28	204.412,28	204.412,28	466.667,50	466.667,50	466.667,50	475.880,00	475.880,00	475.880,00	514.707,50	514.707,50	511.977,91	511.977,91	511.977,91	511.977,91
47 - OBRIGACÕES TRABALHISTAS E CONTRIBUIÇÕES	30.743.811,40	30.492.389,69	27.319.117,44	31.710.386,66	31.605.500,08	30.338.135,94	37.367.175,76	37.367.175,76	33.075.524,04	43.712.682,69	37.401.807,94	32.660.381,70	38.362.322,49	36.241.902,49	31.309.020,25
99 - ALUGUÉ TRANSPORTE	67.792,38	67.792,38	67.792,38	67.880,00	68.654,08	68.654,08	99.228,71	99.228,71	99.228,71	61.426,49	61.426,49	61.426,49	66.633,53	54.828,55	51.800,55
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	102.150,30	102.150,30	102.150,30	213.628,98	209.177,73	209.177,73	297.342,01	297.342,01	297.342,01	242.588,83	242.588,83	242.588,83	422.059,03	418.622,73	389.781,06
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	191.760,84	191.760,84	191.760,84	258,17	258,17	258,17	24.990,20	24.990,20	24.990,20	60.410,91	60.410,91	60.410,91	3.149,00	3.149,00	3.149,00
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL RESCISÓRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.638,80	1.868,81	1.868,81	17.922,31	17.922,31	17.922,31	36.948,71	30.722,71	30.722,71
91 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	588.300,32	556.950,67	496.148,71	590.111,94	519.596,40	480.955,82	606.662,02	592.856,25	557.646,91	581.750,20	515.207,09	515.207,09	565.000,00	466.970,24	466.970,24
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	588.300,32	556.950,67	496.148,71	500.777,04	437.737,04	406.630,39	488.190,97	488.190,97	462.988,73	431.750,20	371.675,73	371.675,73	410.000,00	333.144,87	333.144,87
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	89.334,90	81.895,36	74.364,43	118.465,95	104.658,18	104.658,18	160.000,00	143.531,36	143.531,36	155.000,00	133.825,37	133.825,37
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.796.039,83	3.715.025,95	3.715.025,95	3.745.073,92	3.725.675,92	3.725.675,92	3.497.838,92	3.485.128,92	3.485.128,92	3.599.988,92	3.599.988,92	3.599.988,92	4.651.697,70	4.648.645,30	4.648.645,30
4 - INVESTIMENTOS	312.140,91	291.127,83	291.127,83	281.150,00	243.777,00	243.777,00	13.930,00	4.330,00	4.330,00	116.690,00					



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Resultado Orçamentário 2017-2021

Em R\$

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Prevista (A)	3.492.000,00	1.694.000,00	1.692.000,00	1.617.000,00	1.300.000,00
Receita Realizada (B)	1.841.667,63	1.436.359,01	1.346.178,99	434.434,32	999.386,40
Resultado da Receita (C = B - A)	-1.650.332,37	-257.640,99	-345.821,01	-1.182.565,68	-300.613,60
Taxa de Administração Recebida (D)	80.533.382,90	75.024.601,53	86.995.555,05	70.969.280,34	74.234.341,37
Taxa de Manutenção Recebida (E)	0,00	0,00	0,00	7.771.484,34	11.714.189,43
Resultado da Receita Ajustado (F = C + D + E)	78.883.050,53	74.766.960,54	86.649.734,04	77.558.199,00	85.647.917,20
Despesa Fixada (G)	81.500.000,00	68.764.000,00	92.097.000,00	106.267.000,00	88.534.098,90
Dotação Inicial	81.500.000,00	87.814.000,00	92.097.000,00	90.117.000,00	88.178.000,00
Suplementações/Anulações	0,00	-19.050.000,00	0,00	16.150.000,00	356.098,90
Despesa Executada (H)	62.084.041,53	65.024.708,54	71.934.991,43	76.225.643,14	64.284.895,68
Descentralização Orçamentária (I)	666.292,99	658.143,38	555.685,06	903.508,18	575.526,23
Resultado da Despesa Ajustado (J = G - H - I)	18.749.665,48	3.081.148,08	19.606.323,51	29.137.848,68	23.673.676,99
Resultado Orçamentário (K = B + D + E - H - I)	19.624.716,01	10.778.108,62	15.851.057,55	2.046.047,68	22.087.495,29

Destaca-se que, no decorrer do exercício de 2021, a execução da despesa no montante de R\$ 64.284.895,68 (sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) representou 73,09% da despesa fixada. Já as descentralizações orçamentárias totalizaram R\$ 575.526,23 (quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos).

Sobre a receita, destacam-se os valores de R\$ 74.234.341,37 (setenta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos), referente à taxa de administração, e R\$ 11.714.189,43 (onze milhões setecentos e quatorze mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), referente à taxa de manutenção, recebidos por meio de transferência financeira. O Decreto Estadual nº 1434-R/2005 foi revogado por meio do Decreto Estadual nº 5017-R/2021, acabando com a necessidade de devolução por parte do IPAJM aos fundos dos recursos financeiros não utilizados no exercício.

Despesa	Fixada (A)	Realizada (B)	Execução do Orçamento (B/A)	Participação da Despesa (B/C)
Despesas Correntes	81.970.228,26	59.633.198,38	72,75%	92,76%
Pessoal e Encargos Sociais	24.569.200,00	14.084.112,49	57,32%	21,91%
Juros e Encargos da Dívida	2.550.000,00	2.318.273,39	90,91%	3,61%
Outras Despesas Correntes	54.851.028,26	43.230.812,50	78,81%	67,25%
Despesas de Capital	5.988.344,41	4.651.697,30	77,68%	7,24%
Investimentos	2.504.445,41	1.167.798,38	46,63%	1,82%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	3.483.899,00	3.483.898,92	100,00%	5,42%
Total da Despesa (C)	87.958.572,67	64.284.895,68	73,09%	100,00%

Comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando os valores pagos e cancelados dos últimos cinco anos.



Em 2021 foram inscritos R\$ 5.069.100,65 (cinco milhões, sessenta e nove mil e cem reais, e sessenta e cinco centavos) em Restos a Pagar Processados, dos quais R\$ 4.930.189,84 (quatro milhões, novecentos e trinta mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), referem-se ao PASEP mensal de dezembro, cujo vencimento é o mês de janeiro do exercício seguinte. Também foram inscritos R\$ 1.135.494,42 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) em Restos a Pagar não Processados, referente a saldos de empenhos que serão utilizados para custear despesas contratuais de dezembro/2021. Desses, os saldos remanescentes não liquidados até 30/06/2022 serão cancelados automaticamente por meio do Sistema SIGEFES conforme determinação do no §5º do artigo 8º do Decreto Estadual nº 5014-R/2021.

Em R\$

Restos a Pagar	Inscritos		Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F = A + B - D - E)
	Em Exercícios Anteriores (A)	No Exercício (B)			
Restos a Pagar Não Processados 2017	502.688,60	1.076.503,61	267.683,12	206.000,70	1.105.508,39
Restos a Pagar Processados 2017	3.147.825,29	3.414.350,94	3.147.447,87	-	3.414.728,36
Restos a Pagar Não Processados 2018	1.105.508,39	633.616,53	386.030,33	690.473,28	662.621,31
Restos a Pagar Processados 2018	3.414.728,36	3.597.089,45	3.414.728,36	-	3.597.089,45
Restos a Pagar Não Processados 2019	662.621,31	508.431,41	320.457,49	342.163,82	508.431,41
Restos a Pagar Processados 2019	3.597.089,45	4.539.522,15	3.597.080,45	9,00	4.539.522,15
Restos a Pagar Não Processados 2020	508.431,41	5.058.738,74	316.755,19	191.676,22	5.058.738,74
Restos a Pagar Processados 2020	4.539.522,15	5.033.819,47	4.539.522,15	-	5.033.819,47
Restos a Pagar Não Processados 2021	5.058.738,74	1.135.494,42	260.700,60	4.798.038,14	1.135.494,42
Restos a Pagar Processados 2021	5.033.819,47	5.069.100,65	5.033.819,47	-	5.069.100,65

Movimentação orçamentária realizada, no exercício, através de créditos adicionais, anulações e por meio de movimentação de créditos.

Os créditos adicionais suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e as anulações foram de ações que estavam orçadas a maior.

O total de créditos adicionais suplementar abertos na UG 600201 – IPAJM no exercício de 2021 foi de R\$ 4.481.098,90 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, noventa e oito reais e noventa centavos), devidamente aprovados pelo Conselho Administrativo do IPAJM, conforme demonstrado abaixo:



UG 600201 - IPAJM

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)
Decreto nº 397-S	08/03/2021	2.000.000,00
Portaria nº 014-R	27/04/2021	150.000,00
Decreto nº 1194-S	09/06/2021	356.098,90
Decreto nº 2017-S	27/09/2021	150.000,00
Decreto nº 2035-S	01/10/2021	1.725.000,00
Decreto nº 2617-S	13/12/2021	100.000,00
Total (A)		4.481.098,90

Além dos créditos e anulações citados, ocorreram remanejamentos internos no montante de R\$ 3.458.634,61 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos), para viabilizar a execução orçamentária de acordo com as necessidades da autarquia. Ressalta-se que não foram abertos créditos adicionais especiais e/ou extraordinários nesta UG, no exercício.

Ainda no decorrer de 2021, houve descentralização orçamentária ao PRODEST para atender às despesas com a manutenção do SIARHES no montante de R\$ 575.526,23 (quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos), em conformidade com as portarias nº 003-R, de 09/03/2021, nº 006-R de 18/05/2021 e nº 017-R de 13/12/2021; bem como para o DER para atender às despesas de contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia para construção da nova sede do IPAJM, no montante de R\$ 356.098,90 (trezentos e cinquenta e seis mil, noventa e oito reais e noventa centavos), conforme a Portaria nº 009-R, de 15/06/2021 que foi cancelada por meio da Portaria nº 019-R de 22/12/2021.

UO 60210 – FUNDO FINANCEIRO

Comportamento das Receitas Arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios;

A receita arrecadada do FF, no período de 2017 a 2021, apresenta uma redução considerável em 2021 na receita "721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS", ocasionada pela mudança na metodologia de contabilização do aporte financeiro, citada anteriormente, que passou a ser registrada por meio de transferência financeira extraorçamentária, conforme estabelecido no MCASP. As demais receitas de contribuições (segurado e patronal) têm apresentado uma redução mais moderada ao longo dos anos, em decorrência do FF ser um plano fechado e em extinção, ou seja, não há novas adesões, no referido Fundo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	2017		2018		2019		2020		2021	
	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA
600210 - FUNDO FINANCEIRO	2.616.099.000,00	2.365.042.115,17	2.626.326.000,00	2.529.103.106,43	3.046.844.000,00	2.758.389.885,65	3.282.577.240,00	2.309.235.411,03	2.570.516.000,00	366.860.191,56
1 - RECEITAS CORRENTES	256.468.000,00	260.302.212,43	288.985.000,00	272.867.496,75	303.966.000,00	268.693.691,35	231.653.131,00	227.214.186,86	221.590.000,00	236.707.001,90
12 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	243.057.000,00	235.078.062,11	257.552.000,00	232.658.676,66	254.494.000,00	230.356.195,95	214.513.131,00	213.468.522,60	204.500.000,00	218.324.283,65
121 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	243.057.000,00	235.078.062,11	257.552.000,00	232.658.676,66	254.494.000,00	230.356.195,95	214.513.131,00	213.468.522,60	204.500.000,00	218.324.283,65
13 - RECEITA PATRIMONIAL	1.104.000,00	11.757.834,16	13.351.000,00	9.688.557,37	12.339.000,00	9.672.598,90	2.000.000,00	892.951,85	2.000.000,00	3.153.849,88
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.104.000,00	11.757.834,16	13.351.000,00	9.688.557,37	12.339.000,00	9.672.598,90	2.000.000,00	892.951,85	2.000.000,00	3.153.849,88
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.307.000,00	13.466.316,16	18.082.000,00	30.520.262,72	37.133.000,00	28.664.896,50	15.140.000,00	12.852.712,41	15.090.000,00	15.228.868,37
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	376.000,00	53.294,46	60.000,00	17.022.832,24	19.835.000,00	2.090.489,77	30.000,00	589.066,39	30.000,00	314.968,23
192 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.537.000,00	13.182.954,85	18.017.000,00	13.497.336,58	17.298.000,00	26.560.948,81	15.110.000,00	12.260.336,95	15.060.000,00	14.904.411,37
193 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	503,18	0,00	3.309,07	0,00	8.405,98
199 - RECEITAS DIVERSAS	371.000,00	230.066,85	5.000,00	93,90	0,00	12.954,74	0,00	0,00	0,00	1.082,79
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
259 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.359.631.000,00	2.104.739.902,74	2.337.341.000,00	2.256.235.609,68	2.742.878.000,00	2.489.696.194,30	3.050.924.109,00	2.082.021.224,17	2.348.926.000,00	130.153.189,56
72 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.359.629.000,00	2.104.738.442,09	2.337.341.000,00	2.256.234.339,29	2.742.873.000,00	2.489.692.917,04	3.050.914.109,00	2.082.019.567,44	2.348.916.000,00	130.152.097,14
721 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.359.629.000,00	2.104.738.442,09	2.337.341.000,00	2.256.234.339,29	2.742.873.000,00	2.489.692.917,04	3.050.914.109,00	2.082.019.567,44	2.348.916.000,00	130.152.097,14
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	1.460,65	0,00	1.270,39	5.000,00	3.277,26	10.000,00	1.656,73	10.000,00	1.092,52
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	2.000,00	1.460,65	0,00	1.270,39	5.000,00	715,24	10.000,00	1.656,73	10.000,00	1.092,52
792 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562,02	0,00	0,00	0,00	0,00

Conforme pode ser observado abaixo, a participação do valor do aporte no total de recursos que ingressaram no FF para pagamentos dos benefícios previdenciários, representaram 85% do total, em 2021.

Participação do aporte na receita arrecadada

em R\$

	2017	2018	2019	2020	2021
Assembleia Legislativa	22.161.723,40	23.837.564,22	30.090.995,95	34.466.799,52	33.604.245,25
Tribunal de Contas	24.182.134,62	24.819.762,08	28.174.993,74	30.987.728,77	32.455.732,14
Tribunal de Justiça	146.315.268,49	136.433.660,69	160.524.166,39	204.049.255,49	202.742.937,14
Ministério Público	33.971.467,25	39.234.137,64	38.893.887,90	40.814.989,82	43.642.192,78
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	10.577.322,83
Poder Executivo	1.787.810.632,32	1.926.028.726,19	2.137.124.702,18	1.825.295.316,45	1.687.421.453,41
Total do aporte (A)	2.014.441.226,08	2.150.353.850,82	2.394.808.746,16	2.135.614.090,05	2.010.443.883,55
Total da arrecadação (B)	2.591.672.708,93	2.728.608.468,98	2.918.914.052,04	2.513.284.666,52	2.377.304.075,11
Participação do aporte na receita arrecadada (A/B)	77,73%	78,81%	82,04%	84,97%	84,57%

Cabe destacar que de janeiro até jun/2021, o aporte da Defensoria Pública do Estado foi repassado pelo Tesouro, totalizando R\$ 9.780.866,48 (nove milhões, setecentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos), que foram ressarcidos ao Tesouro pela Defensoria Pública no mês de dez/2021.

Comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento da despesa, nos últimos cinco exercícios;

As despesas do FF estão previstas na LCE nº 282/2004, e o seu comportamento se deve ao aumento do pagamento dos benefícios decorrente do ingresso de novos inativos/pensionistas a cada novo exercício.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Ressalta-se que, devido a segregação dos militares para o FPS, por força da LCE nº 943/2020, os valores a partir de 2020 referem-se apenas aos civis, o que explica o decréscimo 12,12% entre 2019 e 2020. Em 2021, a diminuição foi de 3,48%, quando comparado a 2020. Abaixo, demonstramos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas pelo FF nos últimos cinco anos:

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa / Modalidade / Elemento	2017			2018			2019			2020			2021		
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
3 - DESPESAS CORRENTES	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.485.553.822,41	2.485.546.584,43	2.399.031.529,57	2.399.031.529,57	2.399.031.529,57	2.398.966.194,38
3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.470.551.221,97	2.470.543.983,99	2.392.649.926,92	2.392.649.926,92	2.392.584.593,73	2.392.584.593,73
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.470.551.221,97	2.470.543.983,99	2.392.649.926,92	2.392.649.926,92	2.392.584.593,73	2.392.584.593,73
61 - APOSENTADORIAS DO RPPS	1.985.549.616,64	1.985.549.616,61	1.985.549.616,61	2.188.837.581,30	2.188.837.581,30	2.188.837.581,30	2.360.666.533,46	2.360.666.533,46	2.360.666.533,46	2.071.844.008,23	2.071.844.008,23	2.033.679.552,68	2.033.679.552,68	2.033.679.552,68	2.033.679.552,68
63 - PENSÕES DO RPPS EXO-FUNILAR	435.547.003,00	435.545.697,37	435.545.697,37	438.563.380,59	438.563.380,59	438.563.380,59	490.860.727,07	490.860.727,07	490.860.727,07	366.638.189,74	366.638.189,74	365.999.715,22	365.999.715,22	365.999.715,22	365.999.715,22
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -	29.266.026,56	29.266.026,56	29.266.026,56	43.677.582,80	43.677.582,80	43.677.582,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -	6.628.956,73	6.628.956,73	6.628.956,73	10.496.711,66	10.496.711,66	10.496.711,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	271.162,40	271.162,40	271.162,40	653.306,59	653.306,59	653.306,59	790.297,64	790.297,64	790.297,64	836.459,30	836.459,30	1.673.159,84	1.673.159,84	1.673.159,84	1.673.159,84
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS	57.753.199,67	57.753.199,67	57.753.199,67	26.023.860,36	26.023.860,36	26.023.860,36	6.909.445,93	6.909.445,93	6.909.445,93	32.232.564,70	32.232.564,70	11.297.499,16	11.297.499,16	11.297.499,16	11.297.499,16
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.002.600,44	15.002.600,44	6.381.602,65	6.381.602,65	6.381.602,65	6.381.602,65
20 - TRANSFERÊNCIAS A UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.002.600,44	15.002.600,44	1.808.660,17	1.808.660,17	1.808.660,17	1.808.660,17
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.002.600,44	15.002.600,44	1.808.660,17	1.808.660,17	1.808.660,17	1.808.660,17
98 - COMPENSAÇÕES AO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.572.942,48	4.572.942,48	4.572.942,48	4.572.942,48
Total	2.499.015.963,14	2.499.014.659,42	2.499.014.659,42	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.708.250.683,57	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.828.227.024,62	2.485.553.822,41	2.485.546.584,43	2.399.031.529,57	2.399.031.529,57	2.398.966.194,38	2.398.966.194,38

Apuração do resultado orçamentário dos últimos cinco anos;

Considerando o conceito de resultado orçamentário e a necessidade de evidenciar os valores que ingressaram no FF extraorçamentariamente, principalmente o aporte para pagamento de benefícios, apresentamos o resultado orçamentário ajustado, a seguir, sendo as receitas previstas e despesas fixadas atualizadas para os exercícios de 2017 a 2021. Destaca-se que, não foram considerados os repasses e as devoluções relativas ao Decreto Estadual nº 1434-R/2005, referente à taxa de administração.

	2017	2018	2019	2020	2021
Resultado Orçamentário 2017-2021					
em R\$					
Receita Prevista (A)	2.616.099.000,00	2.626.326.000,00	3.046.844.000,00	3.282.577.240,00	2.570.516.000,00
Receita Realizada (B)	2.365.042.115,17	2.529.103.106,43	2.758.389.885,65	2.309.235.411,03	366.860.191,56
Resultado da Receita C = (B - A)	-251.056.884,83	-97.222.893,57	-288.454.114,35	-973.341.828,97	-2.203.655.808,44
Aporte Extraorçamentário (D)	226.630.593,76	199.505.362,55	160.524.166,39	204.049.255,49	2.010.443.883,55
Resultado da Receita Ajustado (E = C + D)	-24.426.291,07	102.282.468,98	-127.929.947,96	-769.292.573,48	-193.211.924,89
Despesa Fixada (F)	2.556.099.000,00	2.716.276.000,00	2.978.927.145,00	3.217.928.000,00	3.090.997.817,88
Dotação Inicial	2.556.099.000,00	2.662.276.000,00	2.978.927.145,00	3.217.928.000,00	2.513.678.000,00
Suplementações/Anulações	0,00	0,00	0,00	0,00	463.314.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR (G)	0,00	0,00	0,00	0,00	113.944.877,94
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	60.939,94
Destaque recebido	0,00	54.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Executada (H)	2.499.015.963,14	2.708.250.683,57	2.828.227.024,62	2.485.553.822,41	2.399.031.529,57
Resultado da Despesa (I = F - H)	57.083.036,86	8.025.316,43	150.700.120,38	732.374.177,59	691.966.288,31
Resultado Orçamentário (J = B - H)	-133.973.847,97	-179.147.577,14	-69.837.138,97	-176.318.411,38	-2.032.171.338,01
Resultado Orçamentário Ajustado (K = B + D + G - H)	92.656.745,79	20.357.785,41	90.687.027,42	27.730.844,11	92.217.423,48

Comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando os valores pagos e cancelados dos últimos cinco exercícios;

Abaixo, demonstramos as inscrições dos Restos a Pagar de 2017 a 2021. Ressalta-se que, em 2018 e 2019, não houve inscrições em Restos a Pagar. Em 2020, ocorreu o registro de R\$ 7.237,98 (sete mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos), em Restos a Pagar



Processados, referente a conta 211110101 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO, liquidado em jan/2021. Em 2021, foram inscritos em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 65.333,19 (sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e dezenove centavos), dos quais R\$ 59.026,49 (cinquenta e nove mil, vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) foram pagos em jan/2022. Do restante, R\$ 5.258,79 (cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) serão cancelados devido a registros em duplicidade, e R\$ 1.047,91 (um mil, quarenta e sete reais e noventa e um centavos), referem-se a saldo da folha de pagamento de dez/2021, que aguardam manifestação da Gerencia de Folha e Pagamento para o devido pagamento ou cancelamento.

Em R\$

Restos a Pagar	Inscritos		Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
	Em Exercícios Anteriores (A)	No Exercício (B)			
Restos a Pagar Não Processados 2017	4.865,90	-	-	4.865,90	-
Restos a Pagar Processados 2017	-	1.303,72	-	-	1.303,72
Restos a Pagar Não Processados 2018	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2018	1.303,72	-	-	1.303,72	-
Restos a Pagar Não Processados 2019	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2019	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados 2020	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2020	-	7.237,98	-	-	7.237,98
Restos a Pagar Não Processados 2021	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2021	7.237,98	65.333,19	7.237,98	-	65.333,19

Movimentação orçamentária realizada, no exercício, através de créditos adicionais e por meio de movimentação de créditos;

Os créditos adicionais suplementares foram necessários para adequação do orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e as anulações foram de ações que estavam orçadas a maior, dentro da própria UG.

O total de créditos adicionais suplementar abertos na UG 600210 – FF no exercício de 2021 foi de R\$ 2.339.121.817,88 (dois bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e um ml, oitocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos), devidamente aprovados pelo Conselho Administrativo do IPAJM, conforme demonstrado abaixo:



UG 600210 - Fundo Financeiro

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)
Decreto nº 397-S	08/03/2021	28.716.922,37
Lei nº 11.297	13/05/2021	2.198.316.000,00
Decreto nº 1020-S	19/05/2021	9.288.895,51
Decreto nº 1987-S	22/09/2021	24.000.000,00
Decreto nº 2105-S	07/10/2021	76.000.000,00
Decreto nº 2617-S	13/12/2021	2.800.000,00
Total (A)		2.339.121.817,88

Os créditos orçamentários abertos tiveram como fonte de anulação os recursos do próprio FF, alterando apenas ações, não influenciando na dotação inicial, exceto da Lei Estadual nº 11.297/2021 que foi necessária devido a alteração da metodologia de contabilização do aporte refletindo diretamente na execução da despesa já contabilizada no período de janeiro a abril/2021.

Além dos créditos citados acima, ocorreram alteração do detalhamento da despesa no montante de R\$ 30.921.236,00 (trinta milhões, novecentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e seis reais), conforme Portaria nº 013-R, de 24/09/2021 para adequação da despesa referente a compensação previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social, de acordo com o MCASP, e remanejamentos internos no valor de R\$ 555.862.408,86 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e seis centavos), para viabilizar a execução orçamentária de acordo com as necessidades do Fundo. Ressalta-se que não foram abertos créditos adicionais especiais e/ou extraordinários nesta UG, no exercício.

UO 60211 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Comportamento das Receitas Arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios;

A seguir, apresentamos as receitas arrecadadas do FP no período de 2017 a 2021. No demonstrativo da receita, destacam-se os valores registrados como receita patrimonial, referente às remunerações provenientes dos investimentos do RPPS. No exercício de 2021 a receita de rendimentos foi de R\$ 166.752.750,75 (cento e sessenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos), o equivalente a 34,24% das receitas arrecadadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	2017		2018		2019		2020		2021	
	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA
600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO	619.972.000,00	691.537.121,42	710.229.000,00	638.374.111,31	715.849.000,00	909.910.547,48	676.376.760,00	538.638.394,34	532.790.000,00	487.011.301,26
1 - RECEITAS CORRENTES	365.548.000,00	451.502.676,68	442.115.000,00	383.779.329,63	455.346.000,00	627.784.230,18	398.248.253,00	374.569.264,27	392.780.000,00	328.087.097,59
12 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	126.657.000,00	122.543.137,77	133.659.000,00	129.817.726,48	133.133.000,00	143.661.076,72	142.636.897,00	140.371.301,77	142.740.000,00	161.022.225,30
121 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	126.657.000,00	122.543.137,77	133.659.000,00	129.817.726,48	133.133.000,00	143.661.076,72	142.636.897,00	140.371.301,77	142.740.000,00	161.022.225,30
13 - RECEITA PATRIMONIAL	238.878.000,00	328.731.869,73	308.164.000,00	253.679.390,76	321.892.000,00	483.347.618,73	255.571.356,00	233.803.095,25	250.000.000,00	166.752.750,75
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	238.878.000,00	328.731.869,73	308.164.000,00	253.679.390,76	321.892.000,00	483.347.618,73	255.571.356,00	233.803.095,25	250.000.000,00	166.752.750,75
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.000,00	227.669,18	292.000,00	282.212,39	321.000,00	775.534,73	40.000,00	394.867,25	40.000,00	312.121,54
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	13.000,00	15.278,44	14.000,00	42.005,13	35.000,00	4.368,54	20.000,00	35.817,17	20.000,00	6.149,02
192 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	212.390,65	278.000,00	240.207,26	286.000,00	771.166,19	20.000,00	358.904,57	20.000,00	305.972,52
199 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
259 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	254.424.000,00	240.034.444,74	268.114.000,00	254.594.781,68	260.503.000,00	282.126.317,30	278.128.507,00	164.069.130,07	140.010.000,00	158.924.203,67
72 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	254.424.000,00	240.034.393,31	268.114.000,00	254.594.769,88	260.503.000,00	282.100.016,46	278.118.507,00	164.069.052,15	140.000.000,00	158.924.203,67
721 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	254.424.000,00	240.034.393,31	268.114.000,00	254.594.769,88	260.503.000,00	282.100.016,46	278.118.507,00	164.069.052,15	140.000.000,00	158.924.203,67
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	51,43	0,00	11,80	0,00	26.300,84	10.000,00	77,92	10.000,00	0,00
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	51,43	0,00	11,80	0,00	26.300,84	10.000,00	77,92	10.000,00	0,00

Comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento da despesa, nos últimos cinco exercícios;

Evidenciamos a seguir as despesas empenhadas, liquidadas e pagas do Fundo Previdenciário no período de 2017-2021. Ressalta-se que, devido a segregação dos militares para o FPS, por força da LCE nº 943/2020, os valores a partir de 2020 referem-se apenas aos civis, o que explica o decréscimo 9,48% entre 2019 e 2020. Em 2021, a diminuição foi de 6,68%, quando comparado a 2020, sendo que parte dessa queda se justifica pelos óbitos dos aposentados e pensionistas que migraram em 2017 do FF para o FP, por força da LCE nº 836/2017. Abaixo, demonstramos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas pelo FF nos últimos cinco anos:

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa / Modalidade / Elemento	2017			2018			2019			2020			2021		
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
3 - DESPESAS CORRENTES	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	84.693.223,88	84.693.223,88	84.693.223,88	85.202.877,19	85.202.877,19	85.202.877,19	77.126.622,04	77.126.622,04	77.126.622,04	71.974.915,84	71.974.915,84	71.974.915,84
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	84.693.223,88	84.693.223,88	84.693.223,88	85.202.877,19	85.202.877,19	85.202.877,19	77.126.622,04	77.126.622,04	77.126.622,04	71.974.915,84	71.974.915,84	71.974.915,84
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	84.693.223,88	84.693.223,88	84.693.223,88	85.202.877,19	85.202.877,19	85.202.877,19	77.126.622,04	77.126.622,04	77.126.622,04	71.974.915,84	71.974.915,84	71.974.915,84
03 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA DE PENSIONISTAS E REFORMAS DOS MILITARES	71.922.639,84	71.922.639,96	71.922.639,96	71.384.619,08	71.384.619,08	71.384.619,08	71.115.613,37	71.115.613,37	71.115.613,37	63.453.553,33	63.453.553,33	63.453.553,33	57.448.281,34	57.448.281,34	57.448.281,34
03 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	7.602.914,12	7.602.914,12	7.602.914,12	11.006.090,73	11.006.090,73	11.006.090,73	13.856.701,73	13.856.701,73	13.856.701,73	13.377.183,66	13.377.183,66	13.377.183,66	14.200.458,98	14.200.458,98	14.200.458,98
08 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.220.432,60	1.220.432,60	1.220.432,60	1.812.687,90	1.812.687,90	1.812.687,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	136.049,70	136.049,70	136.049,70	224.199,15	224.199,15	224.199,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.425,49	12.425,49	12.425,49	16.114,87	16.114,87	16.114,87
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.061.240,52	1.061.240,52	1.061.240,52	265.627,02	265.627,02	265.627,02	230.562,09	230.562,09	230.562,09	283.499,56	283.499,56	283.499,56	310.060,65	310.060,65	310.060,65
Total	81.943.276,78	81.943.271,90	81.943.271,90	84.693.223,88	84.693.223,88	84.693.223,88	85.202.877,19	85.202.877,19	85.202.877,19	77.126.622,04	77.126.622,04	77.126.622,04	71.974.915,84	71.974.915,84	71.974.915,84

Apuração do resultado orçamentário dos últimos cinco anos

A seguir, demonstramos a receita e a despesa do Fundo Previdenciário no período de 2017 a 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Resultado Orçamentário 2017-2021

Em R\$

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Prevista (A)	619.972.000,00	710.229.000,00	715.849.000,00	676.376.760,00	532.790.000,00
Receita Realizada (B)	691.537.121,42	638.374.111,31	909.910.547,48	538.638.394,34	487.011.301,26
Resultado da Receita (C = B - A)	71.565.121,42	-71.854.888,69	194.061.547,48	-137.738.365,66	-45.778.698,74
Despesa Fixada (F)	654.964.000,00	689.709.000,00	693.360.855,00	652.526.000,00	518.710.435,77
Pagamento de Inativos e Pensionistas	96.239.000,00	104.221.000,00	110.993.433,00	120.555.000,00	133.616.435,77
Reserva do RPPS	558.725.000,00	585.488.000,00	582.367.422,00	531.971.000,00	385.094.000,00
Despesa Executada (G)	81.943.271,90	84.693.223,88	85.202.877,19	77.126.622,04	71.974.915,84
Resultado da Despesa Ajustado (H = F - G)	609.593.849,52	553.680.887,43	824.707.670,29	461.511.772,30	415.036.385,42
Resultado Orçamentário (I = B - G)	609.593.849,52	553.680.887,43	824.707.670,29	461.511.772,30	415.036.385,42

A partir de 2017, devido a transferência da taxa de administração, o equilíbrio orçamentário entre a receita prevista e despesa fixada é evidenciada somente no balanço orçamentário do órgão. Nos anos de 2017 e 2019, observa-se que o resultado orçamentário é superior ao valor previsto para a reserva do RPPS, o que se justifica por causa dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras. Em 2018, 2020 e 2021, a receita realizada foi inferior a prevista. No exercício de 2021, apesar da receita realizada ter sido inferior a prevista, quando analisa-se a receita realizada com a despesa executada, obtemos o resultado superavitário de R\$ 415.036.385,42 (quatrocentos e quinze milhões, trinta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), ou seja, aproximadamente 7,78% de realização superior da reserva de contingência do RPPS. Outro ponto que destacamos é a queda da despesa já mencionada no item anterior.

Comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando os valores pagos e cancelados dos últimos cinco exercícios;

No exercício de 2017 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 4,88, referente à regularização promovida pelo cancelamento em 2017 do documento 2017NL00949, onde o empenho não foi devidamente anulado no próprio exercício sendo regularizado em 2018. Nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 não ocorreram inscrições de Restos a Pagar. Abaixo, demonstramos as inscrições dos últimos exercícios:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Em R\$

Restos a Pagar	Inscritos		Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
	Em Exercícios Anteriores (A)	No Exercício (B)			
Restos a Pagar Não Processados 2017	-	4,88	-	-	4,88
Restos a Pagar Processados 2017	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados 2018	4,88	-	-	4,88	-
Restos a Pagar Processados 2018	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados 2019	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2019	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados 2020	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2020	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados 2021	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2021	-	-	-	-	-

Movimentação orçamentária realizada, no exercício, através de créditos adicionais e por meio de movimentação de créditos;

No ano de 2021 foram utilizados os instrumentos de crédito adicional suplementar, aberto por superávit financeiro do exercício de 2020, no valor de R\$ 5.960.435,77 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos). Também houve remanejamentos internos no valor de R\$ 294.191,91 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e noventa e um reais e noventa e um centavos), utilizados para viabilizar a execução orçamentária de acordo com as necessidades do FP. Ressalta-se que não foram abertos créditos adicionais especiais e/ou extraordinários nesta UG, no exercício.

UG 600211 - Fundo Previdenciário

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)	%
Decreto nº 397-S	08/03/2021	5.960.435,77	100,00%
Total (A)		5.960.435,77	100,00%

UO 60212 – FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL MILITAR - FPS

O FPS foi criado em 2020, por força da LCE nº 943/2020, com a Unidade Orçamentária – UO 60212. Em 2021, suas receitas e despesas constaram na LOA.

Demonstração das Receitas Arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, no presente exercício;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	2020		2021	
	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA
600212 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	0,00	122.769.083,13	135.350.000,00	156.516.135,99
1 - RECEITAS CORRENTES	0,00	122.769.083,13	135.350.000,00	156.516.135,99
12 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	122.131.703,17	135.300.000,00	155.332.996,80
121 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	122.131.703,17	135.300.000,00	155.332.996,80
13 - RECEITA PATRIMONIAL	0,00	562.754,68	50.000,00	1.113.056,58
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	562.754,68	50.000,00	1.113.056,58
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	74.625,28	0,00	70.082,61
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	4.409,57	0,00	0,00
192 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	70.215,71	0,00	70.082,61
199 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
259 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

Tendo em vista que os recursos de contribuições arrecadados são insuficientes para o pagamento de todas as despesas com benefícios e pensões militares, o FPS recebe recursos do Tesouro para cobertura de sua insuficiência financeira (aporte), conforme previsão do § 4º do artigo 17 da LCE nº 943/2020. Para efeitos de comparação, abaixo a participação do aporte em relação ao total de recursos que ingressaram no FPS para pagamentos de benefícios previdenciários, representando 81,52% sobre a arrecadação total.

Participação do Aporte na Receita Arrecadada

Em R\$

	2020	2021
Poder Executivo	583.588.819,29	690.603.298,74
Total do Aporte (A)	583.588.819,29	690.603.298,74
Total da Arrecadação (B)	706.357.902,42	847.119.434,73
Participação do Aporte na Receita Arrecadada (A/B)	82,62%	81,52%

Comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento da despesa, no ano de 2020:

Abaixo, demonstramos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas pelo FPS no ano de 2020 e 2021, representadas principalmente por despesas de pessoal inativo e pensionistas, totalizando R\$ 847.405.002,82 (oitocentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil, dois reais e oitenta e dois centavos).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa / Modalidade / Elemento	2020			2021		
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
3 - DESPESAS CORRENTES	668.133.168,54	668.133.168,54	668.132.340,39	847.405.002,82	847.405.002,82	847.405.002,82
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	668.133.168,54	668.133.168,54	668.132.340,39	847.405.002,82	847.405.002,82	847.405.002,82
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	668.133.168,54	668.133.168,54	668.132.340,39	847.405.002,82	847.405.002,82	847.405.002,82
01 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	539.294.987,33	539.294.987,33	539.294.987,33	682.100.833,91	682.100.833,91	682.100.833,91
03 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	127.886.948,78	127.886.948,78	127.886.120,63	162.805.347,72	162.805.347,72	162.805.347,72
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	17.573,04	17.573,04	17.573,04	0,00	0,00	0,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	933.659,39	933.659,39	933.659,39	2.498.821,19	2.498.821,19	2.498.821,19
Total	668.133.168,54	668.133.168,54	668.132.340,39	847.405.002,82	847.405.002,82	847.405.002,82

Apuração do resultado orçamentário;

Apresentamos o resultado orçamentário ajustado, a seguir, sendo as receitas previstas e as despesas fixadas atualizadas para o exercício. Não foram considerados os repasses e as devoluções relativos à taxa de manutenção. Assim, o resultado orçamentário do exercício de 2021 foi de R\$ 29.245.302,53 (vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e dois reais e cinquenta e três centavos).

Resultado Orçamentário 2021	Em R\$	
	2020	2021
Receita Prevista (A)	0,00	135.350.000,00
Receita Realizada (B)	122.769.083,13	156.516.136,03
Resultado da Receita (C = B - A)	122.769.083,13	21.166.136,03
Aporte Extraorçamentário (D)	583.588.819,29	690.603.298,74
Resultado da Receita Ajustado (E = C + D)	706.357.902,42	711.769.434,77
Despesa Fixada (F)	681.661.865,61	851.880.870,58
Dotação Inicial	0,00	535.350.000,00
Suplementações/Anulações	681.661.865,61	287.000.000,00
Superávit Financeiro (G)	0,00	29.530.870,58
Despesa Executada (H)	668.133.168,54	847.405.002,82
Resultado da Despesa Ajustado (I = F - G)	13.528.697,07	4.475.867,76
Resultado Orçamentário (J = B + D + G - H)	38.224.733,88	29.245.302,53

Comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, sendo que não existe valores pagos e cancelados por tratar de exercícios no ano de criação da Unidade;

Em 2020, foram inscritos R\$ 828,15 (oitocentos e vinte e oito reais e quinze centavos) em Restos a Pagar Processados, referentes a Proventos de Pessoal Pensionista que foram pagos em 2021. Em 2021, o FPS não teve inscrição de Restos a Pagar.



IPAJM

Restos a Pagar	Inscritos		Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
	Em Exercícios Anteriores (A)	No Exercício (B)			
	Restos a Pagar Não Processados 2020	-			
Restos a Pagar Processados 2020	-	828,15	-	-	828,15
Restos a Pagar Não Processados 2021	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados 2021	828,15	-	828,15	-	-

Movimentação orçamentária realizada, no exercício, através de créditos adicionais e por meio de movimentação de créditos interno;

No ano de 2021 foram utilizados os instrumentos de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 316.530.870,58 (trezentos e dezesseis milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos), conforme apresentado abaixo. Também houve remanejamentos internos no montante de R\$ 55.964.889,00 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais) para viabilizar a execução orçamentária de acordo com as necessidades do FPS. Ressalta-se que não foram abertos créditos adicionais especiais e/ou extraordinários nesta UG, no exercício.

UG 600212 - Fundo de Proteção Social dos Militares

Alterações Orçamentárias	Data	Valor (R\$)	%
Decreto nº 397-S	08/03/2021	29.530.870,58	9,33%
Decreto nº 1558-S	28/07/2021	100.000.000,00	31,59%
Lei nº 11.357	20/08/2021	165.000.000,00	52,13%
Decreto nº 2617-S	13/12/2021	22.000.000,00	6,95%
Total (A)		316.530.870,58	100,00%

GESTÃO FINANCEIRA

A receita de contribuição do servidor e patronal, por órgão devedor, competência do exercício e os valores efetivamente recebidos no exercício são evidenciadas no DEMREC enviado na Prestação de Contas Anual - PCA.

De acordo com o art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, as contribuições previdenciárias devem ser recolhidas até o 5º (quinto) dia útil após a data do efetivo pagamento dos segurados ativos e, dependendo do cronograma de pagamento dos servidores ativos, as contribuições podem ser recolhidas no mês subsequente.



Em relação aos servidores cedidos, o prazo é até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de sua competência devida, conforme art. 44, inciso III da citada Lei. As contribuições previdenciárias não recolhidas pelos órgãos cessionários são cobradas do órgão cedente, conforme disposto no § 1º daquele artigo.

Evidenciação dos parcelamentos existentes no RPPS, demonstrando a lei autorizativa do parcelamento, número de parcelas, as competências que estão englobadas, a natureza dos valores parcelados (ex. contribuição de seguro patronal), os respectivos valores originais, atualizações, juros e os recebimentos recebidos no exercício, além do saldo para o exercício seguinte.

Atualmente existem 3 (três) parcelamentos de contribuição previdenciária firmados por servidores, sendo um relativo a período de cessão sem ônus e sem ressarcimento anterior à vigência da Lei Complementar Estadual nº 836/2016, e os outros relacionados à períodos de licença sem vencimentos após a vigência desta mesma Lei. Não há reconhecimento contábil desses parcelamentos, uma vez ser facultado o recolhimento, já que a contagem do respectivo tempo de afastamento fica condicionada ao integral recolhimento das contribuições, não havendo a possibilidade de cobrança administrativa e/ou judicial. Desta forma, descaracteriza o conceito do reconhecimento do direito a receber nas contas do balanço patrimonial. Ressaltamos que esses parcelamentos são controlados individualmente pela Subgerência de Arrecadação – SAR, visando o controle para emissão da Declaração de Tempo de Contribuição – DTC.

No sistema SIGEFES, possuímos o registro de parcelamentos decorrentes de benefícios sacados indevidamente (pagamento pós óbito, perda da condição de beneficiário e outros), registrados nas contas contábeis “113616002 – Parcelamento a Receber Recorrente de Benefícios Sacados Indevidamente”, “113616003 - JUROS E ENCARGOS A RECEBER DECORRENTE DE BENEFÍCIOS SACADOS INDEVIDAMENTE”; “113616004 - JUROS E ENCARGOS A APROPRIAR DECORRENTE DE BENEFÍCIOS SACADOS INDEVIDAMENTE”; “121210410 - CRÉDITOS A RECEBER POR PAGAMENTOS INDEVIDOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS”; “121210413 - JUROS E ENCARGOS A RECEBER DECORRENTE DE BENEFÍCIOS SACADOS INDEVIDAMENTE”; “121210414 - JUROS E ENCARGOS A APROPRIAR DECORRENTE DE BENEFÍCIOS SACADOS INDEVIDAMENTE” e que são realizados de acordo com a Portaria nº 092-R/2014 e nº 004-R/2016.

Evidenciação mensal do recebimento de aportes para cobertura de insuficiência financeira, segregado por Poder/órgão.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Informamos que a evidenciação mensal do recebimento do aporte para cobertura de insuficiência financeira, segregado por Poder/órgão, está comprovado no DEMREC, encaminhado na PCA.

Em relação ao aporte informamos que no exercício de 2021 o montante foi de **R\$ 2.010.443.883,55** (dois bilhões, dez milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), realizados de forma extraorçamentária, por meio de transferência financeira. A seguir demonstramos os valores recebidos de aporte.

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
ALES	22.161.723,40	23.837.564,22	30.090.995,95	34.466.799,52	33.604.245,25
TCEES	24.182.134,62	24.819.762,08	28.174.993,74	30.987.728,77	32.455.732,14
TJES	146.315.268,49	136.433.660,69	160.524.166,39	204.049.255,49	202.742.937,14
MPES	33.971.467,25	39.234.137,64	38.893.887,90	40.814.989,82	43.642.192,78
DPES	-	-	-	-	10.577.322,83
EXECUTIVO	1.787.810.632,32	1.926.028.726,19	2.107.033.706,23	1.825.295.316,45	1.687.421.453,41
Total	2.014.441.226,08	2.150.353.850,82	2.364.717.750,21	2.135.614.090,05	2.010.443.883,55

Cabe destacar que de janeiro até junho de 2021, o aporte da Defensoria Pública do Estado foi repassado pelo Tesouro, totalizando R\$ 9.780.866,48 (nove milhões, setecentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos), que foram ressarcidos ao Tesouro pela Defensoria Pública no mês de dezembro de 2021.

Em relação ao aporte para o custeio da insuficiência financeira do Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS) no exercício de 2021 o montante foi de **R\$ 690.603.298,74** (seiscentos e noventa milhões, seiscentos e três mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), sendo repassado de forma extraorçamentária pelo Tesouro Estadual, por meio de transferência financeira. A seguir demonstramos os valores recebidos de aporte.

ANO	2020	2021
FPS	583.588.819,29	690.603.298,74
Total	583.588.819,29	690.603.298,74

Apuração do resultado financeiro dos últimos cinco exercícios;

UG 600201 - IPAJM

A UG 600201 - IPAJM apresentou em 2021 um resultado financeiro no valor de R\$ 22.943.706,15 (vinte e dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e seis reais e quinze centavos), o que representou um aumento de 276,3%, em relação ao ano anterior. Destaca-se que em razão da revogação do Decreto Estadual nº 1434-R/2005 por meio do Decreto Estadual nº 5017-R/2021, os recursos financeiros não utilizados no exercício não



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

deverá mais ser devolvidos aos fundos, permanecendo em caixa para composição da Reserva Administrativa, conforme previsto no inciso III do artigo 15 da Portaria nº 402/2008, do então Ministério da Previdência. O quadro a seguir apresenta a evolução do resultado financeiro da UG 600201 – IPAJM de 2017 a 2021:

RESULTADO FINANCEIRO - UG 600201

	2017	2018	2019	2020	2021
ATIVO FINANCEIRO (A)	24.679.591,62	15.861.579,75	21.277.475,10	12.357.878,85	35.688.705,09
DISPONÍVEL	24.679.591,62	15.861.579,75	21.277.475,10	12.357.878,85	35.688.705,09
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	24.679.591,62	15.861.579,75	21.277.475,10	12.357.878,85	35.688.705,09
A.1 - 021.0106.0018525527 - fonte 027000000	24.041.754,66	15.846.843,88	21.267.552,21	11.300.446,46	0,00
A.2 - 070.0027.000440097 - fonte 027000000	12.065,27	14.735,87	9.922,89	0,00	0,00
A.3 - 021.0106.0023996762 - fonte 027000000	625.771,69	0,00	0,00	0,00	0,00
A.4 - 021.0106.6000004 fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	1.057.432,39	0,00
A.5 - 021.0675.0031782535 fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	0,00	2.758.820,87
A.6 - 021.0675.0018525527 - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	0,00	32.929.884,22
PASSIVO FINANCEIRO (B)	6.020.004,55	4.276.937,03	5.083.849,11	6.261.412,87	12.744.998,94
B.1 - 622130100 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR - fonte 027000000	1.076.503,61	664.854,94	420.183,02	843.963,95	963.338,66
B.1 - 622130100 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	0,00	172.155,76
B.2 - 622130200 - CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO - fonte 027000000	0,00	0,00	88.248,39	0,00	0,00
B.3 - 622130300 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR - fonte 027000000	3.414.350,94	3.569.977,44	4.539.522,15	4.009.068,54	4.030.298,51
B.3 - 622130300 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	1.024.750,93	1.038.802,14
B.4 - 218810100 - CONSIGNAÇÕES A PAGAR - fonte 027000000	50.277,60	13.100,27	35.895,55	25.768,00	33.534,33
B.4 - 218810100 - CONSIGNAÇÕES A PAGAR - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	1.762,55	2.682,82
B.5 - RETENÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	0,00	37.846,27
B.6 - 632110000 - RP PROCESSADOS A PAGAR EX ANTERIORES - fonte 027000000	377,42	0,00	0,00	0,00	0,00
B.7 - 632210000 - RP PROCESSADOS PAGOS EX ANTERIORES - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	0,00	4.009.068,54
B.7 - 632210000 - RP PROCESSADOS PAGOS EX ANTERIORES - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	0,00	1.024.750,93
B.8 - 631100000 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B.9 - 631200000 - RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B.10 - 631300000 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR - fonte 027000000	29.004,38	29.004,38	0,00	0,00	0,00
B.11 - 631400000 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	0,00	245.090,64
B.12 - 622220100 - DESTAQUE CONCEDIDO - fonte 027000000	783.197,61	0,00	0,00	603.535,39	972.571,30
B.12 - 622220100 - DESTAQUE CONCEDIDO - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	0,00	31.809,59
B.12 - 622220600 - ANULAÇÃO DESTAQUE CONCEDIDO - fonte 027000000	0,00	0,00	0,00	-247.436,49	-412.565,08
B.12 - 622220600 - ANULAÇÃO DESTAQUE CONCEDIDO - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	0,00	-16.289,58
B.13 - 351120200 - REPASSE CONCEDIDO - fonte 027000000	666.292,99	0,00	0,00	0,00	588.239,30
B.13 - 351120200 - REPASSE CONCEDIDO - fonte 027600000	0,00	0,00	0,00	0,00	23.664,81
RESULTADO FINANCEIRO (C = A - B)	18.659.587,07	11.584.642,72	16.193.625,99	6.096.465,98	22.943.706,15

* Valores considerados na disponibilidade do exercício de 2017

UG 600210 – Fundo Financeiro

A UG 600210 – FF apresentou em 2021 um resultado financeiro no valor de R\$ 36.536.307,32 (trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e sete reais e trinta e dois centavos), o que representou uma retração de -66,4% em relação ao ano anterior. Essa diminuição deveu-se a utilização de todo o recurso do saldo financeiro do FF, incluindo-se os rendimentos financeiros, compensação previdenciária, saldos de devolução de taxa de administração, entre outros, para pagamento das despesas com benefícios previdenciários, de forma a sanear a disponibilidade do FF. Destaca-se que, ao final do exercício de 2021, todo o superávit da fonte do Tesouro (010100000), especialmente os rendimentos financeiros acumulados ao longo do ano, foram devolvidos a UG 800102 – Encargos Gerais SEFAZ. O recurso que permaneceu em caixa ao final do exercício referem-se às contribuições previdenciárias recolhidas após o pagamento da folha de dezembro, e que serão utilizados ao longo de 2022 para custeio da folha, e a taxa de administração de dezembro devida ao IPAJM, e que foi repassada em janeiro de 2022. O quadro a seguir apresenta a evolução do resultado financeiro da UG 600210 – FF de 2017 a 2021:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

RESULTADO FINANCEIRO - UG 600210

	2017	2018	2019	2020	2021
ATIVO FINANCEIRO (A)	130.331.293,51	161.186.113,81	95.024.824,73	110.773.217,74	36.707.157,79
BANCOS CONTA MOVIMENTO	16.047,19	0,00	10.984,32	59,47	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	130.315.246,32	161.186.113,81	95.013.840,41	110.773.158,27	36.707.157,79
PASSIVO FINANCEIRO (B)	6.305.275,85	8.851.432,44	10.771.273,16	1.919.782,34	170.850,47
PASSIVO CIRCULANTE	6.305.275,85	8.851.432,44	10.771.273,16	1.919.782,34	170.850,47
RESULTADO FINANCEIRO (C = A - B)	124.026.017,66	152.334.681,37	84.253.551,57	108.853.435,40	36.536.307,32

UG 600211 – Fundo Previdenciário

A UG 600211 – FP apresentou em 2021 um resultado financeiro no valor de R\$ 5.384.621.167,40 (cinco bilhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos), o que representou um aumento de 7,8% em relação ao ano anterior. Esse aumento deveu-se ao acúmulo do saldo das contribuições previdenciárias após o pagamento das folhas mensais de benefícios, além do rendimento acumulado das aplicações financeiras. O quadro a seguir apresenta a evolução do resultado financeiro da UG 600211 – FP de 2017 a 2021:

RESULTADO FINANCEIRO - UG 600211

	2017	2018	2019	2020	2021
ATIVO FINANCEIRO (A)	3.101.084.964,91	3.643.997.747,99	4.549.896.356,47	4.995.267.214,63	5.384.621.899,25
BANCOS CONTA MOVIMENTO	247,32	0,00	416,40	0,00	1,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	3.101.084.717,59	3.643.997.747,99	4.549.895.940,07	4.995.267.214,63	5.384.621.898,25
PASSIVO FINANCEIRO (B)	247,32	1.297,90	627,30	11.329,73	731,85
PASSIVO CIRCULANTE	247,32	1.297,90	627,30	11.329,73	731,85
RESULTADO FINANCEIRO (C = A - B)	3.101.084.717,59	3.643.996.450,09	4.549.895.729,17	4.995.255.884,90	5.384.621.167,40

UG 600212 – Fundo de Proteção Social dos Militares

A UG 600212 – FPS apresentou em 2021 um resultado financeiro no valor de R\$ 20.338.975,17 (vinte milhões, trezentos e trinta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos), o que representou uma retração de -37,1% em relação ao ano anterior. Essa diminuição deveu-se a utilização de todo o recurso do saldo financeiro do FPS para pagamento das despesas com benefícios militares, de forma a sanear a disponibilidade do FPS. Destaca-se que, ao final do exercício de 2021, todo o superávit da fonte do Tesouro (0101000000), especialmente os rendimentos financeiros acumulados ao longo do ano, foram devolvidos a UG 800102 – Encargos Gerais SEFAZ. O recurso que permaneceu em caixa ao final do exercício referem-se às contribuições recolhidas após o pagamento da folha de dezembro, e que serão utilizados ao longo de 2022 para custeio da folha, e a taxa de manutenção de dezembro devida ao IPAJM, e que foi repassada em janeiro de 2022. O quadro a seguir apresenta a evolução do resultado financeiro da UG 600212 – FPS de 2020 a 2021:

RESULTADO FINANCEIRO - UG 600212

	2017	2018	2019	2020	2021
ATIVO FINANCEIRO (A)	0,00	0,00	0,00	32.341.441,23	20.432.529,50
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00	32.341.441,23	20.432.529,50
PASSIVO FINANCEIRO (B)	0,00	0,00	0,00	2.708,58	93.554,33
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	2.708,58	93.554,33
RESULTADO FINANCEIRO (C = A - B)	0,00	0,00	0,00	32.338.732,65	20.338.975,17



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

O comitê de investimentos do IPAJM, criado pela Lei Complementar nº 548/2010 é composto por 3 membros, todos servidores efetivos desta autarquia, designados pelo Presidente Executivo. As primeiras designações ocorreram por meio da portaria nº 020-S/2010, e em de 25 de abril de 2019 a portaria nº 088-S alterou a composição do comitê. Todos os membros designados possuem escolaridade em nível de graduação e são certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) com a certificação CPA-20. A relação dos membros do Comitê e os certificados que evidenciam as respectivas qualificações seguem abaixo:

Nome	CPF	Vínculo	Início Mandato	Certificação	Validade Certificação
Bruno Tamanini Lopes	838.081.917-91	Efetivo do RPPS	02/06/2010	CPA-20 ANBIMA	10/08/2024
Edmilson Nunes de Castro	481.775.986-00	Efetivo do RPPS	02/06/2010	CPA-20 ANBIMA	24/11/2024
Tatiana Gasparini Silva Stelzer	071.191.537-73	Efetivo do RPPS	01/05/2019	CPA-20 ANBIMA	12/08/2024



Atestamos que

Bruno Tamanini Lopes

foi aprovado no processo de certificação desenvolvido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*	Situação
CPA-10	23/02/2010	-	23/02/2013	Vencida
CPA-20	04/12/2012	10/08/2021	10/08/2024	Ativa


Carlos Ambrósio
Presidente

Documento emitido às 10:41:40 do dia 22/12/2021 (hora e data de Brasília) · Código de Controle: Z4WS-P3U7-E0Z8 · Documento válido até 22/12/2022 10:42:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na página da Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação conforme definição do Código de Certificação.
A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na página da certificação.
* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

F.04.2S Data da Revisão: 25/04/2019



Atestamos que

Edmilson Nunes de Castro

foi aprovado no processo de certificação desenvolvido pela ANBIMA –
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*	Situação
CPA-10	01/04/2010	-	01/04/2013	Vencida
CPA-20	28/02/2013	24/11/2021	24/11/2024	Ativa


Carlos Ambrósio
Presidente

Documento emitido às 09:12:59 do dia
26/11/2021 (hora e data de Brasília) - Código de Controle:
R7A5-H8C1-S2V8 - Documento válido até 26/11/2022 09:13:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na página da Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação conforme definição do Código de Certificação.

A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na página da certificação.

* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

F.04.25 Data da Revisão: 25/04/2019



Atestamos que

Tatiana Gasparini Silva Stelzer

foi aprovada no processo de certificação desenvolvido pela ANBIMA –
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*	Situação
CPA-10	27/03/2012	17/03/2015	17/03/2018	Vencida
CPA-20	18/09/2018	12/08/2021	12/08/2024	Ativa


Carlos Ambrósio
Presidente

Documento emitido às 16:17:50 do dia
13/08/2021 (hora e data de Brasília) - Código de Controle:
KSD6-MSV3-Z1W7 - Documento válido até 13/08/2022 16:18:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na página da Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação conforme definição do Código de Certificação.

A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na página da certificação.

* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

F.04.25 Data da Revisão: 25/04/2019



As reuniões do comitê de investimentos são realizadas ordinariamente na última quinta-feira de cada mês, e extraordinariamente para deliberações junto com a diretoria de investimentos, conforme definido na política anual de investimentos e nas normas de procedimentos pertinentes a esta área. Todas as atas das reuniões são divulgadas no sítio do IPAJM, no endereço eletrônico www.ipajm.es.gov.br, no menu "INVESTIMENTOS/Atas de reuniões", conforme evidência abaixo.

Comitê de Investimentos (2021)				
Conteúdo ↕	Atualização ↕	Formato ↕	Tamanho ↕	
Ata 012 Comitê de Investimentos IPAJM	28/12/2021	pdf	275 kB	BAIXAR
Ata 011 Comitê de Investimentos IPAJM	25/11/2021	pdf	771 kB	BAIXAR
Ata 010 Comitê de Investimentos IPAJM	28/10/2021	pdf	839 kB	BAIXAR
Ata 009 Comitê de Investimentos IPAJM	30/09/2021	pdf	1766 kB	BAIXAR
Ata 008 Comitê de Investimentos IPAJM	26/08/2021	pdf	803 kB	BAIXAR
Ata 007 Comitê de Investimentos IPAJM	29/07/2021	pdf	2108 kB	BAIXAR
Ata 006 Comitê de Investimentos IPAJM	24/06/2021	pdf	2798 kB	BAIXAR
Ata 005 Comitê de Investimentos IPAJM	31/05/2021	pdf	822 kB	BAIXAR
Ata 004 Comitê de Investimentos IPAJM	03/05/2021	pdf	569 kB	BAIXAR
Ata 003 Comitê de Investimentos IPAJM	29/03/2021	pdf	448 kB	BAIXAR
Ata 002 Comitê de Investimentos IPAJM	25/02/2021	pdf	219 kB	BAIXAR
Ata 001 Comitê de Investimentos IPAJM	28/01/2021	pdf	699 kB	BAIXAR

As deliberações realizadas junto com a diretoria de investimentos, em especial, aquelas que tratam de novas aplicações ou da realocação de recursos, são registradas nas atas da diretoria, também disponíveis no sítio do IPAJM, no endereço eletrônico www.ipajm.es.gov.br, no menu "INVESTIMENTOS/Atas de reuniões", conforme evidência abaixo.



Diretoria de Investimentos (2021)				
Conteúdo ↕	Atualização ↕	Formato ↕	Tamanho ↕	
Ata 008 - Diretoria de Investimentos - Comitê de Investimentos IPAJM	23/11/2021	pdf	434 kB	BAIXAR
Ata 007 - Diretoria de Investimentos - Comitê de Investimentos IPAJM	20/09/2021	pdf	201 kB	BAIXAR
Ata 006 - Diretoria de Investimentos - Comitê de Investimentos IPAJM	30/08/2021	pdf	100 kB	BAIXAR
Ata 005 - Diretoria de Investimentos - Comitê de Investimentos IPAJM	13/08/2021	pdf	400 kB	BAIXAR
Ata 004 - Diretoria de Investimentos e Comitê de Investimentos IPAJM	15/07/2021	pdf	392 kB	BAIXAR
Ata 003 - Diretoria de Investimentos e Comitê de Investimentos IPAJM	19/04/2021	pdf	325 kB	BAIXAR
Ata 002 - Diretoria de Investimentos e Comitê de Investimentos IPAJM	11/03/2021	pdf	289 kB	BAIXAR
Ata 001 - Diretoria de Investimentos e Comitê de Investimentos IPAJM	19/02/2021	pdf	102 kB	BAIXAR

Também estão disponíveis no sítio do IPAJM, no endereço eletrônico www.ipajm.es.gov.br, nos itens de menu "INVESTIMENTOS/Relatórios APR - Autorização de Aplicação e Resgate" e "INVESTIMENTOS/Relatórios DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos" os respectivos relatórios onde constam todos os detalhes das movimentações financeiras, realizadas de acordo com as normas vigentes, encaminhadas e validadas pela Secretaria de Previdência por meio do sistema CADPREV.

Relatórios APR - Autorização de Aplicação e Resgate

A Autorização de Aplicação e Resgate (APR) é um formulário que dispõe de informações detalhadas sobre cada movimentação financeira realizada nas carteira de investimentos do RPPS, incluindo dados sobre os ativos investidos, origem e destino dos recursos, valores e motivações. O relatório de APRs apresenta o histórico das aplicações e resgates realizadas pelo Instituto, gestor do Regime, em cada mês de referência.

- Confira abaixo os relatórios:

2021

Janeiro [Download](#)
Fevereiro [Download](#)
Março [Download](#)
Abril [Download](#)
Maio [Download](#)
Junho [Download](#)
Julho [Download](#)
Agosto [Download](#)
Setembro [Download](#)
Outubro [Download](#)
Novembro [Download](#)
Dezembro [Download](#)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Além dos relatórios citados acima, que já comprovam a devida regularidade e enquadramento dos investimentos do RPPS às normas vigentes, quais sejam, Portaria MPS 519/2011 e Resolução CMN 3.922/2010³, com suas respectivas atualizações, temos abaixo uma tela do sistema de controle onde se observa o cumprimento da política de investimentos do RPPS e do enquadramento das aplicações aos limites legais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. O quadro está posicionado em 31/12/2021 e a carteira analisada é o consolidado de todo patrimônio do RPPS, incluindo os fundos Financeiro, Previdenciário e de Administração da unidade gestora, mas no site do Instituto, no menu "INVESTIMENTOS/ Relatórios de Investimentos", estas informações estão disponíveis mensalmente.

Carteira: IPAJM - CONSOLIDADO

Data Extrato: 31/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos				
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	1.431.782.187,62	26,19	20,00	23,00	60,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	1.713.933.418,10	31,35	15,00	42,00	60,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa Referenciados	2.135.976,93	0,04	0,00	0,01	2,00	0,00	60,00
Artigo 7º IV, Alínea a	Fundos de Renda Fixa	897.290.944,31	16,41	5,00	6,00	30,00	0,00	40,00
	Total Renda Fixa	4.045.142.526,96	74,00					100,00
Renda Variável e Investimentos Estruturados								
Artigo 8º I, Alínea a	Fundos de Ações Referenciados	274.051.618,75	5,01	0,00	3,30	10,00	0,00	30,00
Artigo 8º II, Alínea a	Fundos de Ações	538.189.960,48	9,85	0,00	8,00	20,00	0,00	20,00
Artigo 8º III	Fundos Multimercados	181.605.495,60	3,32	0,00	8,00	10,00	0,00	10,00
Artigo 8º IV, Alínea b	Fundos de Investimentos Imobiliários	13.648.000,00	0,25	0,00	0,50	5,00	0,00	5,00
	Total Renda Variável e Investimentos Estruturados	1.007.495.074,83	18,43					30,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º A, III	Ações - BDR Nível I	413.651.772,92	7,57	0,00	5,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	413.651.772,92	7,57					10,00

O sistema de controle dos investimentos, de onde se extraem os relatórios apresentados acima, que começamos a usar no final de 2019, como parte do serviço da consultoria contratado, também é online com acesso à Internet e permite o acompanhamento e verificação das carteiras de ativos sob gestão do IPAJM a qualquer momento. Conseguimos manter as informações históricas de todas as movimentações de investimentos ocorridas a partir de 31/12/2010, e assim, é possível verificar a composição da carteira e o histórico de rentabilidade em comparação com a meta atuarial em qualquer dia dos últimos 11 anos.

Além disso, no sítio do IPAJM, no menu "INVESTIMENTOS/Relatórios de Investimentos" são divulgados mensalmente relatórios contendo as informações detalhadas da carteira consolidada do ES-Previdência, incluindo os fundos Financeiro, Previdenciário e de Administração da autarquia, onde são apresentados todos os ativos investidos com os respectivos valores, percentuais de alocação, rentabilidade e risco, bem como a demonstração de enquadramento das

³ A Resolução CMN 3.922/2010 foi substituída pela Resolução CMN 4.963/2021 com vigência a partir de 01/01/2022.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

aplicações, a evolução dos saldos investidos em cada ativo financeiro ao longo do tempo, além de vários outros dados históricos relativos a cada mês.

Vale lembrar que para o Fundo Financeiro e para os recursos de administração da autarquia a meta é apenas acompanhar a inflação para não se desvalorizar, ou seja, IPCA + 0% aa. Portanto, o maior empenho e acompanhamento em relação à rentabilidade se concentra nos recursos do Fundo Previdenciário, que é capitalizado, cuja meta atuarial em 2021 foi de inflação (IPCA) mais taxa de juros de 5,00% ao ano, conforme Política Anual de Investimentos para o exercício de 2021, devidamente aprovada pelo Conselho Administrativo.

A rentabilidade das aplicações pode ser observada dia a dia, agrupada por segmento conforme os artigos da Resolução CMN em vigor, e também, detalhado por ativo. A tela a seguir apresenta o resultado por segmento, posicionado em 31/12/2021, onde pode se observar a rentabilidade em vários períodos de análise, e também o resultado financeiro no mês de dezembro e o acumulado no ano de 2021.

Carteira: IPAJM - PREVIDENCIÁRIO

Data Extrato: 31/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,73 95,35	4,07 92,49	2,02 109,93	2,38 77,16	4,07 92,49	10.348.344,51	53.967.589,08
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,90 117,27	0,22 4,95	1,12 60,55	0,18 5,71	0,22 4,95	15.210.356,51	4.442.020,65
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,22 28,97	-1,50 -34,04	0,98 53,48	-0,68 -21,87	-1,50 -34,04	4.714,11	-32.442,59
Artigo 7º IV, Alínea a % do CDI	0,78 102,77	4,29 97,58	1,93 104,79	3,28 106,38	4,29 97,58	6.166.239,16	31.927.422,21
Artigo 8º I, Alínea a Var. IBOVESPA p.p.	3,63 0,77	-12,28 -0,35	-5,99 -0,45	-19,34 -2,01	-12,28 -0,35	9.587.135,71	-26.762.863,19
Artigo 8º II, Alínea a Var. IBOVESPA p.p.	2,84 -0,01	-8,28 3,65	-3,82 1,72	-14,42 2,92	-8,28 3,65	14.864.767,14	-59.724.160,59
Artigo 8º III Var. IBOVESPA p.p.	2,77 -0,08	7,48 19,41	6,41 11,96	7,48 24,82	7,48 19,41	4.899.611,79	11.605.495,60
Artigo 8º IV, Alínea a Var. IBOVESPA p.p.	0,00 -2,85	-100,00 -88,07	0,00 5,55	0,00 17,33	-100,00 -88,07	0,00	-13.573,07
Artigo 8º IV, Alínea b Var. IBOVESPA p.p.	1,04 -1,81	-47,03 -35,10	-3,35 2,19	-16,51 0,82	-47,03 -35,10	138.000,00	-12.652.140,00
Artigo 9º A, II % do CDI	0,00 0,00	7,69 186,44	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00	2.459.576,36
Artigo 9º A, III % do CDI	1,77 231,24	23,11 525,86	8,07 438,33	13,72 444,46	23,11 525,86	7.177.023,93	56.489.121,39
IPAJM - PREVIDENCIÁRIO (Total)						68.396.192,86	61.706.045,85

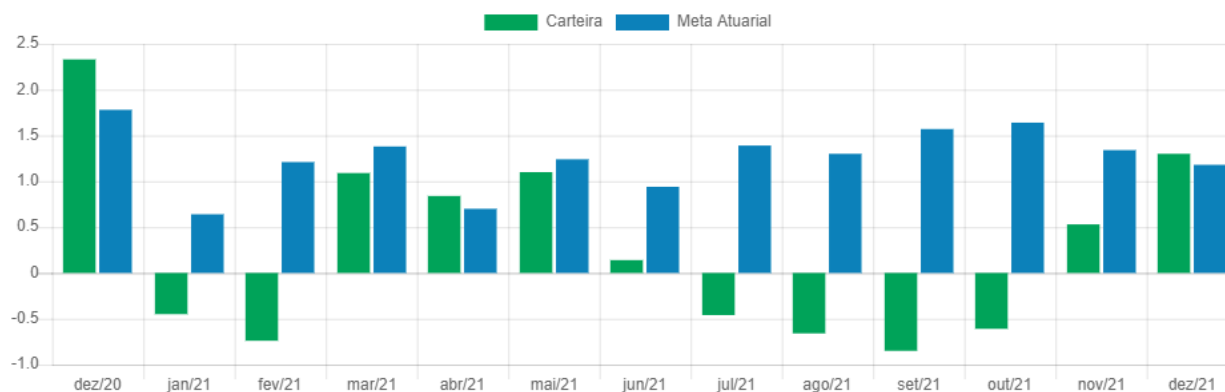
Quanto aos resultados consolidados, o percentual de rentabilidade consolidada dos investimentos do Fundo Previdenciário no exercício de 2021 foi de 1,21%. A inflação acumulada no ano foi de 10,06%, e conseqüentemente, a meta atuarial alcançou o percentual de 15,54%. Assim, o resultado alcançado pela carteira de investimentos do Fundo Previdenciário no ano de 2021 ficou 14,33 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para aquele ano.



RENTABILIDADES DA CARTEIRA VERSUS IPCA + 5,00%

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2021	-0,45	-0,74	1,09	0,84	1,10	0,14	-0,46	-0,66	-0,85	-0,61	0,53	1,30	1,21
IPCA + 5,00%	0,64	1,21	1,38	0,70	1,24	0,94	1,39	1,30	1,57	1,64	1,34	1,18	15,54
p.p. indexador	-1,09	-1,95	-0,29	0,15	-0,14	-0,80	-1,85	-1,96	-2,43	-2,25	-0,81	0,12	-14,33
2020	0,42	-1,01	-5,58	1,92	1,75	2,00	2,05	-0,27	-0,87	-0,24	2,58	2,33	4,89
IPCA + 5,00%	0,64	0,60	0,50	0,08	0,01	0,67	0,81	0,65	1,05	1,27	1,28	1,78	9,72
p.p. indexador	-0,22	-1,61	-6,08	1,84	1,74	1,33	1,24	-0,91	-1,92	-1,51	1,30	0,55	-4,83
2019	1,75	0,49	0,60	0,94	1,57	1,80	1,05	0,22	1,48	1,38	-0,12	1,04	12,89
IPCA + 5,00%	0,75	0,82	1,12	0,98	0,56	0,38	0,64	0,54	0,37	0,55	0,90	1,56	9,54
p.p. indexador	1,01	-0,33	-0,52	-0,04	1,01	1,42	0,41	-0,32	1,11	0,83	-1,02	-0,52	3,35
2018	1,33	0,60	1,14	0,44	-1,11	-0,03	1,15	0,16	0,63	1,93	0,52	0,86	7,87
IPCA + 5,00%	0,72	0,67	0,50	0,63	0,81	1,67	0,76	0,36	0,85	0,88	0,18	0,54	8,89
p.p. indexador	0,61	-0,07	0,65	-0,19	-1,92	-1,71	0,40	-0,19	-0,22	1,05	0,34	0,33	-1,02
2017	1,31	1,96	1,24	0,43	0,32	0,70	2,30	1,14	1,09	0,41	0,17	0,84	12,54
IPCA + 5,00%	0,81	0,68	0,70	0,49	0,74	0,18	0,65	0,64	0,55	0,83	0,67	0,83	8,03
p.p. indexador	0,50	1,28	0,54	-0,06	-0,42	0,52	1,65	0,51	0,54	-0,42	-0,50	0,01	4,51

RENTABILIDADES MENSAIS - 12 ÚLTIMOS MESES



Os resultados acima demonstram que o grande impacto causado pela pandemia na economia do país e do mundo também refletiram no resultado dos investimentos. A redução nos meios de produção provocou desabastecimento em vários setores da economia, causando um descasamento entre oferta e demanda, que alinhado à expansão monetária devida às medidas necessárias de auxílio social, acarretaram numa rápida elevação das taxas de inflação. Nesse cenário, a média das empresas listadas na bolsa de valores brasileira, medida pelo índice Bovespa, apresentou um resultado muito negativo, embora a saúde financeira da maioria dessas empresas não tenha se deteriorado tanto assim. Prova disso é que nesse início de 2022 quase toda queda observada em 2021 já foi recuperada, demonstrando mais uma vez que



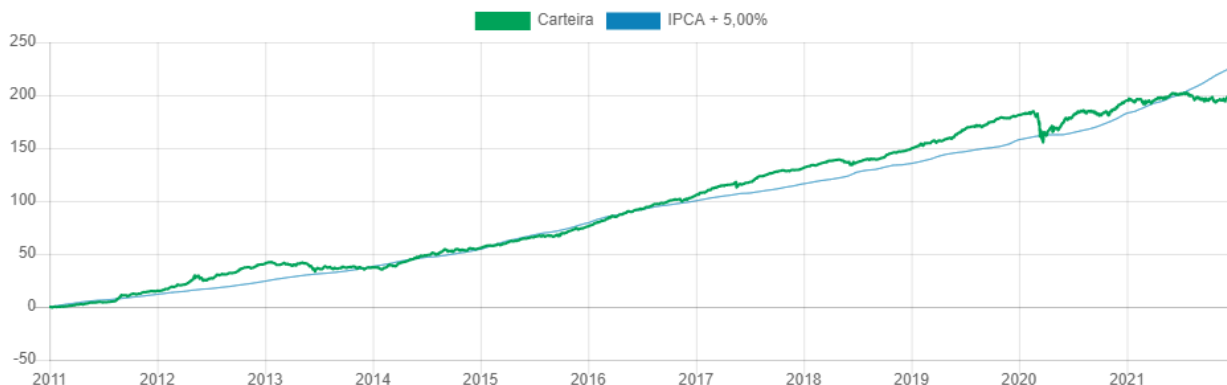
investimentos em renda variável devem ser realizados e avaliados com foco em um horizonte de longo prazo. Na renda fixa, tivemos dois movimentos contraditórios. Os fundos e títulos públicos de mais curto prazo, que acompanham a rentabilidade medida pela taxa básica de juros começaram a apresentar resultados melhores assim que o COPOM começou a elevar a taxa Selic, já no início de 2021, porém, os ativos de mais longo prazo sofrem o efeito inverso pela marcação à mercado, apresentando resultados negativos durante o ciclo de elevação dos juros. Isso explica o resultado mais positivo no Fundo Financeiro, que só possui investimentos de curto prazo por sua natureza de fluxo de caixa constante.

Diante de cenário tão adverso, ao longo de 2021 a equipe de investimentos do IPAJM buscou manter uma alocação mais conservadora, mas não podia abrir mão da diversificação, conceito comprovadamente eficiente na gestão de carteiras. Dentro do possível, tentando alinhar os objetivos de alocação definidos na política de investimentos com as variações de humor do mercado, privilegiamos os fundos DI para dar mais estabilidade à carteira, mas aproveitando também os preços baixos dos ativos de renda variável com foco em um resultado mais expressivo no longo prazo, ainda que no curtíssimo prazo esses resultados ainda não tenham aparecido. Dadas as limitações impostas pelas normas vigentes, tivemos pouco acesso a produtos de investimento no exterior, mas ainda conseguimos aproveitar parte dos bons resultados que esse segmento gerou ao longo de 2021.

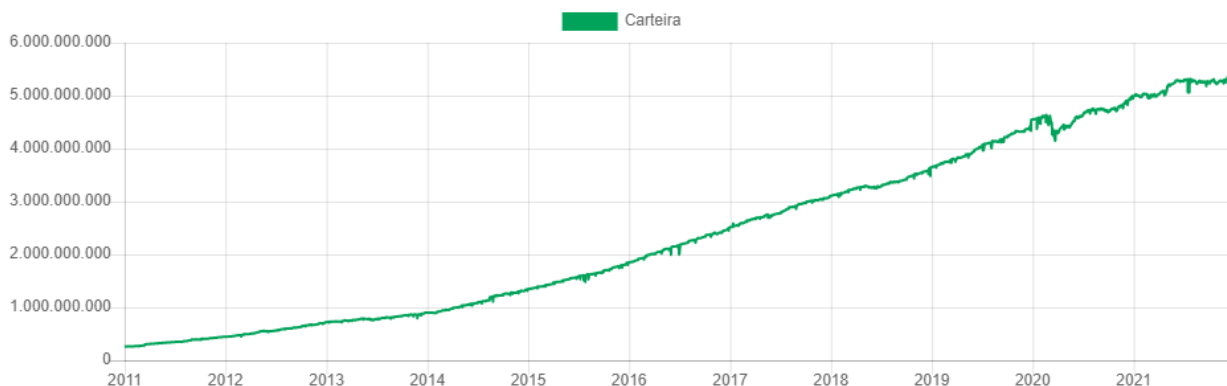
Apesar dos resultados numéricos recentes apontarem para um descasamento na rentabilidade da carteira do Fundo Previdenciário ante a meta atuarial, considerando o longo horizonte de investimento deste plano, a redução já observada nos impactos da pandemia, e a janela de oportunidade que está se abrindo neste ano de 2022 para alocação de recursos em ativos seguros com alta capacidade de superação da meta, acreditamos que em breve retornaremos com resultados positivos a fim de manter a rentabilidade dentro dos parâmetros planejados. Os gráficos abaixo evidenciam tanto a tendência de os resultados acompanharem a evolução da meta de rentabilidade no longo prazo quanto a projeção de crescimento contínuo do patrimônio do plano capitalizado.



EVOLUÇÃO



PATRIMÔNIO



Em relação às entidades credenciadas pelo RPPS para receber aplicações de recursos previdenciários, em conformidade com a Resolução nº 001/2010 do Conselho Administrativo do IPAJM, ao longo de 2021 a autarquia não realizou novos credenciamentos e as instituições financeiras já credenciadas, todas públicas, permaneceram ativas. Adotando o modelo da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, utilizamos o sistema CADPREV para a atualização dos dados mais relevantes e o controle da coleta dos documentos em meio digital, para manter atualizado o cadastro destas instituições financeiras, conforme resumo apresentado abaixo:



CNPJ	Razão Social	Válido			
30.822.936/0001-69	Banco do Brasil	Sim			
02.332.886/0001-04	XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A	Sim			
03.864.607/0001-08	RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	Sim			
10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA	Sim			
00.360.305/0001-04	Caixa Economica Federal	Sim			
28.127.603/0001-78	BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A.	Sim			
28.156.057/0001-01	BANESTES DTVM S.A.	Sim			
33.850.686/0001-69	BRB DTVM	Não			

Registros por página: 10 1-8 de 8 < >

As instituições Rio Bravo Investimentos e Vinci Equities figuram apenas como gestora/cogestora de fundos administrados pela CAIXA. O credenciamento com a BRB DTVM não foi renovado porque não possuímos mais investimentos com essa instituição. A XP Investimentos venceu a licitação do serviço de custódia de títulos públicos federais, porém, não possuímos recursos aplicados em fundos administrados por essa instituição.

Para concluir a análise sobre os investimentos, resta informar que o RPPS estadual não possui imóveis destinados a investimentos, não havendo, portanto, qualquer forma de se rentabilizar estes ativos.

PERÍCIA MÉDICA

Evidenciação do quadro de profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de perícias médicas, posição em 31/12:

Gerente: Marisilvia Cirilo

Assistentes Sociais: Priscila Alitolip de Oliveira, Sonia Luiz Zortea, Sandrely Silva Rocha Lopes

Psicóloga: Maria Antonieta Fraga Ferreira

Analista Previdenciário: Ana Paula Souza Vilar Lyrio, Jaqueline Martins Nascimento, Nailane Campos de Oliveira

Assistente Previdenciário: Priscila Reinoso Fanti Vitorazzi



Assessor Previdenciário: Gabriel Rodrigues Correa

Telefonista Previdenciário: Maria Teresa Bissoli Helmer

Auxiliar previdenciário: Washington Luiz de Oliveira

Assistente de Gestão (DT): Aleandra, Eliana Moraes Siqueira, Tatiana de Jesus dos Santos

Estagiários: Larissa, João Victor, Douglas

Relação quantitativa dos profissionais médicos por especialidade e a sua respectiva forma de contratação:

Médicos Peritos Efetivos:

Nº	NOME	VINCULOS	ESPECIALIDADE
1	Bruno Lima Alves	1	Psiquiatria (em LIP)
2	Carlos José Lugon Arantes	2	Med. do trabalho / Oftalmologia
3	Edson Soares	1	Med. do trabalho / Pediatria
4	Fabírcia M ^a Cabral Dias	1	Perícia Médica /Cardiologia/M.Esportiva
5	Henderson Eduarth Schwengber	1	Psiquiatria
6	Marcos Antônio Ruy Buarque	1	Perícia Médica / Med. do trabalho
7	Maurício Aquino Paganotti	1	Med. do trabalho / Otorrinolaringologia
8	Victor Araújo de Oliveira	1	Med. do trabalho / Otorrinolaringologia

Médicos Credenciados:

IPAJM - SEDE:

Nº	NOME	ESPECIALIDADE
1	Ailton Vicente Rocha	Psiquiatria
2	Cassio Luiz Laiber	Med. do trabalho / Ginecologia / M. Legal
3	Luiz Augusto Becacici Nunes	Med. do trabalho / Ginecologia
4	Penha Fabia Calazans	Med. do trabalho / Cardiologia

Interior:

Nº	NOME	ESPECIALIDADE
1	Aloísio Tinoco de Siqueira Filho	Clinico Geral / M. Intensiva
2	Eberth Alves Machado Junior	Med. do trabalho
3	Edalmo Colodete Santos *	Med. do trabalho / Ginecologia
4	Frederico Augusto C. Nogueira	Med. do trabalho / Ginecologia
5	Jovenal Marchesi Mariano	Med. do trabalho
6	Manoel Moulin Netto	Nutrologia / Pediatria
7	Walter Moulin Simões	Clinico Geral
8	Vanda Suely Fontes Viera da Silva	Pediatria
9	Zelber Renato Ferrari	Urologia

*O Dr. Edalmo C. Santos Atuou como perito credenciado até junho/21, parou de atender por problemas de saúde, indo à óbito em dezembro/21.

Relação quantitativa dos profissionais médicos por especialidade e a sua respectiva forma de contratação;



ESPECIALIDADE	Efetivos	Credenciados	Total
Medicina do trabalho	5	7	12
Perícia Médica	2	...	2
Psiquiatria	1	1	2
Ortopedia	...	1	1
Otorrinolaringologia	2	...	2
Cardiologia	1	1	2
Oftalmologia	1	...	1
Ginecologia e obstetrícia	...	4	4
Pediatria	1	2	3
Medicina esportiva	1	...	1
Urologia	...	1	1
Clinica Geral	...	2	2
Medicina Intensiva	...	1	1
Nutrologia	...	1	1
Medicina legal	...	1	1

Quantitativo mensal de perícias médicas realizadas no exercício financeiro, segregadas por médico e tipo de perícia

- Atendimentos de licenças médicas na Capital:
 - Atendimentos de licenças médicas até 30 dias - por médico

Médicos Efetivos:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/ INDIVIDUAL
Carlos		28	30		11	33	74	98	93	44	31	62	504
Edson		32	10		9	8	39	53	48	56	41	66	362
Fabília*					1								1
Henderson	10	10	15		12	13	15	15	10	20	11	14	145
Marcos*													
Mauricio	43	14	17		12	25	36	38	24	43	60	79	391
Victor	29	29	25		4	15	25	45	51	46	10	81	360
TOTAL GERAL ANUAL	82	113	97		49	94	189	249	226	209	153	302	1.763

*MÉDICOS QUE ATUAM NA CEAASDO – Só atendem demandas extraordinárias.

➤ SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PELA PANDEMIA DO COVID-19

Médicos Credenciados:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/ INDIVIDUAL
Ailton	6	4	9		1	3	47	23	18	20	14	36	181
Cassio	25	25	17		26	30	37	39	40	27	14	75	355
Becacici	60	27	23		26	36	47	51	48	52	20	41	431
Penha	59	27	36		16	21	36	38	41	50	24	35	383
TOTAL GERAL ANUAL	150	83	85		69	90	167	151	147	149	72	187	1.350



- Atendimento de licenças médicas por Juntas

Médicos Efetivos:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/ INDIVIDUAL
Carlos		122	106		46	57	134	132	93	51	50	124	915
Edson		60	59		33	35	121	90	58	60	16	59	591
Fabrícia*	10						19	10			3		42
Henderson	73	51	52		43	59	30	61	77	51	25	3	525
Marcos*							2						2
Maurício	64	27	41		28	25	68	69	62	45	37	61	527
Victor	50	66	54		54	61	57	69	61	51	36	63	622
TOTAL GERAL ANUAL	197	326	312		204	237	431	431	351	258	167	310	3.224

Médicos Credenciados:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/ INDIVIDUAL
Ailton	39	33	13		46	53	57	68	47	43	36	47	482
Cassio	31	28	30		17	23	19	33	15	25	9	43	273
Becacici	37	83	65		79	74	93	96	97	98	70	108	900
Penha	50	71	71		84	84	110	110	101	99	71	104	955
TOTAL GERAL ANUAL	155	210	154		254	259	293	357	273	256	212	344	2.610

- Atendimentos de licenças médicas no Interior

Médicos credenciado:

ANO BASE 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/ INDIVIDUAL
Aloísio	NÃO ATENDEU EM 2021												
Eberth			9	1	10	4	6	1	8	8	2	8	57
Edalmo	15	22	35	17	21	13							123
Frederico			2		2		3	6	5	4	5	5	32
Jovenal	NÃO ATENDEU EM 2021												
Manoel	26	34	38	13	31	33	52	55	55	46		54	437
Vanda	2				1			2					5
Walter				4		3		5	1		3	3	19
Zelber	19	24	38	24	33	30	52	47	35	48	44	37	431
TOTAL GERAL ANUAL	62	80	122	59	98	83	113	116	104	106	54	107	1.104

- Perícias de posse

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

BASE - 2021														ANUAL/INDIVIDUAL
		2		2							336	1	2	343

* Obs.: Não foi possível fazer a estratificação por médico em virtude de problema no módulo de perícia do SISPREV que desde janeiro não está gerando relatórios.

- Juntas Especiais (Processos / Portarias/ outros)

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/INDIVIDUAL
Isenção de IRRF/ Imunidade Previdenciária	10	19	46		21	42	39	13	59	20	22	31	321
Aposentadoria p/ Invalidez										9	17	13	39
Penção	2	2			1	3	3	4	2	3	4	6	30
Maior incapaz	1	1				2	3	1	1		1	1	11
Capacidade laboral	1	1					3	2					7
Reconsideração	3					2	3	4	2	3	4	3	24
PAD					1			1					2
Lei 657	2	1			5	9							17
Port. 011/ reversão aposentadoria		1	2		1			3	1	2		1	11
Mudança de Artigo	1	1	5		3	2	2	2		1	2	2	21
Perícia em Trânsito	1												1
TOTAL GERAL ANUAL	21	26	53		32	60	53	30	65	38	50	57	485

- Número de atendimentos por médico em Juntas Especiais compostas por 2 ou 3 médicos (Processos/Portarias/outras)

Médicos Efetivos:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/INDIVIDUAL
Carlos		21	33		23	45	40	12	59	24	33	50	340
Edson		12	38		8	37	21	9	44	16	21	39	245
Fabília	14	22	14		26	41	32	13	42	31	17	40	292
Henderson	14	16	16		3	21	32	15	33	22	38	26	236
Marcos													0
Mauricio													0
Victor	2		1		1	2		1	2			2	11

Médicos Credenciados:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/INDIVIDUAL
Ailton		2				1		2		6	6	9	26
Cassio	10	7	10		12	8	7	8	12	10	14		98
Becacici	1		6										7
Penha	1								7			1	9



IPAJM

- Obs.: Média de 8 atendimentos por junta.
- Não incluídos nessa tabela os processos de acidente em serviço, doença ocupacional e aposentadoria especial.
- Existem uma gama de processos referentes a outros assuntos como reconsideração de licença médica em atraso, capacidade laboral e mudança de artigo que são avaliados sem demandar a configuração de juntas específicas para esse fim, à medida que surgem disponibilidades em outras juntas/ agendas.

- Agendas Externas – Perícias hospitalares / domiciliares e Perícias Judiciais

Somente Médicos Efetivos

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/INDIVIDUAL
Carlos						3	4	4	5	1	7	3	27
Edson						3	3	3	1		6	3	19
Fabricia						1	6	1		3	5		16
Henderson						2	2	4	4	2	5	2	21
Marcos							5				1		6

Total anual – 39 perícias domiciliares/hospitalares realizadas por juntas de 2 ou 3 médicos peritos.

- SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PELA PANDEMIA DO COVID-19, RETOMADA NO FINAL DE JUNHO/21.

- Perícias Judiciais

Somente Médicos Efetivos

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/INDIVIDUAL
Carlos					1			1		2	1	2	7
Edson			1		1			1	1	1			5
Fabricia	2				3			1		1	1	1	9
Henderson	1												1
TOTAL GERAL ANUAL	3		1		4			3	1	4	3	3	22

- Análises de Processos de Acidente, Doença Ocupacional Aposentadoria Especial, Mudança de Artigo para 133 ou 136

Somente Médicos da CEAASDO:

ANO BASE - 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL/INDIVIDUAL
Acidente em serviço		03	11	02	03	04	07	10	01	06	01	02	50
Ocupacional	21	56	61	22	14	19	16	12	11	14	15	12	273
Aposent. Especial				03	05	08	05	05	11	13	16	08	74
Mudança de artigo					04		02	02		01		01	10
TOTAL GERAL ANUAL	21	59	72	27	26	31	30	29	23	34	32	23	407

MEMBROS: Dr^a. Fabricia, Dr. Marcos e Sonia (A. Social)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

a.2) TOTAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIAS - Exercício 2020

ÓRGÃO	600210 - FUNDO FINANCEIRO												TOTAL
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
SESA	19.627.768,20	19.446.063,73	19.720.041,20	19.810.903,62	20.072.365,20	20.058.680,33	20.122.993,15	20.777.941,38	20.336.895,43	20.627.226,09	20.536.510,48	22.798.485,64	243.935.464,45
SESP	92.200,14	82.033,90	85.699,14	86.756,74	84.045,24	97.754,40	86.113,04	79.639,26	86.899,43	82.082,51	79.659,26	104.651,77	1.047.503,83
PC	14.616.718,57	14.110.338,09	14.670.669,33	14.721.392,86	14.700.195,31	14.775.144,78	14.803.710,08	14.801.182,79	14.853.861,58	14.683.442,17	14.757.142,75	17.025.924,72	178.523.773,03
IPAJM	661.882,86	651.944,82	659.248,83	649.817,54	658.844,61	621.604,94	684.199,83	638.574,56	639.396,03	624.230,68	632.574,71	669.612,84	7.791.932,25
JASES	582.543,03	543.078,64	604.787,79	578.145,84	561.377,00	558.552,67	598.173,23	563.292,99	579.714,62	586.847,09	583.217,46	604.981,67	6.904.717,02
RTV	349.269,76	362.196,99	402.622,38	369.782,03	387.194,71	369.589,99	361.314,62	373.055,12	344.743,51	358.597,93	365.143,12	370.977,36	4.414.482,13
DER	1.758.077,00	1.688.465,63	1.694.199,69	1.651.898,24	1.728.780,72	1.711.151,56	1.702.846,62	1.670.838,49	1.725.023,11	1.658.743,34	1.678.960,75	1.983.550,83	20.652.535,98
DETRAN	1.189.994,66	1.157.482,78	1.150.853,01	1.201.305,17	1.127.389,52	1.172.537,24	1.155.216,01	1.184.193,84	1.150.367,27	1.177.801,11	1.237.728,26	1.263.663,82	14.368.532,69
EMA	9.861,45	6.574,30	6.574,30	9.861,45	9.861,45	9.861,45	9.861,45	9.861,45	9.861,45	9.861,45	9.861,45	10.109,55	118.340,40
IDAF	1.021.953,08	1.048.111,57	1.021.068,51	1.028.805,25	1.003.248,10	1.053.097,89	1.059.725,80	1.054.812,25	1.061.294,48	1.078.249,41	1.028.607,08	1.203.196,19	12.662.169,61
INCAPER	2.348.423,31	2.534.930,19	2.457.120,47	2.398.511,84	2.436.361,46	2.455.001,39	2.433.540,71	2.487.712,76	2.445.876,70	2.546.799,92	2.401.888,45	2.612.796,59	29.648.969,79
IJSEN	985.191,14	978.313,83	982.043,09	1.075.099,52	1.006.210,62	1.044.586,73	1.006.622,38	987.050,01	989.882,76	1.017.429,08	982.844,49	1.167.780,72	12.223.353,27
DIOES	256.312,16	261.310,95	254.145,52	260.529,04	259.745,94	278.267,31	257.415,17	262.978,87	269.345,27	281.063,49	272.607,98	280.399,45	3.194.121,15
JUCEES	165.891,20	171.503,78	179.156,81	184.716,98	181.077,02	179.223,20	179.957,45	180.574,58	176.140,96	181.141,23	180.248,53	202.448,53	1.398.627,60
FAMES*	118.954,88	107.264,05	119.577,63	133.888,43	106.869,15	106.869,15	102.399,12	109.632,38	113.521,59	127.094,18	115.336,24	127.420,80	1.511.586,35
SEDU(*)	0,00	0,00	164.846,90	164.358,14	163.403,41	152.059,35	155.460,79	155.710,77	167.329,57	159.693,19	157.775,65	170.109,48	1.511.586,35
HPM CIVIL	11.030.996,28	10.844.446,45	12.916.027,71	11.649.459,40	11.696.429,90	11.659.186,51	11.589.748,29	11.536.954,18	11.508.467,68	11.544.649,77	15.040.072,87	13.123.234,67	143.146.274,23
RUNDEB	53.437.604,09	53.133.242,70	64.525.269,15	57.047.099,70	57.383.384,73	57.454.517,88	57.738.604,71	57.251.847,44	57.213.804,08	57.469.321,38	82.278.103,50	62.261.643,87	717.194.533,23
DP	1.203.253,46	1.179.701,07	1.245.148,35	1.206.789,69	1.223.681,49	1.212.495,82	1.259.512,72	1.205.650,85	1.261.693,26	1.229.033,68	1.580.463,64	2.291.776,53	16.999.200,56
EXECUTIVO	17.979.844,55	18.946.647,85	18.143.341,01	18.215.994,53	18.499.740,38	18.619.321,55	18.515.699,10	18.346.750,71	18.314.188,11	18.529.651,56	18.613.185,60	22.300.325,31	224.274.600,26
MPES	5.052.175,88	3.895.571,64	3.856.978,56	3.838.824,58	3.853.385,58	3.805.018,47	4.373.509,50	4.688.077,19	4.455.355,16	4.579.489,30	4.174.170,30	5.201.179,95	27.320.028,11
TJES (S/L)	11.522.920,01	11.669.940,36	11.781.071,05	11.901.073,48	11.920.803,86	11.943.092,69	16.453.972,31	16.207.559,86	16.287.844,13	16.619.409,40	16.515.434,89	19.950.004,74	172.773.126,78
TJES (C/L)	3.576.683,26	3.695.856,53	3.699.110,12	3.699.110,12	3.699.110,12	3.668.137,76	3.730.179,68	3.729.895,01	3.760.915,97	3.693.555,11	3.736.555,49	4.089.288,65	48.069.288,65
ALLES	3.405.151,59	3.436.535,66	3.457.879,29	3.468.217,18	3.461.595,75	3.342.708,98	3.371.546,69	3.332.182,85	3.259.748,35	3.265.346,51	3.671.734,30	4.080.915,56	41.554.563,11
TCEES	3.056.596,86	3.126.021,68	3.135.737,31	3.157.926,71	3.158.195,75	3.003.056,56	3.003.274,56	2.974.774,04	3.094.347,24	3.155.296,93	3.119.640,78	3.723.173,35	37.708.042,12
TOTAL	152.940.357,72	152.277.756,79	166.933.166,27	158.512.268,08	159.383.497,02	160.851.521,60	160.771.619,70	160.290.448,30	160.076.411,98	161.237.813,30	189.967.359,85	185.251.807,83	1.968.494.028,44

a.2) TOTAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIAS - Exercício 2020

ÓRGÃO	600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO												TOTAL
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
SESA	643.188,97	592.712,81	592.477,45	628.264,01	661.166,14	620.594,57	579.130,81	593.786,09	0,00	589.852,38	599.861,63	613.254,54	6.674.289,40
SESP	10.103,86	10.103,86	10.103,86	10.103,86	11.257,12	10.103,86	10.103,86	16.078,80	13.079,52	10.103,86	10.103,86	10.103,86	131.350,18
PC	318.088,48	315.325,31	327.413,54	321.584,59	305.184,38	276.179,36	257.525,98	299.902,53	308.397,66	272.233,63	251.296,94	304.341,83	3.557.666,43
IPAJM	4.647,03	4.647,03	8.884,61	4.647,03	4.647,03	4.647,03	4.647,03	4.647,03	4.647,03	4.647,03	4.647,03	4.647,03	60.411,39
JASES	10.809,89	17.412,74	14.511,27	14.916,87	13.571,49	15.667,41	18.481,30	17.394,77	13.962,81	13.962,81	15.662,02	13.948,46	180.301,84
RTV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DER	12.961,51	12.961,51	12.961,51	19.851,89	15.392,87	12.961,51	15.607,64	12.961,51	12.961,51	12.961,51	12.961,51	13.955,15	168.499,63
DETRAN	13.338,67	7.954,87	7.954,87	7.954,87	7.954,87	8.030,81	8.163,87	10.827,63	8.163,87	8.163,87	8.163,87	8.275,38	104.947,45
EMA	30.651,63	36.398,06	32.451,79	35.701,96	36.299,98	30.658,01	37.700,21	42.249,48	38.833,21	38.833,21	33.864,81	39.651,91	433.295,16
IDAF	7.054,94	7.059,74	8.104,74	7.059,74	7.059,74	7.059,74	7.059,74	7.142,63	7.142,63	7.142,63	14.704,45	12.375,00	113.474,86
INCAPER	60.916,89	67.053,25	79.017,91	68.745,59	66.599,50	66.599,50	70.749,47	72.159,37	76.080,42	72.766,38	77.963,52	75.857,93	854.509,73
IJSEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUCEES	1.870,20	836,00	836,00	836,00	836,00	1.010,92	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.045,00	1.051,00	12.501,12
FAMES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEDU(*)	647.879,58	612.725,82	704.440,35	678.118,53	628.989,18	653.320,46	622.889,25	629.034,29	0,00	626.760,00	621.034,49	621.758,90	7.046.949,85
RUNDEB	1.281.305,38	1.277.125,46	1.685.096,09	1.409.155,21	1.420.925,36	1.416.197,22	1.421.750,41	1.356.802,60	1.485.945,85	1.429.500,50	1.467.182,57	1.492.992,20	17.144.076,85
HPM CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DP	97.663,69	60.235,66	102.942,12	81.880,66	81.880,66	95.914,04	89.254,28	94.899,66	81.880,66	81.880,66	112.444,27	133.873,10	1.105.749,77
EXECUTIVO	1.992.517,60	1.925.796,21	2.032.846,97	1.977.109,67	906.590,83	1.904.771,65	1.886.745,54	1.874.688,69	1.876.790,80	1.833.098,95	1.856.546,16	2.103.113,95	22.170.617,02
MPES	0,00	4.557,41	4.557,41	4.557,41	4.557,41	4.557,41	4.557,41	8.725,53	4.557,41	4.557,41	4.557,41	4.946,70	54.688,92
TJES (S/L)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TJES (C/L)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALLES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TCEES	37.347,11	37.347,11	37.347,11	37.347,11	37.347,11	53.392,84	37.347,11	44.830,03	37.347,11	43.412,39	37.347,11	45.100,29	485.512,43
TOTAL	5.160.345,43	4.990.503,15	5.662.947,61	5.307.835,00	4.210.309,67	5.181.667,24	5.072.757,91	5.087.092,75	3.970.825,49	5.065.514,45	5.089.388,65	5.499.656,68	60.298.844,03

a.2) TOTAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIAS - Exercício 2020

ÓRGÃO	FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES												TOTAL
	J												



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

a.3) TOTAL DOS PROVENTOS DE PENSÕES - Exercício 2020

600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO													
ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
SESA	124.723,77	110.488,94	138.707,77	117.482,45	0,00	111.491,04	124.640,09	171.453,29	118.893,76	132.909,96	128.242,26	158.607,63	1.437.640,96
SESP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PC	196.867,26	182.557,64	202.639,01	189.233,28	219.021,77	204.420,42	245.666,99	222.810,39	271.385,55	220.952,91	223.670,91	281.134,72	2.660.370,75
IPAJM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JASES	5.011,97	7.572,70	5.011,97	5.011,97	5.011,97	5.011,97	6.410,80	2.613,98	6.011,13	5.011,97	5.011,97	7.463,21	65.155,61
RTV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DER	5.488,35	5.488,35	5.488,35	5.488,35	5.488,35	5.488,35	10.976,70	5.488,35	5.488,35	5.488,35	5.488,35	5.488,35	71.348,55
DETRAN	4.952,97	4.952,97	4.913,23	4.952,97	4.952,97	4.952,97	4.952,97	4.952,97	4.952,97	4.952,97	4.952,97	5.445,68	64.393,61
EMA	6.467,88	6.473,88	6.473,88	6.473,88	6.473,88	7.518,88	6.473,88	11.781,20	6.473,88	6.473,88	6.473,88	6.595,44	84.154,44
IDAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCAPER	2.327,78	2.327,78	4.655,56	2.327,78	2.327,78	2.327,78	2.327,78	2.327,78	2.327,78	2.327,78	2.327,78	2.327,78	30.261,14
IJSN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUCEES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HPM CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEDUC	41.171,51	44.530,02	52.469,00	58.930,35	50.357,42	52.299,12	62.758,87	60.701,01	28.030,52	52.222,78	56.775,28	74.840,08	638.486,47
RUNDEB	125.939,92	104.726,80	108.950,24	122.925,32	108.456,03	102.816,11	110.324,25	124.677,40	122.399,63	111.442,18	105.689,10	119.437,67	1.367.765,05
DP	36.571,36	36.571,36	44.854,52	36.571,36	45.092,67	43.643,96	36.571,36	36.571,36	36.571,36	47.590,52	47.783,27	48.964,46	484.964,46
EXECUTIVO	412.888,85	417.370,29	395.823,86	382.831,23	432.381,52	456.933,81	478.735,52	465.067,62	459.145,72	472.922,07	475.137,26	616.959,31	5.466.197,06
MPES	4.557,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.557,41
TJES	12.865,09	11.009,33	16.063,16	19.928,30	19.167,41	15.622,67	15.622,67	15.622,67	32.176,00	17.849,57	17.849,57	24.475,92	218.252,36
ALES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.191,91	2.191,91	3.835,84	20.640,78	20.640,78
TCEES	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	35.922,71	71.845,42	466.995,23
TOTAL	1.015.756,83	969.992,77	1.026.473,26	988.084,95	935.034,49	1.049.449,79	1.142.384,59	1.170.219,94	1.131.971,47	1.108.250,30	1.117.324,97	1.426.240,52	13.081.183,88

a.3) TOTAL DOS PROVENTOS DE PENSÕES - Exercício 2020

FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES													
ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
FPS	11.660.516,73	11.498.777,97	12.444.192,89	12.552.613,96	12.402.250,53	12.666.240,90	12.611.110,31	12.435.839,38	12.810.778,10	12.647.199,99	12.743.419,53	15.586.573,19	152.059.513,48

B) QUADRO DE APURAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS ADMINISTRATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2021

DESCRIÇÃO	VALORES
Total das Remunerações dos Servidores ativos (a.1)	2.591.610.643,43
Total dos Proventos de Aposentadoria (a.2)	2.665.874.538,40
Total dos Proventos de Pensões (a.3)	512.198.046,07
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de gastos com despesas administrativas do RPPS (b.1)	5.769.683.227,90
Percentual fixado na Legislação do RPPS (%) (b.2)	1,50%
Limite de Gastos Administrativos no Exercício de 2021 (b3 = b1*b2)	86.545.248,42
NOTA: O percentual para a Taxa de Administração está definido no Art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004; o percentual para a Taxa de Manutenção está definido no Art. 15, da Lei Complementar Estadual nº 943/2020.	

C) DESPESAS ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

DESCRIÇÃO DA DESPESA	DESCRIÇÃO EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
3.1 Despesas com Pessoal e Encargos	14.084.112,49	13.883.468,47	13.878.704,57
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	12.910.661,28	12.735.887,53	12.731.123,63
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	648.444,91	648.444,91	647.141,08
07 - CONTR. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNC	3.207,56	3.207,56	3.207,56
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	10.783.274,38	10.783.274,38	10.783.274,38
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	416.966,38	416.966,38	413.445,23
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	163.149,12	163.149,12	163.149,12
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	241.176,96	241.176,96	241.218,04
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	38.719,56	38.719,56	38.719,56
96 - RESSACIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQ	615.622,41	440.848,66	440.848,66
91 - APLICAÇÃO DIRETA INTRA	1.173.451,21	1.147.580,94	1.147.580,94
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.078.297,63	1.074.571,16	1.074.571,16
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.562,64	30.562,64	30.562,64
96 - RESSACIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQ	64.590,94	42.447,14	42.447,14
3.2 Juros e Encargos da Dívida	2.318.273,39	2.318.273,39	2.318.273,39
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	2.318.273,39	2.318.273,39	2.318.273,39
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.318.273,39	2.318.273,39	2.318.273,39
3.3 Outras Despesas Correntes	43.230.812,50	42.299.014,10	42.529.197,42
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	42.665.812,50	41.832.043,86	42.004.970,75
14 - DIÁRIAS - CIVIL	5.830,40	5.830,40	5.830,40
30 - MATERIAL DE CONSUMO	62.151,24	40.013,36	42.556,52
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	37.351,08	33.232,40	35.731,40
34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES I	259.946,00	207.102,00	233.184,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	23.122,45	19.065,75	20.799,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍS	263.888,07	263.888,07	263.888,07
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.032.632,06	909.364,10	965.487,56
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	3.236.265,12	2.785.304,93	3.012.792,28
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E C	341.447,77	308.041,66	330.450,30
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	511.977,91	511.977,91	511.977,91
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	36.362.322,49	36.243.902,49	36.115.798,79
49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	66.820,55	51.820,55	51.820,55
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	422.059,05	418.627,93	380.781,66
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.149,60	3.149,60	3.149,60
96 - RESSACIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQ	36.848,71	30.722,71	30.722,71
91 - APLICAÇÃO DIRETA INTRA	565.000,00	466.970,24	524.226,67
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	410.000,00	333.144,87	378.002,63
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E C	155.000,00	133.825,37	146.224,94
4.4 Investimentos	1.167.798,38	1.164.746,38	1.164.746,38
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.167.798,38	1.164.746,38	1.164.746,38
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E C	105.500,00	105.500,00	105.500,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.062.298,38	1.059.246,38	1.059.246,38
4.6 Amortização de Dívida	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92
TOTAL (c.3)	64.284.895,68	63.149.401,26	63.374.820,68

D) VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA DO LIMITE DE GASTOS ADMINISTRATIVOS

Limite de Gastos Administrativos no exercício de 2021 (b.3)	86.545.248,42
Total de Despesas Administrativas Empenhadas no Exercício de 2021 (c.3)	64.284.895,68
(Sobra ou Excesso) de gastos no exercício de 2021 (c.3 - b.3)	22.260.352,74
Limite de Gastos efetutados no exercício (c.3b.3)	74,28%

Nota explicativa:

1 - Os valores das taxas de administração de ambos os Fundos, recolhidas em dezembro, são transferidas para o IPAJM em janeiro do exercício subsequente.

2 - Segue demonstrativo da taxa de administração de 2021:

Taxa de Administração do Fundo Financeiro	2021
Taxa de Administração do Fundo Previdenciário	52.714.044,76
Taxa de Administração do Fundo de Proteção Social	21.994.085,97
Taxa de Administração do Fundo de Proteção Social	11.837.117,69
Total	86.545.248,42
Total de Despesas Administrativas Empenhadas no Exercício de 2021	64.284.895,68
(Sobra ou Excesso) de gastos no exercício de 2021 (A)	22.260.352,74

Limite de Gastos efetutados no exercício

74,28%



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

A seguir demonstramos a relação das licitações homologadas no exercício, bem como relação dos contratos firmados:

Relação das licitações homologadas no exercício, evidenciando o fornecedor, objeto licitado e valores envolvidos;

PROCESSO	AMPARO LEGAL	MODALIDADE LICITATÓRIA	LOTE / GANHADOR	CNPJ	OBJETO	PRAZO	VALOR GLOBAL	CONTRATO	VALOR DISPENSIADO NO EXERCÍCIO DE 2021
2020-75CIP	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 001/2021	ARQUIVORAS GESTÃO DE DOCUMENTOS ERELI	31.006.1470001-12	SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE CONVERSÃO DE PROCESSOS FÍSICOS EM ELETRÔNICOS	12 meses	R\$ 143.640,00	004/2021	R\$ 16.106,25
2020-SQH46	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 002/2021	ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA	57.125.3530001-35	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ESTUDO ATUARIAL	12 meses	R\$ 76.440,00	002/2021	R\$ 52.658,67
87210991	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 004/2021	AX48 SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	22.233.5810001-44	ADQUIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE ADOBE ACROBAT PRO DC	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 105.500,00	O.F. IPAJM nº 001/2021	R\$ 105.500,00
2021-10505	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 005/2021	RENOVÉ SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	21.244.1490001-96	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E COPA.	12 meses	R\$ 377.736,00	005/2021	R\$ 187.952,41

Relação dos contratos firmados no exercício, evidenciando os fornecedores contratados, o objeto da contratação, prazo de duração e os valores totais envolvidos no exercício;

PROCESSO	AMPARO LEGAL	MODALIDADE LICITATÓRIA	LOTE / GANHADOR	CNPJ	OBJETO	PRAZO	VALOR GLOBAL	CONTRATO	VALOR DISPENSIADO NO EXERCÍCIO DE 2021	
2021-P5DMX	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	RRP CENTRAL DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, PASAGISMO E MANUTENÇÃO PREDIAL ERELI	30.548.1400001-60	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E COPA (COMO PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	6 meses ou até conclusão de Licitação	R\$ 174.763,02	001/2021	R\$ 130.101,36	
2020-SQH46	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 002/2021	ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA	57.125.3530001-35	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ESTUDO ATUARIAL	12 meses	R\$ 76.440,00	002/2021	R\$ 52.658,67	
2020-RVZ25	Inelegibilidade de Licitação, art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993	-	ECONOMATICA SOFTWARE DE APOIO A INVESTIDORES LTDA	64.919.5410001-09	CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA ONLINE, COM DISPONIBILIDADE DE ACESSO POR MEIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS NO MERCADO DE CRIPTAS, COM POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO, SIMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CRITÉRIOS DE INVESTIMENTOS.	12 meses	R\$ 62.988,00	003/2021	R\$ 41.292,13	
2020-75CIP	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 001/2021	ARQUIVORAS GESTÃO DE DOCUMENTOS ERELI	31.006.1470001-12	SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE CONVERSÃO DE PROCESSOS FÍSICOS EM ELETRÔNICOS	12 meses	R\$ 143.640,00	004/2021	R\$ 16.106,25	
2021-10505	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 005/2021	RENOVÉ SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	21.244.1490001-96	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E COPA.	12 meses	R\$ 377.736,00	005/2021	R\$ 187.952,41	
2021-4K9F9	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A	02.332.8860001-04	SERVIÇOS DE CURSOS QUALIFICADA DE TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	12 meses	Sem ônus	006/2021	Sem ônus	
2021-8H4Z7	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	GMIVÉ MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA	05.989.4760003-82	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGEM EXPRESSA EM PEDAGIOS VINCULADOS A RODOSOL, COM FORNECIMENTO DE (02 DOIS) TÍTULOS AUTOMOTIVOS	30 meses	R\$ 2.485,80	007/2021	R\$ 35,06	
2021-ZJGGP	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	LOTE 1 - CHAVEIRO LOTE 2 - CAMBOS	OPICINA SOS LTDA MK COMERCIO E SERVIÇOS ERELI EPP	30.967.5410001-54 26.456.4240001-73	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E DE CONFEÇÃO DE CAMBOS, SOB REMANHA	23/03/2021 a 31/12/2021	R\$ 3.158,50 R\$ 4.772,00	O.F. SISA nº 231145 O.F. SISA nº 231144	R\$ 864,00 R\$ 402,40
2021-RDDW0	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	CLEDIANE BATISTA DE ANDRADE	25.381.5930001-04	ADQUIÇÃO DE COPIAS EM BRANCO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO IPAJM	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 538,38	O.F. SISA nº 233179	R\$ 538,38	
2021-WN9P6	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	MPX EQUIPAMENTOS LTDA	42.873.5820001-60	ADQUIÇÃO DE CARRINHOS PARA TRANSPORTE DE PROCESSOS	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 3.052,00	O.F. SISA nº 243759	Aquisição em andamento	
2021-1PR57	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	DEX EXTINTORES LTDA	27.543.7350001-18	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INCÊNDIO E PÂNICO DO PRÉDIO SEDE DO IPAJM	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 2.200,00	O.F. SISA nº 243669	R\$ 2.200,00	
2021-P48CR	Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, Lei Federal nº 8.666/1993	-	LOTE 1 - TELEFONES COM HEADSET LOTE 2 - PAPELARIA LOTE 3 - ELÉTRICO/ENERGÉTICO	INFOPCEL COMERCIO DE INFORMÁTICA LTDA BONAFIDE COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ERELI R.G. GRPA	07.062.0210001-42 32.241.8760001-42 33.445.4050001-82	ADQUIÇÃO DE TELEFONES COM HEADSET, MATERIAS DE PAPELARIA, MATERIAS ELÉTRICOS E ENERGÉTICOS	R\$ 627,60 R\$ 1.595,94 R\$ 496,70	O.F. SISA nº 241907	R\$ 627,60 R\$ 1.595,94 R\$ 496,70	
2021-69943	Inelegibilidade de Licitação, art. 25, inciso I, c/c art. 13, inciso V, Lei Federal nº 8.666/1993	-	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABPEM	29.184.2800001-17	PARTICIPAÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DO IPAJM NO 54º CONGRESSO NACIONAL ABPEM	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 2.470,00	Nota de Empenho nº 2021NE00796	R\$ 2.470,00	
2021-7R0G8	Inelegibilidade de Licitação, art. 25, inciso I, c/c art. 13, inciso V, Lei Federal nº 8.666/1993	-	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABPEM	29.184.2800001-17	PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL, SECRETARIA, DIRETOR DE INVESTIMENTOS DO IPAJM NO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONGRESSOS BRAS	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 8.027,50	Nota de Empenho nº 2021NE00595	R\$ 8.027,50	
2021-QB526	Inelegibilidade de Licitação, art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993	-	A GAZETA S.A	28.133.8190001-93	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO A GAZETA PARA 12 MESES	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 298,80	Nota de Empenho nº 2021NE00376 e nº 2021NE00376	R\$ 298,80	
2021-Z7828	Inelegibilidade de Licitação, art. 25, inciso I, c/c art. 13, inciso V, Lei Federal nº 8.666/1993	-	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA LEGAL E PERÍCIAS MÉDICAS	14.122.8660001-80	PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA LEGAL E PERÍCIAS MÉDICAS	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 4.900,00	Nota de Empenho nº 2021NE00659	R\$ 4.900,00	
87210991	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 004/2021	AX48 SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	22.233.5810001-44	ADQUIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE ADOBE ACROBAT PRO DC	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 105.500,00	O.F. IPAJM nº 001/2021	R\$ 105.500,00	
2021-WD7TV	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico SEGER nº 002/2021 / ASP nº 004/2021	THAI CAFÉ ERELI	31.718.3720001-81	ADQUIÇÃO DE CAFÉ TORRADO MÓDIO	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 5.990,00	O.F. IPAJM nº 002/2021	R\$ 5.990,00	
2021-ZTJUM	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico SEGER nº 002/2021 / ASP nº 003/2021	HUMMÁT COMÉRCIO DE PAPEIS E ALIMENTOS ERELI	35.214.1080001-24	ADQUIÇÃO DE PAPEL M	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 6.889,50	O.F. IPAJM nº 003/2021	R\$ 6.889,50	
2021-L0R94	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico SEFAZ nº 019/2021 / ASP nº 005/2021	CERTISSON CERTIFICADORA DIGITAL S/A	01.554.2850001-75	ADQUIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF E E-CNPJ	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 691,00	O.F. IPAJM nº 004/2021	R\$ 691,00	
2021-HM9RP	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico IPAJM nº 011/2020 / ASP nº 017/2021	COMERCIAL JOZELIA LTDA	18.494.2150001-06	ADQUIÇÃO DE PAPEL T041HA	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 11.265,00	O.F. IPAJM nº 005/2021	R\$ 11.265,00	
2021-F1D21	Lei Federal nº 10.520/2002	Pregão Eletrônico LFMG nº 003/2020 / ASP nº 2020AP0003-001	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	72.381.1890001-01	ADQUIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO DESKTOP COM DOIS MONITORES	Até a entrega e aceite do objeto	R\$ 1.057.512,00	Nota de Empenho nº 2021NE01034 e nº 2021NE01044	R\$ 1.057.512,00	

GESTÃO PATRIMONIAL

Evidenciação dos ativos e passivos de maior relevância

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM possui sobre a sua gestão patrimonial como o seu maior ativo os valores que se encontram aplicados nas instituições financeiras, como abaixo explicitado:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Instituição	600201 - IPAJM	600210 - FF	600211 - FP	600212 - FPS	Total
Banco do Brasil	0,00	3.720.797,05	198.873.326,01	7.721,47	192.192.844,53
Banestes	35.688.705,09	32.986.360,74	267.05142,43	20.424.808,03	356.51286,29
Caixa Econômica Federal	0,00	0,00	1.779.621.406,64	0,00	1.779.621.406,64
XP Investimentos	0,00	0,00	1.431.782.87,63	0,00	1.431.782.87,63
Total	35.688.705,09	36.707.157,79	5.396.652.332,71	20.432.529,50	5.489.480.725,09

Em contrapartida, o seu passivo de maior relevância, destacamos o parcelamento PASEP no IPAJM, considerando os valores constantes do passivo não circulante e as provisões matemáticas no Fundo Financeiro (FF), Fundo Previdenciário (FP) e Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS).

Passivo não circulante	600201 - IPAJM	600210 - FF	600211 - FP	600212 - FPS	Total
PASEP	55.386.988,30	0,00	0,00	0,00	55.386.988,30
PROVISÕES MATEMÁTICAS	0,00	36.707.157,79	5.398.255.058,46	20.338.975,17	5.455.301.914,22
Total	55.386.988,30	36.707.157,79	5.398.255.058,46	20.338.975,17	5.510.688.179,72

Evidenciação do cronograma e do cumprimento dos prazos do processo de convergência contábil

Com relação ao cumprimento dos prazos do processo de convergência contábil, o Instituto está cumprido os requisitos determinados na Portaria STN nº 548, de 24/09/2015, que trata do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, sendo monitorados pela Gerência Geral de Contabilidade do Estado.

GESTÃO ATUARIAL

O serviço de consultoria atuarial do IPAJM é realizado pela empresa Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Sociedade Simples Ltda (ETAA), que presta este serviço desde 2016, tendo como atuário responsável o Sr. Richard Mendes Dutzmann, MIBA nº 935.

Em 2016, foi celebrado o primeiro contrato entre o IPAJM e o ETAA, nº 002/2016, pelo preço global anual de R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais), tendo sido renovado sequencialmente até o ano de 2020. Em 2019, em função das alterações promovidas pela Portaria MF nº 464/2018, que introduziram novos procedimentos e cálculos no processo de avaliação atuarial contratado, a empresa pleiteou um reequilíbrio econômico financeiro, e após ampla análise, foi concedido um reajuste para o preço global anual de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

Após a realização de novo certame em 03/03/2021, por meio do Pregão nº 002/2021, no qual participaram quatro empresas: Arima Consultoria Atuarial, Financeira e Mercadológica Ltda; Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Sociedade Simples Ltda; Exacttus Consultoria Atuarial Ltda – EPP; e Inove Consultoria Atuarial Ltda, a empresa Escritório Técnico de Assessoria Atuarial



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Sociedade Simples Ltda (ETAA) foi declarada a vencedora do pregão. O Contrato nº 002/2021, com vigência de 12 meses a partir de 23/04/2021, foi celebrado entre o IPAJM e o ETAA no valor global de R\$ 76.440,00 (setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

A seguir, apresentamos um comparativo dos balanços com os resultados atuariais das avaliações realizadas nos últimos cinco anos:

BALANÇO ATUARIAL - DRAA 2022						
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		2022	2021	2020	2019	2018
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	2.519.648.604,11	2.496.026.527,45	3.319.315.396,62	2.528.591.850,95	2.182.393.865,21
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	26.440.582.346,78	23.869.076.166,01	28.784.287.571,87	58.044.712.338,52	49.784.442.531,52
2.2.7.2.1.01.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Financeiro do RPPS	852.051.406,18	840.635.555,02	965.216.805,23	1.491.539.208,24	1.254.419.093,28
2.2.7.2.1.01.04	(-) Contribuições do Pensionistas para o Plano Financeiro do RPPS	171.696.545,05	129.472.431,64	170.153.024,25	211.150.090,62	214.077.887,74
2.2.7.2.1.01.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	114.664.898,81	102.877.757,26	93.112.744,37	178.369.655,66	177.263.464,04
2.2.7.2.1.01.07	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	25.302.169.496,74	22.796.090.422,09	27.555.804.998,02	56.163.653.384,01	48.138.682.086,46
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	9.370.127.294,54	8.914.262.332,73	12.921.193.790,40	32.040.763.665,73	32.508.390.074,20
2.2.7.2.1.02.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	358.582.405,85	590.213.628,22	1.053.045.753,19	1.529.378.415,45	1.948.895.559,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	358.582.405,85	590.213.628,22	670.120.024,76	764.689.207,72	974.447.779,50
2.2.7.2.1.02.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	749.610.183,56	903.118.330,91	1.273.128.948,50	3.204.076.366,57	3.303.210.960,89
2.2.7.2.1.02.06	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	7.903.352.299,28	6.830.716.745,37	9.924.899.063,95	26.542.619.675,99	26.281.835.774,81
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	526.809.924,52	543.446.928,15	655.313.553,79	603.495.342,90	555.966.047,45
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	546.836.431,10	565.794.153,70	682.526.302,07	621.888.693,82	574.020.965,98
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	14.612.074,38	16.657.596,04	21.683.694,69	14.642.519,49	14.869.399,79
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionistas para o Plano Previdenciário do RPPS	4.529.858,50	4.730.703,58	4.604.747,79	2.973.584,77	2.309.352,13
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	884.573,70	958.925,93	924.305,80	777.246,67	876.166,61
2.2.7.2.1.03.07	(-) Aportes Financeiros para Coberturas do Déficit Atuarial - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.992.838.679,59	1.952.579.599,30	2.664.001.842,83	1.925.096.508,05	1.626.427.817,76
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	5.856.898.235,61	5.814.701.095,05	8.364.357.539,40	6.725.663.847,80	5.922.620.223,98
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	1.531.910.824,10	1.804.674.732,41	3.376.390.066,05	3.117.768.081,08	2.794.027.229,22
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	1.863.596.873,07	2.057.446.763,33	2.323.965.630,52	1.682.799.258,68	1.502.165.177,00
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	468.551.858,85	-	-	-	-
2.2.7.2.1.04.06	(-) Aportes para Coberturas do Déficit Atuarial - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-	-	-

OBS.: A data base das informações é de 31/12/2021.

Notas Explicativas

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano Previdenciário, utilizamos a taxa de juros de 4,99% ao ano, conforme previsto na Política de Investimentos. Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano Financeiro, a taxa de juros é de 4,68% ao ano, em atendimento ao Artigo 27 da Portaria MF n 464, de 19/11/2018.

Devido a migração do grupo Militares para o Fundo de Proteção Social, FPS, os valores apresentados no exercício de 2021 e 2022 refere-se ao grupo Civil.

Para o Fundo de Proteção Social, que não está contemplado no balanço acima, as provisões referentes à avaliação de 2022, exercício 2021 são as seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - MILITAR		
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	20.338.975,17
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	20.338.975,17
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	10.572.340.685,07
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	884.704.332,49
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	202.460.561,12
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	1.540.307,96
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA *	9.463.296.508,33
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2.604.023.566,98
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	1.031.913.807,96
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	208.321.885,36
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	1.363.787.873,67
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-

* Valor da diferença, já descontado o Patrimônio de 31/12/2021 do FPS, de R\$ 20.338.975,17.

Nota Explicativa

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder dos Militares, a taxa de juros é de 4,79% ao ano, em atendimento ao Artigo 27 da Portaria MF n 464, de 19/11/2018.

FPS MILITAR	Valores em Reais
Ativo Real Ajustado:	20.338.975,17
(+) Cobertura de Insuficiência Financeira:	9.463.296.508,33
(-) Provisão Matemática:	9.483.635.483,50
Equilíbrio Atuarial:	0,00



O Estado do Espírito Santo, por meio da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, adotou o modelo de segregação de massa para o equacionamento do déficit atuarial. Com a implantação da segregação, foram criados dois fundos. O fundo capitalizado se mantém superavitário desde sua criação, e o fundo financeiro, pela natureza do modelo, é equilibrado atuarialmente. A previdência estadual, portanto, não possui plano de amortização de déficit atuarial.

Assim como não adotamos plano de amortização de déficit atuarial, também não realizamos aportes atuariais e o equilíbrio técnico do fundo financeiro é alcançado com o repasse de aportes financeiros mensais, que nos últimos anos acumularam os seguintes montantes:

Fundo Financeiro

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
ALES	22.161.723,40	23.837.564,22	30.090.995,95	34.466.799,52	33.604.245,25
TCEES	24.182.134,62	24.819.762,08	28.174.993,74	30.987.728,77	32.455.732,14
TJES	146.315.268,49	136.433.660,69	160.524.166,39	204.049.255,49	202.742.937,14
MPES	33.971.467,25	39.234.137,64	38.893.887,90	40.814.989,82	43.642.192,78
DPES	-	-	-	-	10.577.322,83
EXECUTIVO	1.787.810.632,32	1.926.028.726,19	2.107.033.706,23	1.825.295.316,45	1.687.421.453,41
Total	2.014.441.226,08	2.150.353.850,82	2.364.717.750,21	2.135.614.090,05	2.010.443.883,55

Ressaltamos que a partir de 2020, os militares e seus respectivos pensionistas migraram para o Fundo de Proteção Social - FPS, e para o pagamento dos benefícios, o Tesouro Estadual aporta recursos financeiros mensalmente, assim como ocorre no Fundo Financeiro do Regime de Previdência. Os montantes acumulados em 2020 e 2021 são os seguintes:

Fundo de Proteção Social

ANO	2020	2021
FPS	583.588.819,29	690.603.298,74
Total	583.588.819,29	690.603.298,74

GESTÃO DE PESSOAL

O quantitativo de servidores atuando nesta Autarquia Estadual é de 138, distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo.

CARGOS EFETIVOS	QUANT	CARGOS COMISSIONADOS	QUANT
Advogado	7	Assessor Administrativo	2
Analista Previdenciário	40	Assessor Comunicação	1
Assistente Previdenciário	32	Assessor Especial	10



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Assistente Social Previdenciário	3	Assessor Previdenciário	5
Auxiliar Previdenciário	1	Assistente de Rede	1
Auxiliar Técnico Previdenciário	8	Chefe de Gabinete	1
Contador Previdenciário	2	Diretor Administrativo e Financeiro	1
Médico Perito Previdenciário	9	Diretor de Investimento	1
Psicólogo Previdenciário	1	Diretor Técnico	1
Telefonista Previdenciário	2	Diretor de Proteção Social	1
Total de cargos efetivos	105	Gerente	9
Cedidos/Remanejado (-)	6	Gestor de Acervo Documental	1
Mandato Classista (-)	1	Ouvidor	1
LIP (-)	7	Presidente Executivo	1
Total efetivos ativos	91	Secretária de Gabinete	1
DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA	QUANT	Secretária do Conselho	1
Medico previdenciário	0	Subgerente	9
Analista Previdenciário	4	Supervisor de Atividades	2
Assistente Previdenciário	8	Total de cargos em comissão	49
Total DTs ativos	12	Efetivos em cargo em comissão	18
REQUISITADOS SEM CARGO OU FG	QUANT	Exclusivamente comissionados	31
Cedente: SEGER	2	Quantitativo geral de servidores em atividade no IPAJM	138
Cedente: AGERH	1		
Cedente: CETURB	1		
Total requisitados	4		

Durante o exercício foram assinados 03 (três) novos Convênios de Cessão com Prefeituras Municipais. Entretanto, houve acréscimo de apenas uma cessão em relação ao quantitativo de cedidos no exercício anterior, pois os 02 (dois) servidores que retornaram da cessão vigente no exercício anterior, se afastaram novamente em outras cessões.

Quanto aos contratos temporários, decorrentes do Processo Seletivo nº 01/2019 com contratações a partir de janeiro/2020, mantiveram-se preenchidas 11 (onze) vagas, permanecendo em aberto a vaga de Médico Previdenciário desde 01/11/2020.

Dos 04 (quatro) requisitados, 3 (três) retornaram aos respectivos órgãos de origem em fevereiro/2021 (CETURB) e outubro/2021 (AGERH e SEGER), ficando mantido até o final do exercício apenas um servidor da SEGER.

Durante o ano, 03 (três) novos servidores se afastaram em Licença para Trato de Interesse Particular (LIP), perfazendo um total de 07 (sete) licenciados, bem como o retorno de 01 (um)



servidor em Mandato Classista, a partir de 28/12/2021, apesar de afastado em licença médica desde então.

No que se refere ao quantitativo de cargos em comissão, subiu de 46 (quarenta e seis) em 2020, para 49 (quarenta e nove) em 2021, por força dos Decretos nº 4.911-R e 4.980-R, publicados em 23/07/2021 e 07/10/2021, respectivamente, que acrescentaram 03 (três) Assessores Especiais na estrutura do IPAJM a partir de transformações de cargos e funções, sem aumento de despesa.

Ocorreu, também, o incremento de 01 (um) Assistente Previdenciário – DT, face o afastamento de titular remanejado para órgão da Administração Direta, devidamente autorizado pelo Comitê Permanente de Contratações Temporárias – CPCT/SEGER, após análise de Requerimento nº 08/2020 no processo nº 85735477.

Política Remuneratória:

Inicialmente, há de se registrar que não ocorreram reajustes salariais durante todo o exercício 2021, em especial por força do impeditivo criado pela Lei Federal 173, de 27/05/2020, ficando mantidos os valores da remuneração de dezembro de 2019, quando incrementados através da Lei nº 11.083/2019.

Do mesmo modo, ficou mantida a política remuneratória, cuja legislação pertinente a criação, transformação e extinção de cargos se encontra identificada na tabela abaixo.

Leis e Decretos	Descrição
LC nº 351/2005	Estabelece a estrutura organizacional e altera o Plano de Cargos e Vencimentos do IPAJM.
LC nº 480/2009	Transforma cargos efetivos e cria Funções Gratificadas na estrutura organizacional do IPAJM
LC nº 501/2009	Dispõe sobre a modalidade de remuneração por subsídio para os servidores do IPAJM
LC nº 548/2010	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 282/2004 e cria unidades organizacionais no âmbito do IPAJM
LC nº 891/2018	Reorganiza os cargos e as respectivas carreiras dos servidores efetivos, remunerados por subsídio, do IPAJM
LC nº 943/2020	Altera a Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, e as Leis Complementares nº 282, de 22 de abril de 2004, e nº 711, de 02 de setembro de 2013, e dá outras providências.
Decreto nº 4725-R/2020	Dispõe sobre a transformação de cargos de provimento em comissão e função gratificada, sem elevação da despesa fixada, e dá outras providências
Decreto nº 4.911-R/2021	Dispõe sobre a transferência e transformação de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, sem



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

	elevação da despesa fixada.
Decreto nº 4.980-R/2021	Altera a estrutura básica da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, e transforma cargos em provimento em comissão e funções gratificadas, sem elevação da despesa fixada.

Os cargos comissionados estão identificados na tabela abaixo, com as respectivas referência e valor, sendo remunerados por “vencimento”, com exceção do cargo de Presidente Executivo que percebe na modalidade de subsídio.

CARGOS COMISSIONADOS	REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
Assessor Administrativo	CCP-04	2.162,38
Assessor Comunicação	CCP-02	3.742,63
Assessor Especial	CCP-02	3.742,63
Assessor Previdenciário	CCP-04	2.162,38
Assistente de Rede	CCP-04	2.162,38
Chefe de Gabinete	CCP-03	2.495,10
Diretor Administrativo e Financeiro	QCE-02	8.172,40
Diretor de Investimento	QCE-02	8.172,40
Diretor Técnico	QCE-02	8.172,40
Diretor de Proteção Social	QCE-02	8.172,40
Gerente	CCP-01	5.589,51
Gestor de Acervo Documental	CCP-04	2.162,38
Ouvidor	CCP-01	5.589,51
Presidente Executivo	SECRETARIO	18.940,56
Secretária de Gabinete	CCP-05	1.530,63
Secretária do Conselho	CCP-04	2.162,38
Subgerente	CCP-02	3.742,63
Supervisor de Atividades	QC-02	1.525,98

Quanto aos cargos efetivos, seguem tabelas remuneratórias,

CARGO	CLASSES	REFERÊNCIAS														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
ASSISTENTE SOCIAL P REVIDENCIÁRIO, CONTADOR P REVIDENCIÁRIO, MÉDICO P ERITO P REVIDENCIÁRIO, P SICOLOGO P REVIDENCIÁRIO, ANALISTA P REVIDENCIÁRIO.	IV	6.551,37	6.747,91	6.950,35	7.158,86	7.373,62	7.594,83	7.822,68	8.057,36	8.299,08	8.548,05	8.804,49	9.068,62	9.340,68	9.620,90	9.909,53
	III	6.239,40	6.426,58	6.619,38	6.817,96	7.022,50	7.233,17	7.450,17	7.673,67	7.903,88	8.141,00	8.385,23	8.636,79	8.895,89	9.162,77	9.437,65
	II	5.672,18	5.842,34	6.017,62	6.198,14	6.384,09	6.575,61	6.772,88	6.976,07	7.185,35	7.400,91	7.622,93	7.851,62	8.087,17	8.329,79	8.579,68
	I	4.932,33	5.080,30	5.232,71	5.389,69	5.551,38	5.717,92	5.889,46	6.066,14	6.248,13	6.435,57	6.628,64	6.827,50	7.032,32	7.243,29	7.460,59
CARGO	CLASSES	REFERÊNCIAS														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	III	2.780,98	2.864,41	2.950,34	3.038,85	3.130,01	3.223,91	3.320,63	3.420,25	3.522,86	3.628,54	3.737,40	3.849,52	3.965,01	4.083,96	4.206,48



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

ASSISTENTE P REVIDENCIÁRIO	II	2.528,16	2.604,00	2.682,12	2.762,59	2.845,47	2.930,83	3.018,76	3.109,32	3.202,60	3.298,68	3.397,64	3.499,56	3.604,55	3.712,69	3.824,07
	I	2.198,40	2.264,35	2.332,28	2.402,25	2.474,32	2.548,55	2.625,00	2.703,75	2.784,87	2.868,41	2.954,47	3.043,10	3.134,39	3.228,42	3.325,28
CARGO	CLASSES	REFERÊNCIAS														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	IV	9.174,71	9.449,96	9.733,45	10.025,46	10.326,22	10.636,01	10.955,09	11.283,74	11.622,25	11.970,92	12.330,05	12.699,95	13.080,95	13.473,38	13.877,58
ADVOGADO	III	8.737,82	8.999,96	9.269,96	9.548,06	9.834,50	10.129,53	10.433,42	10.746,42	11.068,81	11.400,88	11.742,90	12.095,19	12.458,05	12.831,79	13.216,74
	II	7.943,48	8.181,78	8.427,23	8.680,05	8.940,45	9.208,67	9.484,93	9.769,47	10.062,56	10.364,43	10.675,37	10.995,63	11.325,50	11.665,26	12.015,22
	I	6.907,37	7.114,59	7.328,03	7.547,87	7.774,31	8.007,53	8.247,76	8.495,19	8.750,05	9.012,55	9.282,93	9.561,42	9.848,26	10.143,71	10.448,02

Treinamento e Capacitação profissional.

Informamos, a seguir, os eventos de treinamento e capacitação registrados no Sistema, onde se pode identificar a participação de 85 servidores do IPAJM em cursos diversos, perfazendo num total de 2.240 (duas mil, duzentas e quarenta) horas de capacitação profissional.

Nome do evento	Carga Horária	Qtde de capacitados	Carga horária por evento
CURSO CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	60	1	60
1º ENCONTRO DA REDE QUALIVIDA	2	1	2
2º ENCONTRO DA REDE QUALIVIDA	2	5	10
51º CONGRESSO BRASILEIRO DE OTORRINOLARINGOLOGIA E CIRURGIA CERVICO-FACIAL	22	1	22
54 CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM E DO 1º CONGRESSO DE PREVIDENCIA DA AGOPREV	20	2	40
9º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONSELHEIROS DE RPPS E XVI SEMINARIO CAPIXABA DA ACIP	16	1	16
ADMINISTRACAO DO TEMPO	40	1	40
AÇÃO LAB.ges - OFICINA DE LINGUAGEM SIMPLES	2	1	2
CURSO ANALISE DE DADOS EM LINGUAGEM R	20	1	20
CURSO ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS - EAD	40	2	80
CURSO ARMAS DE FOGO: REGISTRO E RASTREAMENTO	60	1	60
CURSO ASPECTOS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ICMS	16	1	16
CURSO ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DO PROTOCOLO NACIONAL DE INVESTIGACAO E PERICIA EM CRIMES DE FEMINICID	60	1	60
CURSO AVALIACAO DA QUALIDADE DE SERVICOS COMO BASE	20	1	20



PARA GESTAO E MELHORIA DE SERVICOS PUBLICOS			
CURSO BOMBAS E EXPLOSIVOS	20	1	20
CURSO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIARIO (TURMA MAI/2021)	30	2	60
CURSO CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NOS SISTEMAS E-DOCS E SEP	4	1	4
CURSO CONCEITOS BÁSICOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA	4	1	4
CURSO CONCESSAO DE APOSENTADORIA E PENSOES	8	1	8
CURSO CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - SEFAZ	16	1	16
CURSO CRIATIVIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS NO SERVICO PUBLICO	10	1	10
CURSO DE AUDITORIA CONTÁBIL ON-LINE - SEFAZ	20	1	20
CURSO DE EMPREGO TATICO DE TIRO POLICIAL UTILIZANDO PISTOLAS NA PRESERVACAO DE VIDAS	8	1	8
CURSO DE FORMACAO DE AUDITORES INTERNOS - NIVEL INTERMEDIARIO - AUDI 2 - COM ENFASE EM ORGAOS PUBLIC	24	2	48
CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE JULGADORES - SEFAZ	24	1	24
CURSO DE LINGUA PORTUGUESA SEM COMPLICACAO	20	1	20
CURSO DE MICROSOFT POWERPOINT 2016 - BASICO	8	1	8
CURSO DESENVOLVIMENTO DE GESTORES PÚBLICOS - EAD	40	3	120
CURSO DESIGN THINKING	16	1	16
CURSO DIREITO ADMINISTRATIVO - EAD	20	2	40
CURSO ECONOMIA NO SETOR PUBLICO	40	1	40
CURSO ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA - EAD	16	1	16
CURSO ESOCIAL PARA ORGAOS PUBLICOS	20	1	20
CURSO ETICA E SERVICO PUBLICO	20	1	20
CURSO EXCEL AVANÇADO	20	2	40
CURSO EXCEL BASICO	20	1	20
CURSO EXCEL BASICO - EAD	20	2	40
CURSO FERRAMENTAS DE AUDITORIA / EXCEL AVANÇADO EM AUDITORIA FISCAL	20	1	20
CURSO FISCALIZACAO DE CONTRATOS - EAD	10	1	10
CURSO FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - SEM TUTORIA	20	4	80
CURSO FORMACAO DE AUDITORES INTERNOS - NIVEL BASICO - AUDI 1 - COM ENFASE EM ORGAOS PUBLICOS	24	2	48
CURSO FORMAÇÃO DE PREGOEIRO - EAD	20	1	20
CURSO GERENCIAMENTO DE CONTRATOS - EAD	10	1	10
CURSO GESTAO DE CONFLITOS E NEGOCIACAO	20	1	20
CURSO GESTAO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON - RPPS (TURMA JAN/2020)	40	1	40
CURSO GESTAO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO	16	1	16
CURSO GESTAO ESTRATEGICA COM FOCO NA ADMINISTRACAO PUBLICA - TURMA 02	40	1	40
CURSO GESTÃO DE CONTRATOS - ENA	40	2	80



IPAJM

CURSO INTELIGÊNCIA EMOCIONAL - EAD	25	2	50
CURSO INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	12	1	12
CURSO INTRODUÇÃO AO SISTEMA E-DOCS	4	1	4
CURSO INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE PATRIMONIAL: NOÇÕES BÁSICAS	60	1	60
CURSO LIDERANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA - EAD	20	2	40
CURSO LOCAL DE CRIME: ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO	40	1	40
CURSO MENTORIA PRESENCIAL DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS PARA A REDE QUALIVIDA	8	1	8
CURSO ONLINE - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAPACITAÇÃO GERENCIAL	20	1	20
CURSO ONLINE FINANÇAS PÚBLICAS	40	1	40
CURSO ONLINE FUNDOS DE INVESTIMENTO - 2020	10	1	10
CURSO ONLINE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	40	1	40
CURSO PRÁTICO: APERFEIÇOAMENTO EM CONTABILIDADE PÚBLICA - MÓDULO II: DESPESA ORÇAMENTARIA	15	1	15
CURSO PRÁTICO: APERFEIÇOAMENTO EM CONTABILIDADE PÚBLICA - MÓDULO I: PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO	20	1	20
CURSO PREPARATORIO PARA AS CERTIFICAÇÕES APIMEC - CGRPPS/CPA 10 ANBIMA	16	1	16
CURSO PRIMEIROS PASSOS PARA USO DE LINGUAGEM SIMPLES	8	1	8
CURSO PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS - SEG	20	1	20
CURSO PRO-GESTÃO RPPS	30	2	60
CURSO PRÁTICO DE ADEQUAÇÃO À LGPD	20	1	20
CURSO QUALIDADE E IMPLANTAÇÃO DO 5S	40	1	40
CURSO REDAÇÃO OFICIAL - EAD	20	2	40
CURSO SEM TUTORIA ESTADO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: MROSC	20	1	20
CURSO SIARHES - EXECUÇÃO DO PROCESSO DE PROMOÇÃO POR SELEÇÃO	16	1	16
CURSO SPED FISCAL/NFE / NFCE / CTE / BPE / MDFE	40	1	40
CURSO USO DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	60	1	60
CURSO VIDEOAULAS - GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	40	1	40
CURSO ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO - SEM TUTORIA	20	3	60
DIREITO TRIBUTARIO BÁSICO	40	1	40
ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTARIA DOS RPPS	20	1	20
I SIMPOSIO DE DIREITO PREVIDENCIARIO MILITAR DO IBDP	4	1	4
I SIMPOSIO DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO ABREPS	8	1	8
III CURSO NACIONAL DE AUDITORIA EM SEGURANÇA DE INSTALAÇÃO PORTUARIA (CNA)	40	1	40
III EXPOPREV	15	1	15
INGLÊS NÍVEL I - EAD - SEM TUTORIAL	30	1	30
LIDERANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA - EAD - SEM TUTORIAL	20	2	40



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

LIVE ALIMENTAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: OS PRINCIPAIS DIRECIONAMENTOS PARA UMA VIDA SAUDÁVEL	1	1	1
OFICINA DE RH: PROCESSO DE PROGRESSÃO	8	1	8
ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO PÚBLICO	40	1	40
PAINEL DE INVESTIMENTO	12	3	36
PROMOCAO - CURSO DE APERFEICOAMENTO TECNICO-PROFISSIONAL PCES	360	1	360
SEMINÁRIO - IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL E DA RFD-REINF NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	3	4	12
TRILHA ATUALIZACAO CPA 20	40	2	80
V CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA LEGAL E PERICIAS MEDICAS	24	4	96
V CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA LEGAL E PERICIAS MEDICAS - ATIVIDADE CURSO PRE-CONGRESSO	8	4	32
V CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA LEGAL E PERICIAS MEDICAS - ATIVIDADE SIMPOSIO INTERNACIONAL	9	3	27
WORD BASICO	40	1	40
WORKSHOP DESAFIOS E REFLEXOES PARA O RPPS NO ATUAL CENARIO	8	1	8
CURSO ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS - EAD	60	2	120
Total de capacitados e carga horária		85	2240

Vitória, 17 de março de 2022.

JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO MARÇAL

Presidente Executivo